

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTANA DO LIVRAMENTO: ANÁLISE DA
PECUÁRIA COMO EIXO ESTRUTURAL**

DYLAN DA CUNHA HEYDT

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCCII)**

Santana do Livramento

2016

DYLAN DA CUNHA HEYDT

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTANA DO LIVRAMENTO:
ANÁLISE DA PECUÁRIA COMO EIXO ESTRUTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: **Dra. Debora Nayar Hoff**

Santana do Livramento

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

338.37 Heydt, Dylan da Cunha

H615f Formação econômica de Santana do Livramento: análise da pecuária como eixo estrutural / Dylan da Cunha Heydt.
147 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2016.

"Orientação: Dra. Debora Nayar Hoff".

1. Histórico-estruturalismo. 2. Colonização jesuítica. 3. Indústria Frigorífica. I. Título.

DYLAN DA CUNHA HEYDT

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTANA DO LIVRAMENTO: ANÁLISE DA
PECUÁRIA COMO EIXO ESTRUTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05/12/2016

Banca examinadora:

Prof. Dra. Debora Nayar Hoff
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Alessandra Troian
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana
(UNIPAMPA)

Dedico esse trabalho aos meus pais, Celio e Isa, e a minha irmã Bruna. Maiores incentivadores e fontes inesgotáveis de apoio, amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Federal do Pampa, e todos os profissionais que a compõem, principalmente os do campus Santana do Livramento, por me proporcionarem uma graduação de qualidade e um excelente espaço de aprendizagem. A todos os professores que dividiram comigo parte de seus conhecimentos. Em especial à minha orientadora Debora Nayar Hoff, por todos os ensinamentos. E à professora Alessandra Troian, por sua disponibilidade em ajudar, esclarecendo dúvidas, indicando materiais, e por sua amizade.

Agradeço à minha família, meu pai Celio Heydt, minha mãe Isa da Cunha Heydt e minha irmã Bruna Heydt, que apesar da distância sempre deram todo o apoio para que eu pudesse me dedicar aos estudos, sem nunca deixar faltar nada.

Agradeço aos meus amigos de Lajeado, que mesmo distantes se mantiveram presentes em minha vida, e sempre me receberam de braços abertos a cada retorno a Lajeado, especialmente: André, Carlos e Diego. Aos meus amigos de Santana do Livramento que me acolheram da melhor forma possível, e foram fundamentais nessa trajetória, especialmente o Marco Bidart e a Claudia Bidart, que foram os meus “pais na fronteira”.

Agradeço a todos os colegas da UNIPAMPA, que tornaram a graduação uma experiência incrível e gratificante, especialmente os colegas: Rubney, Rodrigo, João e Felipe, que se tornaram verdadeiros amigos que levarei para a vida.

Agradeço aos amigos que moraram comigo ao longo desses anos, Henrique, Edenilson, Douglas e Rose. Com quem compartilhei momentos incríveis que vou levar para toda a vida, vocês foram a minha família em Santana do Livramento.

Agradeço especialmente a Fernanda Ribeiro da Rosa, por seu companheirismo, apoio, dedicação, compreensão e carinho. Sempre estive a meu lado em todas as circunstâncias, tornou meus dias mais felizes e me fez uma pessoa melhor. Te agradeço por tudo!

“Todos os bons economistas têm um sentido da História e da mutação histórica”.

John Kenneth Galbraith

RESUMO

Desde o princípio da formação econômica e social de Santana do Livramento, a pecuária desenvolve-se como uma importante estrutura econômica, se mantendo presente ao longo da história. Nesse sentido o objetivo da pesquisa, é analisar a formação econômica de Sant'Ana do Livramento tomando a pecuária como elemento estrutural de análise. Para atender o objetivo optou-se pela utilização do método histórico-estruturalista, apoiando-se principalmente na construção metodológica presente na obra de Celso Furtado. O histórico-estruturalismo é adequado para analisar a pecuária como estrutura central no processo de formação econômica de Santana do Livramento. Os cortes verticais no tempo permitem identificar a influência da pecuária sobre os demais setores da economia do município. O gado bovino já estava presente no território que corresponde ao atual município e foi um dos elementos influenciadores de seu povoamento e de sua formação espacial. Através da pecuária, e relacionadas a ela, surgiram as primeiras indústrias de Santana do Livramento. A indústria frigorífica, mais expressiva, junto à indústria de lanífera, constituíram a força motriz da economia local, durante boa parte do século XX. A distribuição fundiária, caracterizada pela existência de grandes propriedades rurais, aliada com a baixa produtividade da pecuária, possibilitaram o surgimento da cultura do arroz, que se mostrou uma forma “segura” de diversificação produtiva para os proprietários das terras. A atividade pecuária se modificou com o passar do tempo, em alguns momentos figurando com maior ou menor importância no cenário econômico do município, mas sempre se relacionando com os demais setores da economia de Santana do Livramento.

Palavras-chave: Histórico-estruturalismo; Colonização jesuítica; Indústria Frigorífica.

ECONOMIC FORMATION OF SANTANA DO LIVRAMENTO: ANALYSIS OF THE LIVESTOCK AS A STRUCTURAL AXIS

ABSTRACT

Since the beginning of the economic and social formation of Santana do Livramento, livestock farming has developed as an important economic structure, keeping itself present throughout history. Thus, the objective of the research is to analyze the economic formation of Sant'Ana do Livramento taking livestock as a structural element of analysis. In order to meet this objective, we opted for the use of the historical-structuralist method, based mainly on the methodological construction present in Celso Furtado's work. Historical-structuralism is adequate to analyze livestock as a central structure in the economic formation process of Santana do Livramento. For through vertical cuts in time allows to identify the influence of livestock on the other sectors of the economics of Santana do Livramento. Cattle were already present in the territory that corresponds to the city today, and was one of the influencers of their settlement and spatial formation. Through livestock, and related to it, the first industries of Santana do Livramento emerged. The refrigeration industry, more expressive, next to the industry of wool, constituted the driving force of the local economy, during good part of century XX. Land distribution, characterized by the existence of large rural properties, together with the low productivity of livestock, allowed the emergence of rice crop, which proved to be a "safe" form of productive diversification for landowners. Livestock activity has changed over time, at times appearing with greater or lesser importance in the economic scenario of the city, but always relating to the other sectors of the economy of Santana do Livramento.

Keywords: Historical-structuralism; Jesuit colonization; Refrigerating Industry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Descrição das etapas do método estruturalista	23
Figura 2 - Esquema Estrutural da obra Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado	27
Figura 3 - Modelo de análise histórico-estruturalista de Santana do Livramento.	33
Figura 4 - Reduções do Tape	36
Figura 5 - Os Sete Povos das Missões	40
Figura 6 - Expansão das áreas territoriais das coroas ibéricas representadas pelas estâncias no século XVIII	41
Figura 7 - Os Sete Povos das Missões, e os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)	44
Figura 8 - Divisão do Rio Grande do Sul em regiões Norte, Nordeste e Sul	53
Figura 9 - A pecuária no Rio Grande do Sul	60
Figura 10 - Estâncias Missioneiras	62
Figura 11 - Produção pecuária do povo Yapeyú	66
Figura 12 - Evolução das estâncias luso-brasileiras no Rio Grande do Sul	68
Figura 13 - A organização sócio-espacial determinada pelas estâncias missioneiras e luso-brasileiras.....	71
Figura 14 - Mapa da localização de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul em 1900	89
Figura 15 - Parque Internacional e Marco da Fronteira no campo entre Santana do Livramento e Rivera.....	90
Figura 16 - Centros Urbanos de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)	91
Figura 17 - Urbanização em Santana do Livramento – 1964	99
Figura 18 - Distritos de Santana do Livramento – 2006	100
Figura 19 - Relação entre pecuária, indústria e comércio	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Procedimento Metodológico	31
Quadro 2 - Disputas territoriais entre as coroas ibéricas	46
Quadro 3 - A Economia Pecuária Rio-grandense.....	52
Quadro 4 - Santana do Livramento e os principais conflitos militares do século XIX	72
Quadro 5 - Da charqueada ao frigorífico, Santana do Livramento	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das regiões no Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul de 1939 a 2002	54
Tabela 2 - Forma de apropriação de terras em Santana do Livramento (1858)	76
Tabela 3 - Estrutura fundiária de Santana do Livramento (1858)	76
Tabela 4 - Relação de criadores em Santana do Livramento de 1858.....	79
Tabela 5 - Preço médio do gado bovino em Santana do Livramento (1860-1880).....	81
Tabela 6 - Quantidade de arame importado e quadras cercadas no Uruguai entre 1872 e 1882	86
Tabela 7 - Evolução da População de Santana do Livramento no século XIX.....	92
Tabela 8 - Participação municipal nos abates do Armour – 1920 a 1950	112
Tabela 9 - Maiores fornecedores de gado bovino para o Armour de 1920 a 1940	113
Tabela 10 - As 3 Maiores cervejarias do Rio Grande do Sul em 1937	116
Tabela 11 - Evolução da população residente por condição de domicílio 1940 – 1991	119
Tabela 12 - Participação dos setores na composição da renda municipal de 1939 a 1980	120
Tabela 13 - Assentamentos em Santana do Livramento de 1992 a 2008	128
Tabela 14 - Evolução da população rural e urbana de Santana do Livramento, entre 1991 e 2010	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média anual de abate do frigorífico Armour por quinquênio de 1920 a 1959.....	111
Gráfico 2 - Área dos estabelecimentos por utilização das terras 1995 e 2006 (em mil hectares)	124
Gráfico 3 - Área plantada das lavouras temporárias, arroz e soja, em Santana do Livramento de 1990 a 2015.....	125
Gráfico 4 - Área destinada a colheita das culturas permanentes, total e da uva, de 1990 a 2015	126
Gráfico 5 - Produção de Leite em Santana do Livramento de 1974 a 2015 (em mil litros)...	130
Gráfico 6 - Evolução do rebanho bovino em Santana do Livramento de 1974 a 2015.....	132
Gráfico 7 - Evolução do Rebanho ovino em Santana do Livramento de 1974 a 2015	133

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
1 INTRODUÇÃO	16
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 Justificativa.....	19
2 HISTÓRICO-ESTRUTURALISMO.....	21
2.1 Estruturalismo	21
2.2 O Histórico-Estruturalismo da CEPAL	24
2.3 O Histórico-Estruturalismo de Celso Furtado	26
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 Modelo de análise Histórico-Estruturalista para Santana do Livramento	31
4 RIO GRANDE DO SUL E SEUS VÍNCULOS COM A PECUÁRIA.....	34
4.1 As primeiras povoações Jesuítas e a introdução do gado no Rio Grande do Sul ...	34
4.2 Disputas territoriais entre as coroas ibéricas	38
4.3 O surgimento da economia pecuária do Rio Grande do Sul.....	48
4.4 As Raízes da Crise na Metade Sul do Rio Grande do Sul.....	52
5 FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL: A DINÂMICA DA GRANDE PROPRIEDADE E A CIDADE DE SANTANA DO LIVRAMENTO.....	61
5.1 As primeiras estâncias	61
5.1.1 Aspectos econômicos do povo Yapeyú.....	65
5.2 As sesmarias luso-brasileiras	68
5.2.1 Os Latifúndios e a elite militar	72
5.2.2 A produção pecuária no século XIX.....	78
5.2.3 O trabalho nas Estâncias no século XIX: índios, escravos e peões	82
5.2.4 O cercamento dos campos	84

5.3 A Cidade de Santana do Livramento	88
5.3.1 O Comércio	93
5.3.2 Urbanização e Modernidade	98
6 A ECONOMIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO NO SÉCULO XX	102
6.1 As charqueadas	102
6.1.1 Charqueada Sant'Ana do Livramento	104
6.2 Os frigoríficos	106
6.2.1 Armour	109
6.3 Lanifícios.....	114
6.4 Outras indústrias	115
6.4.1 O movimento operário	117
6.5 Aspectos econômicos da primeira metade do século	118
6.6 O surgimento da agricultura como diversificação da produção	122
6.6.1 Os assentamentos sem-terra e a agricultura familiar	127
6.7 A indústria em crise no final do século XX	131
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação econômica do estado do Rio Grande do Sul, está fortemente relacionado com a atividade pecuária. Antes mesmo do território rio-grandense pertencer a Portugal, e posteriormente ao Brasil, a Pecuária bovina já era um elemento presente nas civilizações Jesuítas. Os Jesuítas se instalaram na região oeste, do atual Rio Grande do Sul, próximo ao rio Uruguai, no século XVII, trazendo consigo o gado e práticas típicas de seu manejo. Decorre disso o estabelecimento das primeiras estâncias de criação e armazenagem de gado no Rio Grande do Sul. Não demorou muito para que a criação do gado se tornasse a principal forma de subsistência e renda para essas civilizações (MONTEBLANCO, 2013; ALBORNOZ, 2008; ROCHA, 2011).

Os constantes ataques realizados por bandeirantes portugueses contra as reduções jesuíticas, no século XVII, bem como as disputas territoriais entre Portugal e Espanha no século XVIII, obrigaram os Jesuítas a migrarem para a margem ocidental do rio Uruguai. Estas migrações resultam no abandono das reduções jesuíticas por volta de 1640. O gado que era ali criado, ficou solto pelo campo e sem a interferência de predadores, sem barreiras a sua mobilidade, e com grande abundância de pasto e água, reproduziu-se rapidamente. A área habitada por esse rebanho abrangia o território do atual município de Santana do Livramento bem como toda a região sul do Rio Grande do Sul e grande parte do Uruguai. Estima-se que alguns anos depois do abandono do gado, pelos Jesuítas, o número de animais, entre equinos e bovinos, tenha chego a 48 milhões, de cabeças (MONTEBLANCO, 2013; ALBORNOZ, 2008; ROCHA, 2011).

A abundância de gado na região fez com que os Jesuítas voltassem para a margem oriental do rio Uruguai e estabelecessem os “sete povos das missões”. Esse povoamento chegou ao fim no segundo momento de migração jesuíta. Este foi consequência da assinatura de tratados, entre Espanha e Portugal, os quais estabeleciam as fronteiras pertencentes a cada país e obrigavam os Jesuítas a deixarem o território pertencente a Portugal (MONTEBLANCO, 2013; FLORES, 1996).

Dentre os tratados assinados entre Portugal e Espanha, com a finalidade de demarcar as fronteiras dos territórios portugueses e espanhóis, destaca-se o Tratado de Madri (1750)¹. Este estabelecia a troca dos sete povos das missões, área de povoação Jesuíta, pela colônia do Sacramento, colônia portuguesa no Rio da Prata, e definia o Rio

¹ Sobre a questão ver: MATTOS e NUNES (1993); FLORES (1990).

Uruguai como a fronteira oeste entre Brasil e Argentina (ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011).

O território que corresponde atualmente ao município de Santana do Livramento, só começou a receber os primeiros imigrantes portugueses no início do século XIX. No ano de 1801 a Espanha declara guerra a Portugal, possibilitando aos portugueses sua expansão territorial pelo Sul do atual estado do Rio Grande do Sul. Mas, foi apenas em 1811 que o exército português conquistou de fato o território do atual município de Santana do Livramento (MONTEBLANCO, 2013; ALBORNOZ, 2000; CAGGIANI, 1983).

Nos anos que se seguiram, a colonização portuguesa começou, com a coroa portuguesa iniciando a distribuição de sesmarias². Os conflitos militares que ocorriam no território uruguaio foram determinantes nesse processo de distribuição, uma vez que os êxitos militares significaram a doação de sesmarias aos oficiais Portugueses. Cabe destacar que as tropas Portuguesas designadas para atuarem nesses conflitos firmaram acampamento no atual território de Santana do Livramento (MONTEBLANCO, 2013; ALBORNOZ, 2000; CAGGIANI, 1983).

A posse da terra foi consolidada pela lei de terras de 1850, esse fato moldou a distribuição fundiária de Santana do Livramento até os dias atuais. As primeiras sesmarias já eram habitadas por gado selvagem, de modo que uma das primeiras atividades econômicas da região era a captura e doma desse gado para a comercialização (MONTEBLANCO, 2013).

No final do século XIX o cercamento do campo acelerou o processo de urbanização da cidade (SHÄFFER, 1993, GARCIA, 2005). E o comércio se tornou uma importante atividade econômica para o município (CAGGIANI, 1991). A expressiva produção pecuária do município atraiu no começo do século XX a vinda das primeiras charqueadas, das quais algumas evoluíram e se transformaram em frigoríficos. Os lanifícios também se beneficiaram da pecuária e dominaram junto dos frigoríficos a industrialização do município (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000). Somente na segunda metade do século XX começa a ganhar força a agricultura como forma de diversificar a produção, apesar de ser inexpressiva diante da pecuária

². Uma sesmaria tinha a dimensão de uma légua de frente e três de fundo, o que corresponde a aproximadamente 13 mil hectares.

(MONTEBLANCO, 2013; IBGE, 2016). Quando as indústrias dependentes da pecuária começam a declinar, no final do século XX, a economia do município se desestrutura.

Desde o princípio da formação econômica e social de Santana do Livramento, a pecuária³ se desenvolve como uma importante estrutura econômica, que se mantém presente ao longo da história até os dias atuais. A atividade pecuária se modificou com o passar do tempo, em alguns momentos figurando com maior ou menor importância no cenário econômico do município, mas sempre se relacionando com os demais setores da economia.

Para ter-se uma ideia desta questão mais contemporaneamente, em 2014 o rebanho de gado⁴ em Santana do Livramento correspondia a aproximadamente 640 mil cabeças de gado bovino e a 450 mil cabeças de gado ovino. Existiam em 2013, 406 grandes propriedades no município que correspondiam a 67% da área rural, as quais têm a pecuária como a principal atividade produtiva (MONTEBLANCO, 2013). Em 2013 o valor adicionado bruto da agropecuária correspondeu a 15% do Produto Interno Bruto do município⁵.

Partindo da relação existente entre a pecuária e a economia de Santana do Livramento ao longo de seu processo de formação econômica, se chega ao presente problema de pesquisa: Como se dá a formação econômica de Sant'Ana do Livramento ao se tomar a pecuária como elemento estrutural de análise?

1.2 Objetivos

Essa seção apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a formação econômica de Sant'Ana do Livramento tomando a pecuária como elemento estrutural de análise.

³A palavra pecuária, define a criação de qualquer espécie de gado. Mas, para fins deste trabalho refere-se principalmente à criação de gado bovino, ovino e equino.

⁴ Os dados referentes ao rebanho para o município de Santana do Livramento são de autoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e estão disponíveis na tabela 3939 da plataforma SIDRA.

⁵ Cálculo próprio elaborado através dos dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística – FEE.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Delinear os vínculos do Rio Grande do Sul com a atividade pecuária;
- b. Descrever a formação espacial e a dinâmica da grande propriedade no município de Santana do Livramento, abordando elementos sociais e econômicos do processo;
- c. Examinar as mudanças na economia de Santana do Livramento durante o século XX.

1.3 Justificativa

Santana do Livramento é sede de um campus da Universidade Federal do Pampa, e isso atrai estudantes vindos de outras regiões do Estado e do país. Muitos desses estudantes são oriundos de regiões com melhores índices de desenvolvimento, e ao comparar suas cidades com Livramento constata-se empiricamente o baixo desenvolvimento desta. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Santana do Livramento é de 0,727⁶, menor do que o IDH da maioria dos municípios da região nordeste do Rio Grande do Sul. Por exemplo a concentração de renda em Livramento também é elevada, com Índice de Gini⁷ de 0,54, enquanto na região nordeste do Estado na maioria dos municípios esse índice é menor de 0,5.

Possui aproximadamente 7 mil quilômetros quadrados de extensão territorial, e densidade demográfica de aproximadamente 12 habitantes por quilômetro quadrado⁸. A densidade demográfica é considerada baixa sendo uma característica da estrutura fundiária do município, baseada em latifúndios. No entanto, quando se analisa o produto interno bruto do município, percebe-se que a agropecuária representa apenas 15% do valor adicionado bruto, enquanto os serviços correspondem a 74%⁹, e a indústria apenas 4%.

⁶ Dados disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

⁷ O Índice de Gini mede a concentração de renda, onde 1 representa total concentração e 0 representa total distribuição de renda. Dados do PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios.

⁸ Dados do IBGE (2016).

⁹ Cálculo próprio com base nos dados disponibilizados pela FEE (2016).

O tamanho dos rebanhos bovino e ovino, chamam a atenção em Santana do Livramento, sendo o município com o maior rebanho ovino do Estado e o segundo maior rebanho bovino, respectivamente com 450 mil e 640 mil cabeças (FEE, 2016). Essas constatações não científicas precisam dar origem a estudos científicos, que tratem da realidade econômica de Santana do Livramento. Para que isso aconteça a UNIPAMPA e seus alunos tem um papel fundamental.

No plano de desenvolvimento institucional da UNIPAMPA está previsto que a universidade deve promover

[...] aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento, dando atenção a todos os ambientes que compõem este processo: econômico, político, social, cultural e natural, implicando em mudanças estruturais integradas a um ciclo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos (UNIPAMPA, 2014, p. 24).

Neste sentido, a presente pesquisa, justifica-se pela necessidade de estudos acadêmicos que coloquem em evidência os problemas locais e que sirvam de subsídios para a compreensão do sistema econômico de Santana do Livramento. Esse estudo justifica-se ainda pela motivação e interesse pessoal do autor, que confrontado com o contexto econômico do município, através da graduação em ciências econômica na UNIPAMPA, instigou sua curiosidade em relação à economia de Santana do Livramento. Essa curiosidade, se transformou em problemas de pesquisa que orientaram esse trabalho de conclusão de curso.

2 HISTÓRICO-ESTRUTURALISMO

O presente referencial teórico é composto por quatro seções e aborda brevemente os elementos teóricos do histórico estruturalismo, que serão extremamente importantes para a análise desse trabalho. A primeira seção traz elementos do estruturalismo, que serviram de subsídio para o histórico-estruturalismo. A construção teórica do histórico-estruturalismo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), compõem a segunda seção. As principais contribuições de Celso Furtado para essa teoria estão na terceira seção. E por fim, na quarta seção, apresenta-se elementos presentes na literatura sobre Santana do Livramento que permitem a elaboração de um modelo de análise histórico-estruturalista de sua economia, através de cortes verticais no tempo como proposto por Celso Furtado.

2.1 Estruturalismo

O método estruturalista, foi desenvolvido por Lévi-Strauss. Segundo Gil (2008, p. 19) “o termo estruturalismo é utilizado para designar correntes de pensamento que recorrem à noção de estrutura para explicar a realidade em todos os seus níveis”. O pensamento dialético é uma das correntes que influencia o estruturalismo. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 111) “o método parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se a seguir ao nível do abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo retomando por fim ao concreto”, e então apresenta-se “como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social”.

Quando se utiliza o método estruturalista, “não se analisa mais os elementos em si, mas as relações que entre eles ocorrem, pois somente estas são constantes, ao passo que os elementos podem variar. Dessa forma, não existem fatos isolados passíveis de reconhecimento, pois a verdadeira significação resulta da relação entre eles”. Assim, “abaixo de todos os fenômenos existe uma estrutura invariante [...] [e] toda análise deve levar a um modelo, cuja característica é a possibilidade de explicar a totalidade do fenômeno, bem como sua variabilidade aparente” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 111; HOFF, 2014).

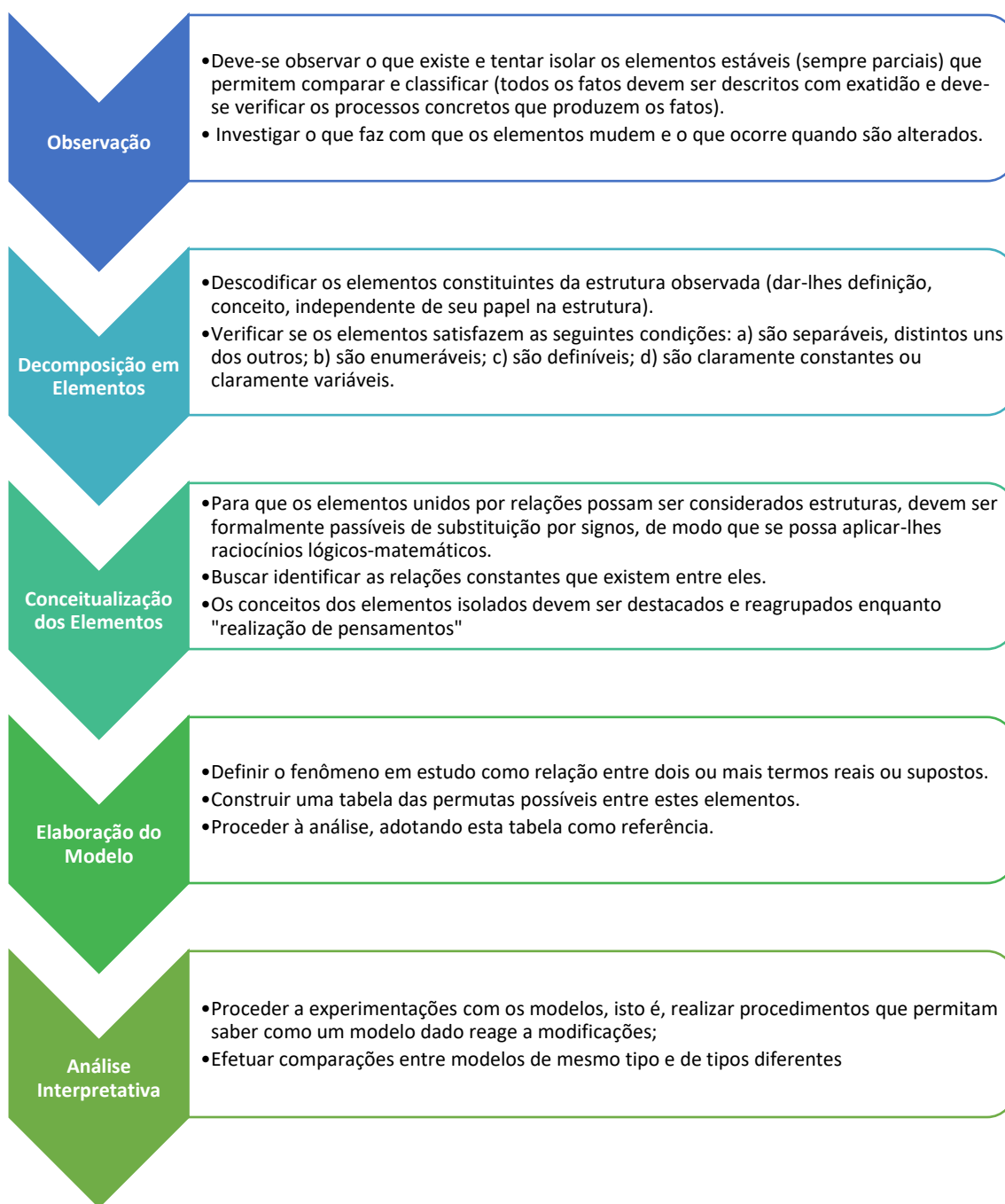
Para um modelo científico ser considerado uma “estrutura”¹⁰, ele deve satisfazer algumas condições: a) “o modelo deve oferecer um caráter de sistema”; b) “todo modelo deve pertencer a um grupo de transformações”; c) “as propriedades exigidas por essas duas condições devem permitir prever de que modo reagirá o modelo”; d) “é necessário que o modelo seja construído de tal modo que seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados” (GIL, 2008, p. 20).

Segundo Thiry-Cherques (2006, p. 143), o estruturalismo não nega os condicionantes históricos, e “aceita que existam causas, relações causais e mudanças, até mesmo de caráter histórico (relações diacrônicas), mas não crê que tais relações sejam determinantes na compreensão do mundo que nos cerca”.

Por definição, uma estrutura é um sistema relacional ou um conjunto de sistemas relacionais, tais como as relações de parentesco, os esquemas de controle de tráfego, os códigos de etiqueta, etc. Uma estrutura é um todo formado de fenômenos solidários. Cada um dos seus elementos depende dos outros e é determinado por sua relação com eles. A alteração, acréscimo ou supressão de um elemento implica acomodação e reajuste na posição dos demais” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 142).

Para Hoff (2014), o procedimento metodológico do estruturalismo, se dá de acordo com as etapas presentes na figura 1:

Figura 1 - Descrição das etapas do método estruturalista



Fonte: Adaptado de Hoff (2014, p. 4).

Como fica claro na figura 1, no método estruturalista, a observação deve partir do que existe e da tentativa de isolar os elementos estáveis, investigando a causa das mudanças dos elementos e suas consequências. Então decodifica-se os elementos que constituem a estrutura observada, os elementos são conceituados como estruturas quando passíveis de substituição por signos. Partindo desses procedimentos pode-se definir o

modelo, levando em conta as relações entre os termos reais ou supostos, com a construção de uma tabela que sintetize essas relações. A tabela elaborada com as permutas possíveis entre os elementos, deve ser adotada como referência para a análise. Assim, a interpretação permite saber como um modelo dado reage a modificações, e permite comparar modelos distintos entre si (HOFF, 2014).

2.2 O Histórico-Estruturalismo da CEPAL

O histórico-estruturalismo é um modo típico de pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), representa um esforço analítico das especificidades das economias periféricas subdesenvolvidas. Segundo Hoff (2014, p. 5), “Trata-se de uma “teoria especial” à medida que trata de um campo específico, a saber, as transformações no longo prazo das economias periféricas”.

A forma de pensar o estruturalismo no contexto latino-americano não teve a pretensão de um embasamento epistemológico preciso, se limitando apenas a alguns requisitos de método, implícitos ao estudo do subdesenvolvimento periférico (HOFF, 2014; RODRÍGUEZ, 2006).

No modo de pensar cepalino, o enfoque histórico-estrutural implica em “posicionar a História nos diferentes momentos de reflexão” e “o uso crítico da teoria levou, portanto, ao estudo da história, não o contrário” (SANTOS, 2011, p. 66 e 67). Para Hoff (2014), o enfoque histórico-estrutural se utiliza da mesma ideia geral presente no estruturalismo.

O modelo de análise utilizado pelos cepalinos, não consiste em um modelo rígido e imutável definidor de leis gerais. Mas sim um modelo que serve para a análise de um corte temporal, que sofre influência das modificações sofridas pelas variáveis que lhe compõem, e que muda no tempo seguinte da observação (HOFF, 2014; SANTOS, 2011). Ou seja, o modelo cepalino se distancia dos modelos de equilíbrio geral, estáticos e a-históricos¹¹, convencionais na economia.

¹¹ “Aspecto no sentido de que podem ser aplicados em qualquer economia, independente do seu passado, da sua inserção na economia internacional, de suas estruturas econômicas, políticas, sociais, culturais” (HOFF, 2014, p. 7).

Hoff (2014, p. 8) apresenta a “dedução do método de construção do conhecimento usado pela CEPAL”, em que a abstração do método é a seguinte:

- a) “Observação Crítica da realidade, mas também da teoria”. Exemplo da CEPAL: Surge da falta de explicação das teorias convencionais de desenvolvimento em relação ao subdesenvolvimento latino-americano;
- b) “Destaque de alguns elementos possivelmente relacionados”. Exemplo da CEPAL: Estabelece conceitos pré-analíticos, como a noção centro periferia;
- c) “Estabelecimento de tipologias considerando-se os elementos selecionados”. Exemplo da CEPAL: Considera as especificidades;
- d) “Definição da categoria analítica determinante das relações do modelo”. Exemplo da CEPAL: Para os cepalinos a capacidade de diversificação do setor exportador é a categoria fundamental;
- e) “Definição do Modelo”. Exemplo da CEPAL: Hipótese do impacto externo que redefine o vínculo das estruturas internas;
- f) “Interpretação da realidade a partir do Modelo”. Exemplo da CEPAL: Como o quadro externo repercute sobre a estrutura interna.

A abstração do modelo a partir da relação centro periferia, surge da observação real, e permite a percepção dessas relações em países com processos de formação econômica similares. A riqueza do método histórico-estruturalista reside justamente nessa relação entre o processo indutivo e a abstração teórica (HOFF, 2014; BIELSCHOWSKY, 1998).

É ainda um método “indissociavelmente histórico e estrutural”, histórico no sentido que trata de tempos históricos e não cronológicos. Considera [o método] que as mudanças estruturais se repetem no tempo, tornando possível sua definição e percepção histórica. E é estrutural porque coloca certos elementos das estruturas econômicas em primeiro plano (HOFF, 2014, p. 9; RODRÍGUEZ, 2009).

2.3 O Histórico-Estruturalismo de Celso Furtado

A principal contribuição de Celso Furtado para a análise histórico-estruturalista da CEPAL. Segundo Bielchowsky (2010), foi a introdução de uma perspectiva histórica de longo prazo. Furtado em sua obra “Formação Econômica do Brasil” “fornecia um estudo histórico decisivo para a legitimação dessa referida abordagem [histórico-estruturalismo], pelo menos no que se refere ao caso brasileiro” (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 39).

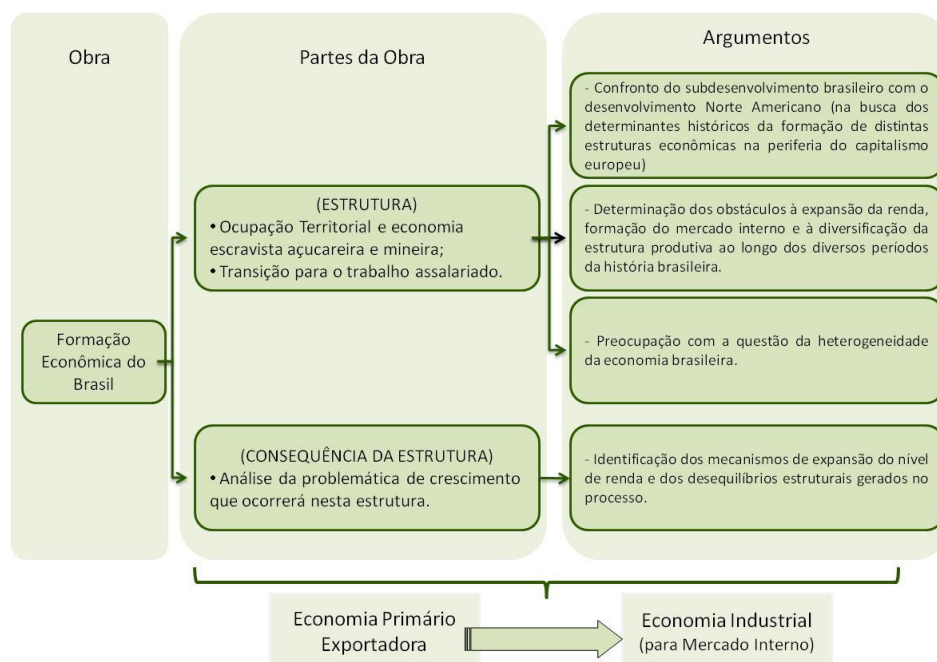
O livro Formação Econômica do Brasil (FEB) ajudou a legitimar a abordagem histórico-estruturalista, “criou uma metodologia estruturalista de análise da história de países periféricos, desvendando um alcance analítico da abordagem estruturalista que causou admiração aos próprios economistas da escola cepalina” (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 39). Segundo Vásquez¹² (1955) a “obra de Furtado não é só muito valiosa por sua penetrante análise da história econômica do Brasil, mas, sobretudo, por sua contribuição metodológica”. Para se chegar ao nível de conhecimento construído em FEB, segundo Furtado (1954, p. 14) foi:

[...] indispensável que nos colocássemos em distintas posições no tempo, e das mesmas tentássemos um corte vertical no processo histórico. Nesse sentido fomos levados a adotar, em suas linhas gerais, a técnica de análise que os economistas chamam de construção de modelos [...]. A técnica de análise aqui adotada consiste substancialmente em uma tentativa de reconstituição da realidade através da caracterização de uma série de pontos estratégicos. Não nos interessa reproduzir aquilo que sucedeu em um dado momento histórico senão como elemento subsidiário que esclarece a forma como funcionava o sistema. É o mecanismo mesmo desse sistema que nos preocupa.

Hoff (2014, p. 11) define o esquema estrutural da obra Formação Econômica do Brasil, conforme apresentado na figura 2:

¹² Juan Noyola Vázquez (1922-1962), foi um importante teórico latino-americano e um destacado membro da CEPAL (EUMED, 2016).

Figura 2 - Esquema Estrutural da obra Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado



Fonte: HOFF (2014, p. 6).

O método utilizado por Celso Furtado, serve como um subsídio para a percepção do funcionamento do sistema. Segundo Furtado (1954, p. 191), o esforço teórico de subtrair da análise a ser feita, o seu conteúdo histórico, e reter somente a mecânica geral do desenvolvimento, auxilia identificar com mais rapidez e precisão “as categorias básicas de um processo histórico, e subministra um instrumental analítico que poderá servir para uma prognose desse processo”.

A dissecação do método de Celso Furtado feita por Hoff (2014), permite identificar a construção do conhecimento utilizada por Furtado. O método utilizado por Furtado pode ser abstraído cinco procedimentos, cada um deles relacionado com um elemento teórico. Essa relação entre procedimento metodológico e teoria, segundo Hoff (2014, p. 12), é a seguinte:

1. Observação (“Colocar-se em distintas posições no tempo”);
2. Destaque de alguns elementos possivelmente relacionados (“Fazer corte vertical no processo histórico; A reprodução do momento histórico serve como subsídio de como funciona o sistema”);

3. Definição da categoria analítica determinante das relações do modelo (“Reter a mecânica do processo histórico para: a) Fazer a abstração das categorias básicas do processo estudado; b) Estabelecer um instrumental analítico”);
4. Definição do Modelo (“Construção de modelos”);
5. Interpretação da realidade a partir do Modelo (“Reconstituição da realidade através de uma série de pontos estratégicos”).

3 METODOLOGIA

Como metodologia optou-se pela utilização do método histórico-estruturalista, apoiando-se na construção metodológica presente na obra de Celso Furtado. Sobre seu método Furtado (1972, p. 3 e 4), faz a seguinte afirmativa:

[...] a partir de uma globalização histórica, identificam-se os elementos estruturais que permitem, num corte temporal, reduzir a realidade social a um sistema a que se podem aplicar os instrumentos da análise econômica. O corte temporal torna-se necessário, a fim de que certos elementos ganhem suficiente invariância para que possamos considerá-los estruturais. A globalização histórica, por sua vez, permite continuar a observar tais elementos como variáveis, que mudam de significação quando se passa de um a outro corte temporal [...] [a partir da captação do quadro estrutural], o comportamento das variáveis endógenas deve encontrar explicação no sistema e nas leis que presidem as relações deste com suas fronteiras internas e externas. É a partir deste ponto que a análise econômica adquire maior precisão, dando-nos os instrumentos com que identificar tendências e descortinar o horizonte de opções com que se confrontam os agentes responsáveis pelas decisões mais significativas.

Assim acredita-se que o método histórico-estruturalista, é adequado para analisar a pecuária como estrutura central no processo de formação econômica de Santana do Livramento, e através de cortes verticais no tempo, identificar a sua influência sobre os demais setores da econômicas do município.

A técnica de pesquisa foi bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem desse tipo de pesquisa, segundo o autor, é possibilitar ao pesquisador trabalhar com uma gama de fenômenos muito maior do que na pesquisa direta.

A pesquisa documental, para o mesmo autor, se assemelha a bibliográfica tendo como diferença a natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica utiliza as contribuições de autores sobre o tema e, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. (GIL, 2008, p. 51).

Para alcançar os objetivos específico propostos, utilizou-se alguns procedimentos metodológicos que permitam tornar mais coerente a análise proposta. Para descrever a formação espacial e a dinâmica da grande propriedade no município de Santana do Livramento e compreender a influência da pecuária sobre o surgimento da

atividade saladeril¹³, indústria frigorífica e de lã abordando elementos sociais e econômicos desse processo, utilizou-se o método histórico.

Segundo Aróstegui (2006, p. 453) “o histórico é um atributo do social e que, por conseguinte, seu estudo e o método para isso terão de estar inseridos no âmbito do social. A sociedade é o sujeito da história”.

Na pesquisa histórica o “documento indiciário¹⁴ (...) é a fonte de informação por excelência”, isso possibilita trabalhar com uma gama maior de bibliografia, enriquecendo a pesquisa - já que a maior parte da bibliografia existente referente a Santana do Livramento é histórica. A “fonte para a história pode ser, e de fato é, qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa aportar um testemunho, vestígio ou relíquia, qualquer que seja sua linguagem”. Ou seja, a fonte histórica seria “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que precede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 467, 489 e 491).

Outro procedimento metodológico adotado, além da pesquisa histórica, é o método estatístico, que permitiu através de tabelas, gráficos e análises descritivas, examinar as mudanças na estrutura produtiva agropecuária, na segunda metade do século XX. Além disso, permitiu analisar o declínio das atividades industriais, a crise econômica e o processo migratório ocorrido nas décadas de 1990 e 2000. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 108) o método estatístico “significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado”.

As estatísticas usadas foram elaboradas através de dados disponíveis na literatura e em bancos de dados. Os principais bancos de dados utilizados, foram: **FEE** – Fundação economia e Estatística, principalmente dados referentes a produto (total, per capita, e valor adicionado bruto por setor); **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes a população, rebanhos, e o senso agropecuário; **PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Índice de Desenvolvimento

¹³ Que diz respeito a saladeiro ou à indústria do charque.

¹⁴ Relativo a indício; indicioso. Que se baseia em fato, circunstância ou sinal capaz de conduzir, por dedução ou suposição, à descoberta da verdade (PRIBERAM).

Humano, e de Gini. O quadro 1 busca organizar, por objetivo da pesquisa, quais variáveis, técnicas de Pesquisa e fontes de informação que foram usadas.

Quadro 1 - Procedimento Metodológico

OBJETIVO	VARIÁVEIS	TÉCNICA DE PESQUISA	FONTE DE INFORMAÇÃO
Delinear os vínculos do Rio Grande do Sul com a atividade pecuária.	História e Características: Missões Jesuítas, conflitos entre as coroas ibéricas, atividade pecuária.	Histórica	Literatura e Documentos
Descrever a formação espacial e a dinâmica da grande propriedade no município de Santana do Livramento.	História e Características: Missões Jesuítas, Distribuição de terras, Sesmarias, Estâncias, Sociedade escravocrata, Pecuária e Comércio.	Histórica	Literatura e Documentos
Examinar as mudanças na economia de Santana do Livramento durante o século XX.	História, Características e Quantitativos: Pecuária, Mercado do charque, Saladeiros, Frigoríficos, Lanifício. Renda, População (Total, rural e urbana), Senso Agropecuário, Uso da Terra, IDH, GINI.	Histórica Estatística	Literatura e Documentos FEE IBGE PNUD

Fonte: *Elaboração própria*

3.1 Modelo de análise Histórico-Estruturalista para Santana do Livramento

O enfoque metodológico histórico-estruturalista, prevê a elaboração de um modelo teórico que permita interpretar a realidade. Para criar um modelo de análise histórico-estruturalista de Santana do Livramento, utilizando-se dos procedimentos metodológicos de Celso Furtado, o ponto de partida é a observação. Observando, em distintas posições do tempo, percebe-se que a pecuária é uma estrutura presente em todo o processo de formação econômica de Santana do Livramento. Então a pecuária pode ser definida como estrutura central.

A relação da pecuária com outros setores da economia de Santana do Livramento pode ser identificada através de cortes verticais no tempo. Em um primeiro momento a pecuária influencia a formação espacial e social do município, com o surgimento de grandes latifúndios, e uma elite militar de proprietários de terras. As grandes propriedades, surgem para aproveitar o gado existente no local – que havia sido introduzido na região dois séculos antes pelos jesuítas – e por questões militares de defesa da fronteira no século XIX (MONTEBLANCO, 2013; ROCHA, 2011; ALBORNOZ, 2008; BANDEIRA, 1994).

Em um segundo momento do tempo, a pecuária influencia o surgimento da atividade saladeril e industrial, através do beneficiamento no local das matérias primas oriunda da pecuária. Posteriormente na segunda metade do século XX a baixa produtividade pecuária possibilitou que parte dos grandes latifúndios fosse arrendada para o cultivo do arroz. Mostrando-se uma atividade rentável e de baixo risco, foi implementada pelos próprios latifundiários em um segundo momento e não mais por arrendatários (ROCHA, 2011; ALBORNOZ, 2000; BANDEIRA, 1994).

A escassa diversificação produtiva da economia de Santana do Livramento, é uma característica econômica da metade Sul do Rio Grande do Sul, que tem sua economia baseada principalmente na pecuária bovina e na ovina como uma economia de “escopo”¹⁵ (com exceção para o período do auge da produção de Lã). Sendo o arroz o único cultivo agrícola relevante (BANDEIRA, 1994). Assim em um terceiro momento do tempo, quando a indústria baseada na pecuária entra em crise, a economia do município é afetada fortemente, desencadeando graves consequências econômicas e sociais (MACHADO; VELA, 2011; ALBORNOZ, 2000).

O modelo de análise, pode ser definido então através desses cortes verticais no tempo, e das abstrações feitas em relação as categorias básicas desse processo. Estabelecido o instrumental analítico, pode-se definir o modelo. Assim o modelo consiste em colocar a pecuária como estrutura central, que se relaciona com os demais setores da economia ao longo de todo o processo de formação econômica de Santana do Livramento. Ou seja, a pecuária influencia o surgimento das grandes propriedades, da indústria, da agricultura, e sobrevive as crises desses setores. Esse modelo é apresentado de forma abstraída na figura 3:

¹⁵ Economia de escopo pode ser quando “para a produção de um bem, é necessária a aquisição de um fator de produção comum [...] [e] sua posterior utilização na produção de outro bem é praticamente gratuita”. Ou quando “um insumo pode ser compartilhado para produzir vários produtos em função de seu processo produtivo” (IOOTTY e SZAPIRO, 2013, p. 35).

Figura 3 - Modelo de análise histórico-estruturalista de Santana do Livramento.



Fonte: Elaboração própria.

Com o modelo de análise definido, a realidade pode ser interpretada através dele. Pode-se reconstruir a realidade econômica de Santana do Livramento recorrendo a pontos estratégicos desse processo. Ao longo do tempo o contexto econômico está relacionado, com maior ou menor intensidade, com a pecuária, estrutura central, permitindo a análise e a interpretação, da realidade, na “Formação Econômica” de Santana do Livramento, através do modelo elaborado.

4 RIO GRANDE DO SUL E SEUS VÍNCULOS COM A PECUÁRIA

É importante atentar para a relevância da pecuária no processo de colonização do atual Estado do Rio Grande do Sul, e como ela torna-se determinante de características de apropriação e de dinâmicas econômicas e sociais. Somente através dessa contextualização, que se pode entender Santana do Livramento como parte de uma região historicamente relacionada à pecuária, e compreender como esta atividade torna-se um elemento estruturante de sua economia.

Com esta pretensão o presente capítulo irá abordar como se deu o processo de colonização do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como fio condutor o desenvolvimento da atividade pecuária. Vai enfatizar-se como ela perpetuou-se principalmente na região sul do Estado, da qual Santana do Livramento faz parte, que possui uma formação economia e sócio-espacial caracterizada por grandes latifúndios pecuaristas, pouca atividade industrial, grande pobreza e baixa diversificação produtiva. Espera-se, com isso, possibilitar uma localização histórica, econômica e geográfica do município, a qual permita analisar a pecuária como elemento estrutural na formação econômica de Santana do Livramento.

4.1 As primeiras povoações Jesuítas e a introdução do gado no Rio Grande do Sul

O atual Estado do Rio grande do Sul teve sua colonização europeia tardiamente, quando comparado a outras regiões da América. Para alguns autores, como Brum (1985), Pesavento (1985), Queiroz (1985), Albornoz (2000) e Rocha (2011) esse fato se deve à falta de riquezas comerciais que interessassem ao comércio das metrópoles europeias. “Por isso, essa parte da América ficou mais de um século esquecida, sem despertar o interesse dos europeus” (BRUM, 1985, p.18).

Segundo Rocha (2011), o território do atual estado só começou a ser considerado integrante da colônia portuguesa no final do século XVII. Até esse momento a área permaneceu sem uma delimitação concreta entre os territórios portugueses e espanhóis. Caio Prado Junior (1976, p.94) afirma que “[...] as fronteiras meridionais do Brasil se conservavam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas”.

Portugal só passou a dar mais importância as terras do extremo sul, no final do século XVII, com a intenção de ter maiores lucros com a exploração comercial das terras brasileiras, sendo este o único caminho português para a região de Buenos Aires (ROCHA, 2011). Porém, Prado Junior (1976) só considera o território rio-grandense efetivamente ocupado a partir da segunda metade do século XVIII, quando começaram as explorações produtivas da região ligadas à pecuária. Furtado (2007) atribui a atividade pecuária como um elemento presente na região sul desde o início de sua ocupação, mesmo que essa atividade em um primeiro momento não estivesse ligada às transações comerciais externas.

Apesar da colonização europeia ter sido tardia no Estado, Montebianco (2013), Paniagua (2003) e Albornoz (2000) fazem um alerta sobre a existência de povoados indígenas na região que antecedem em séculos a chegada dos europeus. O primeiro autor citado afirma existirem vestígios de povoados aborígenes que remetem a 12000 anos, habitando principalmente a região sul do atual Estado. Seria, portanto, incorreto supor que os colonizadores ibéricos chegaram em uma região desabitada.

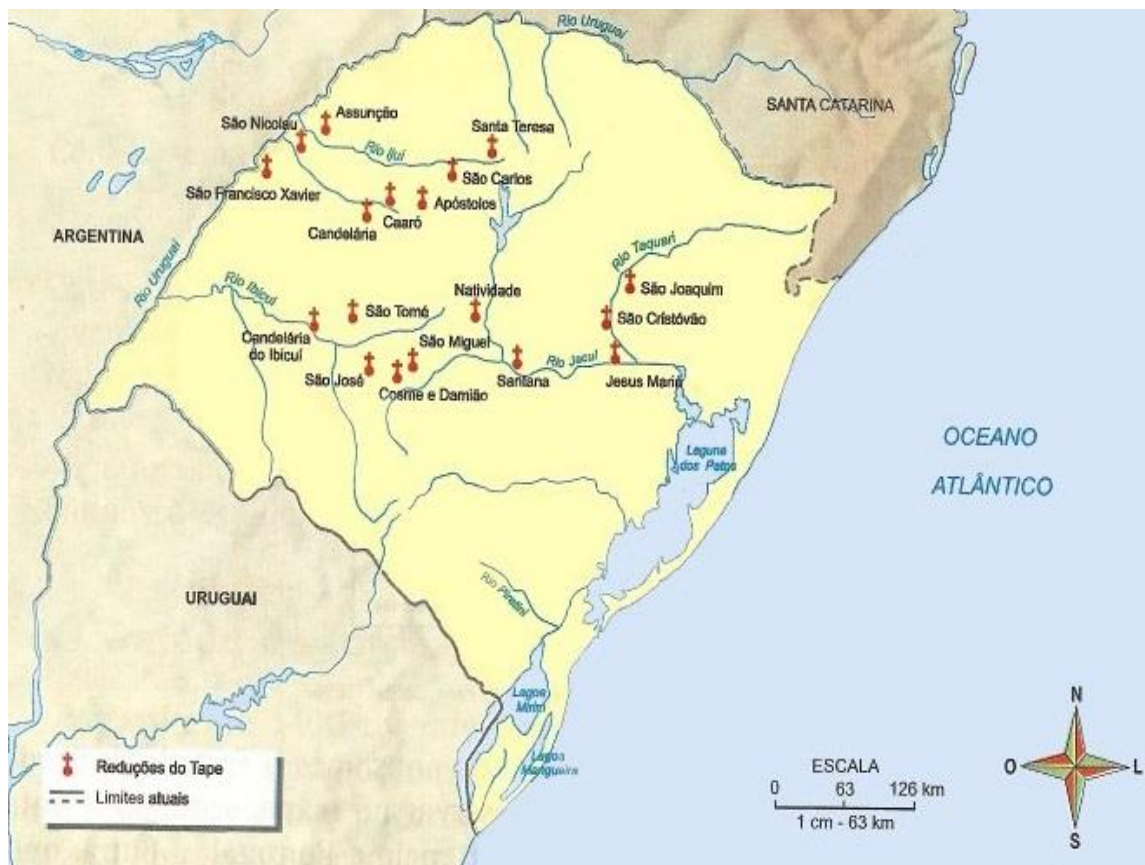
Os primeiros europeus a se fixarem na região foram os padres jesuítas espanhóis, vindos do Paraguai para fugir das perseguições dos bandeirantes paulistas, que buscavam índios para escravizar. Esses jesuítas fundaram em 1626 as reduções de Tape (Figura 4) - localizadas na região noroeste e centro do atual Estado - e trouxeram consigo os índios guarani, além de serem os responsáveis pela introdução do gado na região, que acabou se tornando um elemento fundamental na economia gaúcha (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

Os jesuítas estavam presentes em terras dos atuais Paraguai, Argentina e Brasil, formando o que ficou conhecido como os 30 povos missioneiros. Essas missões eram parte do sistema colonial espanhol, que se utilizavam de agrupamentos indígenas sob os preceitos cristãos para a ocupação do território. Nesse sistema colonial, segundo Uesler (2011) e Montebianco (2013), que, em 1634, foi introduzido o gado na região.

Também através dos jesuítas, com o intuito de armazenar o gado, surgiram as primeiras estâncias, na forma de grandes criatórios naturais de onde os povoados jesuítas tiravam seu sustento. “Foram estas reduções do Tape as responsáveis pela introdução e dispersão do gado pelo Pampa, a maior expressão do espaço rural na região até os dias de

hoje e elemento fundamental [...]” (MONTEBLANCO, 2013, p. 82) na formação econômica do Rio Grande do Sul.

Figura 4 - Reduções do Tape



Fonte: Adaptado de Albuquerque et al (1991).

Pouco tempo após de se estabelecerem na região, na década de 1640, os jesuítas tiveram que abandonar as reduções de Tape, expulsos por bandeirantes que invadiam constantemente as reduções, novamente, em busca de metais preciosos e principalmente índios para escravizar (PESAVENTO, 1985). A fuga se deu em direção a margem oriental do rio Uruguai deixando para trás, nas reduções e estâncias, o gado bovino (ALBORNOZ, 2000). Montebianco (2013, p. 83) relata que

Este gado, solto, dispo de condições de mobilidade, sem a interferência de predadores, se difundiu instintivamente para o sul, onde encontrou abundância de água e pasto, reproduzindo-se rapidamente e formando a reserva de gado conhecida como “vacaria Del Mar”, que se espalhava pela metade sul do atual território do Rio Grande do Sul e pelo Uruguai, incluindo a porção do espaço correspondente a atual Santana do Livramento.

Estima-se que alguns anos depois do abandono do gado, pelos Jesuítas, o número de animais, entre equinos e bovinos, tenha chego a 48 milhões de cabeças. Por

causa do gado, a paisagem da região se modificou, bem como os costumes indígenas que passaram a introduzir o gado, vacum e cavalariagem, em sua cultura. Essa enorme reserva de gado que havia se desenvolvido na região, logo despertou o interesse de diversos atores que ali estavam inseridos. São exemplos os índios não aldeados, castelhanos aventureiros, portugueses, índios cristãos remanescentes das missões de Tape e mestiços, que extraíam sebo e couro para vender nos grandes centros coloniais brasileiros e da região do Prata (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

A interação entre os povos, proporcionada pela pecuária possibilitou o intercâmbio cultural entre índios e europeus, modificando os hábitos de ambos, além de gerar um ambiente propício para as trocas econômicas. Esse intercâmbio cultural, deu origem a imagem do gaúcho como um caçador de gado que extraía o couro e vendia a quem lhe pagasse mais, sem pertencer a nenhuma nação ou possuir terras (PESAVENTO, 1985; MONTEBLANCO, 2013).

Na época o principal produto extraído da pecuária, bem como o de maior valor comercial, era o couro. Conforme afirma Pesavento (1985), em relação ao gado a carne era apenas um subproduto de forma que se extraía o couro e uma quantidade de carne necessária apenas para o consumo, subsistência, e o restante era deixado para apodrecer no campo. Porém, quando se analisa a relação dos índios missioneiros com o gado, essa não se baseava simplesmente na extração de couro e sebo, interesse dos portugueses, espanhóis e gaudérios na região.

Para o povo missioneiro que havia emigrado das reduções de Tape à outra margem do rio Uruguai, o gado existente na região significava uma importante fonte de abastecimento (MONTEBLANCO, 2013). Os missioneiros se organizavam para capturar e transportar o gado, e conforme Paniágua (2003, p. 42):

[...] as vacarias para recolhimento de gado por parte dos missioneiros caracterizavam-se da seguinte maneira: “Vão 50 ou 60 índios com cinco cavalos cada um. Põem eles num alto uma pequena manada de bois, ou vacas mansas, para serem vistos das selvagens (chimarronas), e à pequena distância as rodeiam ou as acurralam 30 ou 40 homens para a sua guarda. Entremeadas com essas as chimarronas seguem as mansas, fazendo-se à noite grandes fogos em torno para que aquelas não disparem. Assim, em dois ou três meses, conseguem pegar e trazer a seus Povos, de distâncias consideráveis, 6000 ou mais cabeças” (CARDIEL apud PORTO, 1954, p. 329).

É a partir desse difícil processo de recolhimento do gado, que surgiram as primeiras estâncias jesuítas, por volta de 1660 na região sul do atual Rio Grande do Sul,

como um meio de facilitar esse processo de captura e transporte do gado. No final do século XVIII a maioria dos povos missioneiros já possuíam estâncias nessa região (FLORES, 1996; PANIÁGUA, 2003; MONTEBLANCO, 2013).

O surgimento das estâncias missioneiras proporcionou um aumento da produtividade da pecuária. Além do contexto histórico no qual a pecuária passou a ter mais valor comercial. Fazendo com que logo as coroas ibéricas passassem a se interessar pelo território e gado existente na região. Esses interesses desencadearam uma série de conflitos entre as coroas ibéricas.

4.2 Disputas territoriais entre as coroas ibéricas

A disputa por terras entre Portugal e Espanha na América do Sul, é importante para entender o contexto do processo de ocupação territorial do atual Rio Grande do Sul pelos europeus. Na primeira metade do século XVIII,

O empobrecimento da região açucareira, ao reduzir o mercado de escravos da terra, repercutiu igualmente na região sulina, escassa de toda mercadoria comercial. Os couros, que de há muito se exportavam também pelos portos do sul, aumentaram então sua importância relativa, e os negócios de criação passaram a preocupar os governantes portugueses de forma crescente (FURTADO, 2007, p. 111).

Para Furtado (2007), a fundação da colônia do sacramento, em 1680, pelos portugueses configurou um episódio de expansão territorial brasileira ligada a decadência da economia açucareira, de modo que essa colônia possibilitou a Portugal reforçar sua posição nos “negócios do couro”, e construir um entreposto ao contrabando.

A ambição comercial portuguesa, na região, efetivada pela fundação da Colônia do Sacramento, que se localizava em frente a Buenos Aires, deu início a uma série de conflitos territoriais entre Portugal e Espanha,

Estes conflitos seguiram por mais de dois séculos, com várias vitórias e reveses tanto do lado português quanto do espanhol, com diversos recuos e avanços de fronteiras, indo de 1680, quando da fundação da Colônia de Sacramento, até 1825 quando Brasil e Argentina aceitaram reconhecer a independência da República Oriental do Uruguai e fixaram os limites definitivos entre o Brasil e os países platinos (ROCHA, 2011, p. 41).

Esses conflitos possibilitaram que as terras rio-grandenses fossem conhecidas, assim como o imenso rebanho que existia na região. Queiroz (1985) traz o

depoimento de um sargento mor do exército que, no século XVIII, afirma a importância das terras do atual Rio Grande do Sul para a coroa portuguesa. Segundo ele não apenas para apoiar a colônia do Sacramento, mas “para exploração de ouro e pedras de valor que supunham haver na região, e, sobretudo, para acesso a riqueza *‘muito maior de gado’*, que poderia ser retirado da campanha *‘e crear naquelles campos havendo quem o domestique¹⁶’*” (QUEIROZ, 1985, p. 15).

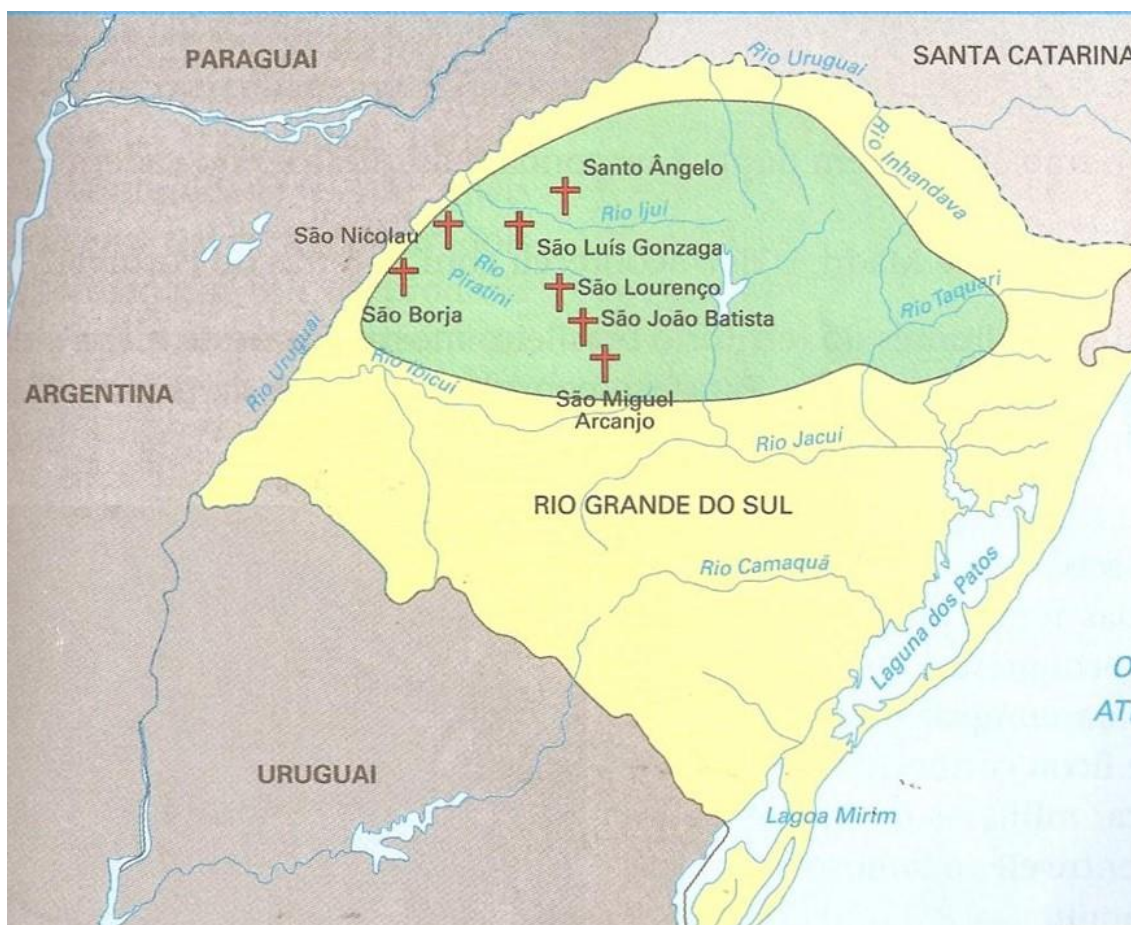
Para manter o território da região sul, a coroa portuguesa usou a distribuição de terras em grandes lotes como estratégia política e militar de manutenção do território. Desse modo os proprietários das terras, frente a ataques espanhóis, não estavam defendendo apenas os interesses da coroa portuguesa, mas também a sua propriedade e sua família (FLORES, 1997).

A estratégia usada pela coroa espanhola, foi em um primeiro momento a de incentivar a volta dos padres jesuítas para a região e reestabelecer os aldeamentos indígenas organizados por eles. Assim foram estabelecidos os Sete Povos das Missões¹⁷ em 1682 (Figura 5), dois anos após a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses. Ao retornarem os jesuítas se voltaram novamente a atividade pecuária, e a utilização de estâncias para armazenar o gado (FLORES, 1996, 1997; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013). “As estâncias dos Jesuítas eram núcleos de criação de gado, afastadas algumas, ilhas das reduções que eram os ‘centros urbanos’, onde os índios e jesuítas habitavam” (ROCHA, 2011, p. 48).

¹⁶ O que está em itálico é citação de Queiroz (1985) à outra obra.

¹⁷ São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo (Flores, 1996).

Figura 5 - Os Sete Povos das Missões



Fonte: TENODE (2016).

A cultura indígena, contribuiu para a prosperidade da atividade pecuária, conforme Flores (1996), os índios relacionavam a agricultura como uma atividade feminina e as atividades de pesca e caça (nômades) como masculinas, facilitando a adaptação dos índios ao trabalho na pecuária.

Segundo Pesavento (1985) as relações econômicas nesse novo povoamento, eram a de comunismo primitivo, em que os índios trabalhavam sob a supervisão dos jesuítas em prol da comunidade, e todos os meios de produção pertenciam a comunidade. Nesse período,

Os Sete Povos tornaram-se importantes centros econômicos, onde, além de erva mate e criação de gado, realizavam-se trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia, ofícios vários e trabalhos artísticos. [E para a organização do povoamento] os missionários nomearam seus caciques como chefes de setores de serviços administrativos (PESAVENTO, 1985, p. 12).

Com o acirramento das disputas territoriais entre as coroas ibéricas, os espanhóis fundaram em 1726 a cidade de Montevideo, ao lado da Colônia do Sacramento com o intuito de isolá-la incentivando o povoamento do interior do atual Uruguai, através da distribuição de terras condicionadas a fidelidade a coroa (ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013). Em contrapartida os portugueses também começaram a distribuir terras partindo do litoral do atual Rio Grande do Sul, sustentado pela fundação da cidade de Rio Grande, como um forte na época, em 1737 (PESAVENTO, 1985; QUEIROZ, 1985; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013), a figura 6 mostra a expansão das áreas territoriais das coroas ibéricas representadas pelas estâncias.

Figura 6 - Expansão das áreas territoriais das coroas ibéricas representadas pelas estâncias no século XVIII



Fonte: MONTEBLANCO (2013, p. 96).

O século XVIII, foi marcado por uma série de tratados territoriais com a finalidade de definir as fronteiras entre os territórios portugueses e espanhóis. Em decorrência da forte expansão tanto da região missioneira, a oeste, quanto das estâncias portuguesas, a leste, e espanholas ao sul do atual Rio Grande do Sul. Com o fim da vigência do tratado de Tordesilhas (1494), decorrente da união ibérica¹⁸, e o crescente interesse dessas coras pela região, surge no século XVIII uma série de novos tratados, sendo os mais importantes o de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), (figura 7) (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

O Tratado de Madri (1750) determinava a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, e estabelecia as fronteiras entre os territórios portugueses

¹⁸ Foi a união dos reinos de Portugal e Espanha sob o comando de um único rei, entre 1580 e 1640 (FLORES, 1997).

e espanhóis. Para Portugal esse tratado era muito interessante, já que nesse momento os Sete Povos das Missões haviam se consolidado em uma importante área de comércio, e a Colônia do Sacramento estava isolada por territórios espanhóis, e vinha sofrendo desde o início do século XVIII constantes ataques dos castelhanos. Entre 1704 e 1715 a cidade foi dominada pelos espanhóis, só voltando aos portugueses em 1715 com a assinatura do Tratado de Utrecht (1713-1715) na Europa, colocando fim à guerra pela sucessão da coroa espanhola. Mas em 1735 os espanhóis voltaram a atacar Sacramento, sitiando a cidade até 1737. Assim interessava mais a Portugal uma colônia contínua a seu território como os Sete Povos do que uma isolada como Sacramento (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

Quem saiu prejudicado com o Tratado de Madri (1750), foram os índios guaranis que habitavam as missões, pois deveriam desocupar o território para ser entregue aos portugueses conforme previa o tratado. A recusa dos índios em deixar a região culminou na Guerra Guaranítica (1754 – 1756), na qual portugueses e espanhóis se uniram para massacrar as forças indígenas que resistiam na defesa do território missioneiro (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

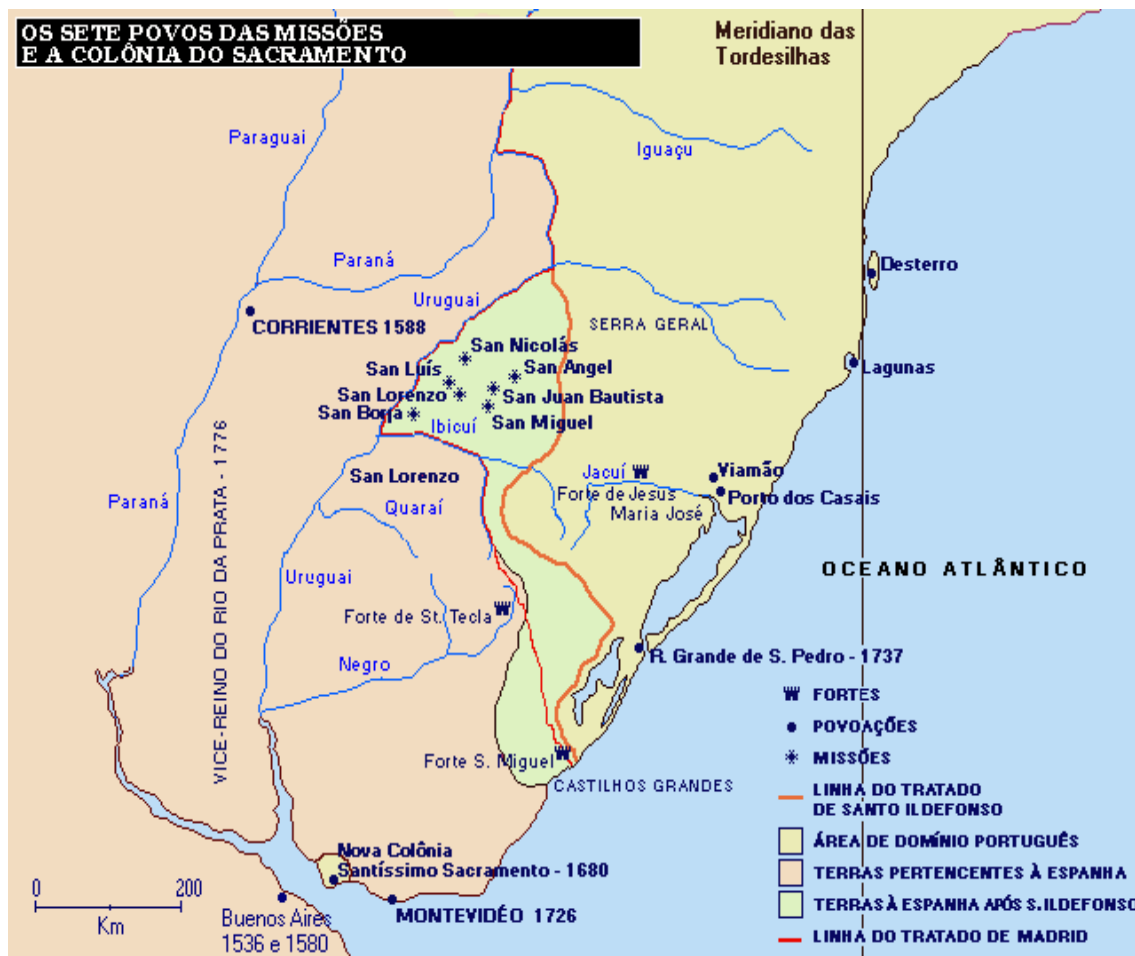
Em 1761 o Tratado de El Pardo anula o Tratado de Madri (1750), devolvendo os Sete Povos aos espanhóis e Sacramento aos portugueses, e em 1763 os castelhanos invadem o território do atual Rio Grande do Sul, motivados pela guerra dos sete anos na Europa que colocava Portugal e Espanha em lados opostos. Os castelhanos voltam a invadir a região em duas outras ocasiões 1773 e 1777, na última sob o comando de D. Pedro de Cevallos eles conseguem dominar Sacramento e Santa Catarina (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

No ano de 1777 é firmado um novo tratado entre as coroas ibéricas, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) que devolve Santa Catarina aos portugueses e determina a posse dos Sete Povos das Missões e da Colônia de Sacramento aos espanhóis. As fronteiras delimitadas pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) continuam valendo até 1801. As disputas comerciais entre França e Inglaterra, colocam as coroas ibéricas novamente em lados opostos em uma guerra, e no ano de 1801 pressionada pela França a Espanha declara guerra a Portugal, iniciando um novo processo de expansão territorial portuguesa no atual Rio Grande do Sul. Os portugueses invadem e tomam posse dos Sete

Povos das Missões, ampliando seus domínios por quase todo território o atual Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013) “somente a região dos atuais municípios de Santana do Livramento, Rosário do Sul, Alegrete, Uruguaiana e Quaraí, ainda continuou sob domínio espanhol” (MONTEBLANCO, 2013, p. 98).

A independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1810, sob a hegemonia de Buenos Aires, e apoio inglês, foi responsável por mais um período de expansão territorial portuguesa em direção ao sul. Em socorro ao último governador fiel a Espanha ainda não deposto pelas revoluções, que as forças militares portuguesas se mobilizam e conquistam a parte que faltava do atual Rio Grande do Sul. Os portugueses organizam o “exército pacificador” para socorrer o governo de Montevideú, que lutava contra as revoltas que almejavam sua independência ou sua anexação a Buenos Aires (CAGGIANI, 1983; PESAVENTO, 1985; MONTEBLANCO, 2013).

Figura 7 - Os Sete Povos das Missões, e os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)



Fonte: LAV (2006).

O “exército pacificar” foi dividido em duas colunas, reunidas em acampamentos nos atuais municípios de Santana do Livramento e Bagé, em 1811, sendo estabelecido o quartel general na primeira, sob o comando de D. Diogo de Souza (CAGGIANI, 1983; POTOKO, 2013). Como esses acampamentos ficavam muito tempo em um mesmo local, devido as dificuldades de mobilidade, acabavam deixando remanescentes, instalações, familiares de soldados e alguns comerciantes que seguiam as tropas (MONTEBLANCO, 2013). Outro episódio da expansão portuguesa na região sul, foi a tomada do Uruguai em 1820 e sua anexação ao território brasileiro com o nome de Província Cisplatina (PESAVENTO, 1985).

Em 1825 a Banda Oriental se revoltou contra o domínio brasileiro, reacendendo os conflitos militares na região. O interesse argentino era de anexar a Banda Oriental as Províncias Unidas do Prata, manifestado através da declaração de apoio aos

revoltosos. Então o Brasil declara guerra a Argentina, dando início a guerra Cisplatina. O conflito perdurou até 1828, quando foi assinado o tratado de paz com mediação inglesa, e o Uruguai se tornou um país independente. As consequências da independência do Uruguai para a economia gaúcha foi a perda do gado platino que era dirigido as charqueadas rio-grandense, além da concorrência da atividade charqueadora que se reestruturou no Uruguai e região do Prata (PESAVENTO, 1985). A independência do Uruguai também determinou uma nova configuração espacial da região, delimitando novas fronteiras ao Sul para o Brasil.

Como deixa claro a literatura, existiram muitos conflitos territoriais entre as coroas ibéricas, e desses conflitos se originaram boa parte das cidades na região, principalmente através de acampamentos militares, “de uma guarda, um forte, de um posto, de um armazém de provisões, ou de um posto militar com finalidades aduaneiras” (MARIANTE, 1992, p. 58). A respeito desse caráter militar do surgimento das cidades, o cientista francês Saint Hilarie (1974), que viajou pelo estado entre 1820 e 1821, relatou que algumas cidades na região mais pareciam praças de guerra, do que civilizações urbanas.

Quadro 2 - Disputas territoriais entre as coroas ibéricas

ANO	EVENTO	COROIA	LOCAL
1680	Fundação da Colônia do Sacramento.	Portuguesa	Região do Prata, em frente a Buenos Aires.
1682	Criação dos Sete Povos das Missões.	Espanhola	Noroeste do Rio Grande do Sul, com estancias indígenas na região sudoeste.
1704	Domínio espanhol da Colônia do Sacramento (1704-1715).	Espanhola	Região do Prata
1715	Tratado de Utrecht (1713-1715), que põe fim à guerra de sucessão espanhola e define o retorno da Colônia do Sacramento aos portugueses.	Espanhola e Portuguesa	Assinado nos Países Baixos.
1726	Fundação da cidade de Montevideú, com a finalidade de isolar a Colônia do Sacramento.	Espanhola	Região do Prata, ao lado da Colônia do Sacramento.
1735	Sítio a Colônia do Sacramento, pelo governador de Buenos Aires (1735-1737).	Espanhola	Região do Prata.
1737	Fundação do forte de Rio Grande, para assegurar as colônias portuguesas ao sul.	Portuguesa	Rio Grande do Sul.
1750	Tratado de Madri (1750), trocava a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, e estabelecia as fronteiras entre os territórios portugueses e espanhóis	Espanhola e Portuguesa	Atuais Rio Grande do Sul e Uruguai.
1752	Colonização açoriana, que deveria ocupar as Missões.	Portuguesa	Atual Rio Grande do Sul.
1754	Guerra Guaranítica (1754-1756), reação ao Tratado de Madri. Alguns índios se recusaram a abandonar as missões. Então tropas Espanholas e Portuguesas se unem para expulsar os índios.	Espanhola e Portuguesa	Atual Rio Grande do Sul.
1761	Tratado de El Pardo (1761) que anula o Tratado de Madri (1750), devolvendo a Colônia do Sacramento aos portugueses e os Sete Povos das Missões aos espanhóis.	Espanhola e Portuguesa	Atuais Rio Grande do Sul e Uruguai.
1762	O governador de Buenos Aires toma a Colônia do Sacramento.	Espanhola	Região do Prata.
1763	O governador de Buenos Aires, invade o Rio Grande do Sul. Em 1773 os castelhanos voltam a invadir o Rio grande do Sul.	Espanhola	Atual Rio Grande do Sul.

1775	Criação do Vice-Reino da Prata, destruição da Colônia do Sacramento e conquista da ilha de Santa Catarina.	Espanhola	Atuais Rio Grande do Sul e Uruguai.
1776	Os portugueses reconquistam o forte de Rio Grande.	Portuguesa	Atual Rio Grande do Sul.
1777	Tratado de Santo Ildefonso entre as coroas ibéricas. Segundo o qual tanto a Colônia do Sacramento, quanto os Sete Povos das Missões pertenceriam a Espanha. E a Ilha de Santa Catarina volta aos portugueses.	Espanhola e Portuguesa	Atuais Rio Grande do Sul e Uruguai.
1801	Sobre o domínio Napoleônico, a Espanha declara guerra a Portugal. Os portugueses invadem e conquistam os Sete Povos das Missões	Espanhola e Portuguesa	Atual Rio Grande do Sul.
1810	Independência das Províncias unidas do rio da prata, sob a hegemonia de Buenos Aires, e apoio inglês (por interesse comercial na região).	Províncias unidas do Rio da Prata	Atuais Argentina e Uruguai.
1811	Mobilização das forças portuguesas como “exército pacificador” comandado por Dom Diogo, para lutar contra os castelhanos.	Portuguesa	Atuais Santana do Livramento e Bagé.
1820	Derrota do General Artigas e anexação da banda oriental como província Cisplatina.	Portuguesa e Províncias unidas do Rio da Prata	Atual Uruguai.
1825	Início da Guerra Cisplatina.	Império do Brasil, Uruguai e Províncias Unidas do Rio da Prata	Atual Uruguai.
1828	O Uruguai torna-se um país independente. Nova fronteira para o Império brasileiro.	Uruguai	Uruguai.

Fonte: *Elaboração própria através de CAGGIANI (1983); PESAVENTO (1985); FLORES (1996); ALBORNOZ (2000); ROCHA (2011); MONTEBLANCO (2013).*

A introdução do gado pelos jesuítas na região, acabou determinando seu processo de formação espacial e social, tornando a região atrativa economicamente para as coroas ibéricas. Os constantes conflitos existentes na região acabaram caracterizando-a, e construíram as bases para uma sociedade de grandes proprietários de terras, de origem militar e economicamente dependentes da pecuária como principal fonte de renda. Essas características se mantiveram ao longo dos séculos principalmente na região sul do Rio Grande do Sul, determinando todo o seu processo de formação econômica.

4.3 O surgimento da economia pecuária do Rio Grande do Sul

A economia pecuária do Rio Grande do Sul, como mencionado anteriormente, teve início com as povoações jesuítas, que além de introduzir o gado na região criaram estâncias para armazená-lo. Em um primeiro momento o principal produto de origem da pecuária era o couro, de maior valor comercial tanto na região do rio da Prata quanto no Brasil (PESAVENTO, 1985; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011). Porém no século XVIII o gado para consumo e transporte passou a ter valor comercial, decorrente da expansão da atividade mineradora no Brasil. Sobre essa transição do comércio do couro para o abastecimento da região mineradora, Furtado (2007, p. 121) explica que:

A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração. A pecuária, que encontrara no Sul um hábitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se - e que, não obstante sua baixíssima rentabilidade, subsistia graças às exportações de couro -, passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira. O gado do Sul, cujos preços haviam permanecido sempre em níveis extremamente baixos, comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança, em ocasiões, preços excepcionalmente altos.

Como a economia mineira se localizava em uma região montanhosa e distante do mar, era necessário um complexo sistema de transporte, e a tropa de mulas constituía a autêntica infraestrutura desse sistema. Criando grande demanda por animais de carga. Também existia demanda por carne bovina para alimentar os escravos que trabalhavam nas minas (FURTADO, 2007; ROCHA, 2011).

A demanda de gado para corte e transporte, da economia mineira do século XVIII, foi superior à da economia açucareira. A criação de mulas que se desenvolveu no Rio Grande do Sul possibilitou a integração do Estado com a economia brasileira, de modo que a cada ano milhares de mulas saíam do Rio Grande do Sul para abastecer a economia mineira. Caracterizando esse tipo de pecuária como a principal fonte de renda da região no século XVIII (FURTADO, 2007). “O rebanho rio-grandense foi integrado ao conjunto da economia brasileira, como principal fornecedora de animais para a região das minas” (ROCHA, 2011, p. 66).

Nesse período o gado de corte só precisava ser caçado no campo, existindo em abundância na “Vacaria del Mar”. Em relação ao rebanho mular, esse precisou ser buscado nos territórios espanhóis pelos tropeiros, onde já haviam sido usados no transporte das minas de prata de Potosi (PESAVENTO, 1985; FURTADO, 2007; ROCHA, 2011). Segundo Pesavento (1985, p. 14) “a mineração espanhola estava caindo na época em que surgiu a mineração brasileira”. Milhares de animais vacuns e muars subiam do Rio Grande do Sul em direção ao centro do país, surgindo nesse período novas vias de comunicação ligando a região ao resto do país¹⁹. Na época o Rio Grande português era uma faixa de terra que ligava a cidade de Laguna a Sacramento (PESAVENTO, 1985).

O comércio, segundo Rocha (2011, p. 67), funcionava da seguinte forma:

[...] praticamente todas as mulas e os animais vacuns que saíam do Rio Grande do Sul concentravam-se na região da Capitania de São Vicente, onde eram organizados em grandes feiras, e a partir daí, revendidos aos compradores que vinham das mais diversas regiões. Foi deste modo que as atividades da economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que os rebanhos vacuns e as mulas existentes no Brasil meridional fossem incorporados no processo produtivo mercantil do país.

A crescente demanda por gado para a região mineira, associado a extração do couro, acabou por apressar a devastação do rebanho, tornando necessário medidas que pusessem fim a atividade predatória, e que cuidasse da reprodução dos animais. Então alguns tropeiros que haviam ganho com o comércio do gado caçado, passaram a reinvestir seus lucros na criação, e a coroa portuguesa vendo uma boa oportunidade para garantir a posse do gado e da faixa de terras entre Laguna e Sacramento começou a distribuir sesmarias (PESAVENTO, 1985).

As sesmarias eram doadas a tropeiros que se sedentarizaram e a militares que pediam baixa para se dedicarem a pecuária, ocupando áreas próximas ao litoral (ver figura 5).

¹⁹ Estrada do Litoral, 1704 e estrada da Serra em 1727 são exemplos (PESAVENTO, 1985).

Constituíram-se assim, as primeiras estâncias portuguesas no Rio Grande do Sul, no século XVIII, dedicadas a atividade pecuária extensiva utilizando-se da mão de obra de peões (PESAVENTO, 1985).

Para Furtado (2007), foi graças ao ciclo minerador que o processo de criação de gado no Rio Grande do Sul passou de um processo rudimentar, baseado em um regime de subsistência, para uma atividade econômica articulada com as demais regiões brasileiras. Permitindo “a utilização mais ampla e racional tanto das terras como do rebanho” (ROCHA, 2011, p. 67).

A decadência das minas no final do século XVIII, ocasionou uma diminuição na demanda por animais de corte e transporte. Porém esse fenômeno não causou a decadência da economia sulina, que nesse momento possuía dois novos produtos comercializáveis, o trigo e o charque. E através deles “mercantilizava-se a economia rio-grandense, com uma produção especializada de determinados produtos que objetivavam o mercado interno brasileiro” (PESAVENTO, 1985, p. 16).

O trigo representou expressiva participação nas exportações gaúchas a partir de 1780. A produção de trigo esta relacionada ao processo de colonização açoriana. Os casais açorianos foram trazidos ao Estado, para ocuparem a região das missões após o tratado de Madri (1750). Porém novos conflito e a revogação desse tratado impossibilitaram que os açorianos se instalassem na região, então esses imigrantes receberam lotes de terras próximas ao litoral rio-grandense. Os colonos açorianos se dedicaram a agricultura, principalmente do trigo. A produção prosperou e alguns produtores de trigo conseguiram enriquecer. Parte dos lucros foram reinvestidos no aumento da capacidade de produção, através do aumento de trabalho nas plantações, principalmente com a aquisição de escravos (PESAVENTO, 1985).

Entretanto alguns fatores contribuíram para o desestímulo dessa cultura. Muitas vezes a coroa se apropriava da produção para alimentar as tropas com a promessa de pagamento futuro, que nem sempre acontecia, ou então recrutava forçadamente açorianos para servir ao exército, retirando mão de obra da lavoura. Também existiam os problemas do comércio internacional no qual o trigo estrangeiro tinha vantagens fiscais sobre o brasileiro, e até mesmo a proibição a entrada do produto gaúcho em Portugal, por causa das regras estabelecidas na relação colônia-metrópole. Em 1814 uma praga nos trigais acabou de vez com os estímulos a essa cultura (PESAVENTO, 1985).

Paralelamente ao desenvolvimento do trigo teve início a mercantilização da pecuária através do charque. O charque acabou se revelando uma atividade lucrativa, e “fez com que aqueles açorianos que haviam conseguido acumular um pouco com o trigo, se orientassem para a pecuária. O charque veio transformar-se num polo de atração muito forte, ao criar um mercado regional para o gado” (PESAVENTO, 1985, p. 17). O mercado nacional brasileiro favoreceu a atividade charqueadora, por possuir uma demanda estável de charque, destinado principalmente a alimentação de escravos.

A riqueza proporcionada pelo charque foi responsável por introduzir em grande escala a mão-de-obra escrava no Rio Grande do Sul, para trabalhar nas charqueadas. As charqueadas platinas denominadas de “saladeros”, tinham vantagens por usarem mão de obra livre e receberem todo o amparo governamental, sendo a atividade fundamental do Vice-Reino do Prata. Mas, com as guerras de independência no Prata, a partir de 1810, os “saladeros” entraram em crise desorganizando a atividade charqueadora da região. E “o gado platino foi encaminhado então para as charqueadas rio-grandenses, que se viram beneficiadas com a desorganização dos concorrentes” (PESAVENTO, 1985, p. 18).

Para Rocha (2011, p. 68) “em nenhuma outra região do Brasil a criação de gado teve tanta importância comercial como na rio-grandense, fundamentando as atividades econômicas da região por três séculos (XVII, XVIII, XIX)”.

A pecuária foi responsável ao mesmo tempo pelos conflitos entre as coroas ibéricas e o surgimento de um modo de produção que caracterizou a formação econômica do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento a expansão da economia mineira, atribuiu um grande valor comercial ao rebanho abundante que existia na região. As relações econômicas decorrentes desse processo possibilitaram o surgimento da indústria do charque, que prosperou mesmo com a decadência da economia mineira. Os estancieiros que haviam ganho sesmarias e gado, fizeram dessa uma atividade quase exclusiva na região onde se encontravam os maiores rebanhos e propriedades (quadro 3). Determinando o surgimento da chamada Metade Sul, com baixa diversificação produtiva, grandes latifúndios, grandes rebanhos e baixo desenvolvimento.

Quadro 3 - A Economia Pecuária Rio-grandense

ANO/PERÍODO	Marco	Atividade econômica
1634	Introdução do gado pelos padres jesuítas no território rio-grandense.	Subsistência para os povos missioneiros, e extração do couro para o comércio com a região do Prata.
Início do século XVIII	Expansão da atividade mineradora no Brasil.	O gado para consumo e transporte passou a ter valor comercial.
Século XVIII	Doação de sesmarias no litoral entre Laguna e Sacramento, pela coroa portuguesa. As sesmarias eram doadas a tropeiros que se sedentarizaram e a militares que pediam baixa para se dedicarem a pecuária	Criação de gado para transporte e consumo, para ser comercializado pelos novos estancieiros luso-brasileiros.
1704 e 1727	Primeiras estradas, que ligavam a produção pecuária rio-grandense e a demanda mineira.	Comércio de gado entre a região sul e as minas gerais.
1780	Colonização açoriana. Expressiva participação do trigo nas exportações rio-grandense.	Criação e comercialização de gado. Plantação e comercialização de trigo.
Final do século XVIII	Prosperidade da produção de trigo.	Criação e comercialização de gado. Expansão da plantação e comercialização de trigo.
Início do século XIX	Tomada das missões pelos portugueses. Expansão dos rebanhos e estancias portuguesas.	Surgimento das charqueadas rio-grandenses. Comércio de charque.
1814	Praga nas plantações de trigo. Expansão das charqueadas, com o capital gerado pelos trigos e a introdução do rebanho uruguaio as charqueadas rio-grandenses.	Comercialização de charque.
Século XIX	Prosperidade das charqueadas. Introdução de mão-de-obra escrava na economia rio-grandense.	Predominância da produção e comercialização do charque.

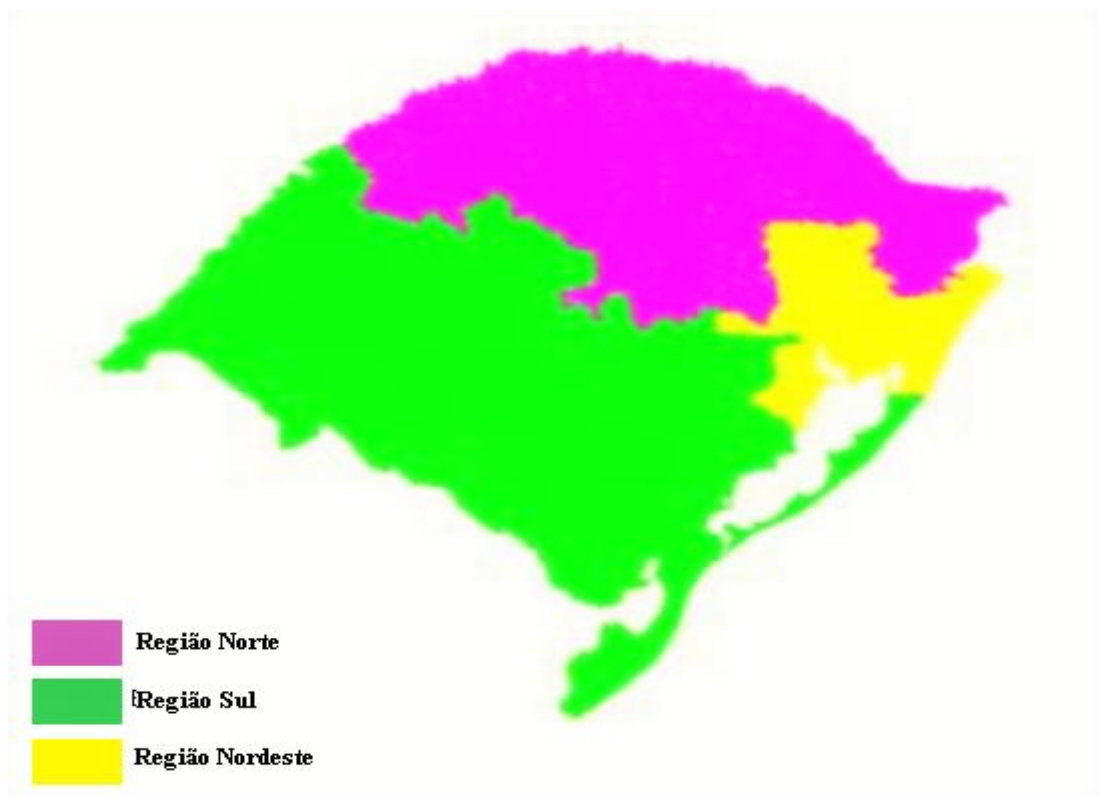
Fonte: Elaboração própria através de Pesavento (1985); Furtado (2007) e Rocha (2011).

4.4 As Raízes da Crise na Metade Sul do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul, possui regiões com diferentes graus de desenvolvimento. Na literatura essa divisão é representada, principalmente, em duas regiões, Norte e Sul. Mas, para alguns autores a divisão mais adequada, se refere a três regiões, Norte,

Nordeste e Sul²⁰. Porém é consenso que a Região Sul²¹, é a região que apresenta, historicamente, níveis de desenvolvimento menores. Enquanto a região Nordeste, é a que apresenta maior desenvolvimento (Figura 8). As diferenças entre essas regiões do Estado, estão relacionadas a processos de formação econômica distintos.

Figura 8 - Divisão do Rio Grande do Sul em regiões Norte, Nordeste e Sul



Fonte: Adaptado de BATISTA et al. (2005, p. 945).

Autores como Pesavento (1985), Fonseca (1983), Flores (1990), Ilha *et alli* (2002), Waquil *et alli* (2008), Batista *et alli* (2005), Rocha (2011) e Bandeira (1994), relacionam o declínio da Metade Sul a desestruturação da economia pecuária-charqueadora.

Para Bandeira (1994), a redução da importância da Metade Sul, diante a sociedade gaúcha, se manifestou em níveis demográficos, políticos e econômicos. Nos níveis demográficos, se tem o processo migratório da região Sul em direção a Nordeste, na qual

²⁰ Para Bandeira (1994) a divisão mais adequada do Estado seria em três regiões, a Região Sul mais antiga e com a predominância da pecuária, a Região Nordeste com a predominância de pequenas propriedades que se converteu em um polo industrial, e a Norte com pequenas e medias propriedades e economia predominantemente agrícola. Ver Hentz (2013).

²¹ Entende-se Região Sul e Metade Sul como sinônimos, pois ambas se referem a mesma localidade.

trabalhadores desempregados, no setor pecuário, migraram em busca de oportunidades de trabalho nos centros industriais-urbanos.

Em relação à política, no século XIX, a metade Sul, tinha participação ativa por meio de seus representantes, geralmente grandes fazendeiros, ligados a pecuária ou ao charque, na política do Estado, mas essa participação foi se reduzindo ao longo do século XX (BANDEIRA, 1994).

Quanto aos níveis econômicos a Metade Sul, até a década de 1940, era responsável pela maior parcela na formação total do Produto do Estado, cerca de 38%, percentual que foi se reduzindo, chegando a aproximadamente 23% em 1980 (BANDEIRA, 1994, p.16) e apenas 18% em 2002 (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação das regiões no Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul de 1939 a 2002

REGIÃO	1939	1959	1970	1980	2002
NORDESTE	33,03	40,14	47,86	51,20	53,44
NORTE	28,65	30,40	28,17	25,70	28,53
SUL	38,33	29,43	23,95	23,09	18,03
TOTAL RS	100	100	100	100	100

Fonte: BATISTA et al. (2005, p. 945).

Historicamente o setor primário da região Sul, é caracterizado pelo domínio da atividade pecuária. Essa atividade, até a década de 1950, era responsável por mais da metade do “Valor Bruto da Produção (VBP)” agropecuária da região. “A Região Sul foi quase sempre, além disso, nos últimos cinco decênios, a área do Estado onde a pecuária apresentava maior participação no VBP do setor Primário” (BANDEIRA, 1994, p. 19).

A estrutura fundiária, de grandes propriedades e o setor pecuário como base da economia, são fatores que auxiliam a manutenção do menor desenvolvimento da região Sul, dentre as demais regiões (BANDEIRA, 1994).

Os grandes latifúndios, foram predominantes na forma de ocupação do território da região sul do Estado do Rio Grande do Sul motivados tanto por questões estratégico-militares, como pela existência na região, de inúmeros animais vacuns, que propiciavam a incorporação da criação extensiva da pecuária, naturalmente as formas produtivas das estâncias (ROCHA, 2011, p. 140).

Segundo Bandeira (1994), quando se pensa no declínio da região Sul, há uma associação da ideia com a prolongada crise do setor pecuário. Esta teria atingido toda a base

exportadora da região, composta pela pecuária e as charqueadas, ou frigoríficos em um segundo momento.

Pesavento (1985, p. 38) afirma que “as charqueadas representavam um setor econômico em crise no final do século XIX, enquanto que a economia colonial imigrante encontrava-se em ascensão”.

O final do século XIX e início do século XX, é indicado por Rocha (2011), como o começo da decadência da Metade Sul, em comparação a metade Norte do Estado, que teve nesse período um rápido crescimento agrícola-industrial. Fonseca (1983, p. 29), destaca a reorientação que sofreu a economia do Estado, no início do século XIX, passando de “eminente pecuária e baseada na demanda de exportações de um produto ou dois produtos (charque e couro)”, para uma “economia pomicultora e com ênfase no mercado local”. Enquanto “a campanha” atravessava uma estagnação diante a “Serra e ao Planalto” (FONSECA, 1983).

No final do século XIX, com a abolição da escravidão e o fim da obrigação dos proprietários de escravos em alimentá-los, levou a diminuição da demanda por charque e conseqüentemente a uma crise desse modelo de produção (ROCHA, 2011). As dificuldades que enfrentava a atividade pecuária, fazem com que, no início do século XX, os estancieiros, da metade sul, exigissem “do Estado uma política protecionista para o setor pecuário, pois acreditavam que a pecuária sendo a atividade predominante da economia do Rio Grande do Sul deveria ser socorrida” (ROCHA, 2011, p. 138).

Segundo Fonseca (1983) e Rocha (2011), em 1890 o charque era responsável por 30,3% do total das exportações do Estado, mas em poucas décadas esse produto foi perdendo a importância no volume das exportações estaduais, representando apenas 17,8% destas em 1927. Ou seja, em poucas décadas o charque foi diminuindo significativamente sua participação no volume de exportações do Rio Grande do Sul. Em 1896 representava 17,5 %, depois de uma breve recuperação em 1908 correspondeu a 34%, mas voltou a reduzir sua participação atingindo, em duas décadas, apenas 16,7% do valor total de exportações em 1928 (FONSECA, 1983, p. 130).

Contudo a estagnação desse segmento da economia, seria incapaz, de forma isolada, de determinar o declínio dessa região (BANDEIRA, 1994). Conforme Rocha (2011), a atividade pecuária se estendeu por mais de três séculos, e somente sofreu a concorrência modesta de um único produto agrícola, o arroz, a partir da metade do século XX. “A

exclusividade da atividade pecuária foi uma característica na formação econômica do Rio Grande do Sul” (ROCHA, 2011, p. 135). Sobre essa exclusividade da pecuária na metade Sul, Saint-Hilaire²² (1974, p. 120) constata que na região

Às magníficas pastagens (...) convidam naturalmente os pioneiros povoadores à criação do gado, mas contribuíram para um estado retrógrado, fazendo os deixar a vida agrícola propriamente dita pela pecuária, verdadeiro retorno a barbárie.

Em relação a falta de diversificação das atividades econômicas da região Sul, Bandeira (1994) afirma que o comportamento e as atitudes, “atrasadas e pouco propensas a inovação” dos estancieiros foram determinantes²³. A predominância do latifúndio pode ter contribuído para essa mentalidade conservadora, “a extensão das estâncias permitia que seus proprietários desfrutassem, mesmo nos momentos de crise, de rendimentos suficientes para assegurar a manutenção de um padrão de vida relativamente elevado” (BANDEIRA, 1994, p. 20).

Os proprietários menores, eram os que sofriam nos momentos de crise, muitas vezes obrigados a venderem suas terras para os grandes proprietários e emigrarem para as cidades. O despreparo, dos que se desfaziam das terras, em aplicar seus recursos em outras atividades, levava na maioria dos casos ao empobrecimento que nas gerações seguintes podiam chegar a miséria. Desse modo a regra para os proprietários de extensões maiores era evitar o endividamento, para assegurar a sobrevivência (BANDEIRA, 1994).

Decorre dessa mentalidade²⁴, para Bandeira (1994), a falta de pecuaristas propensos a realizarem gastos expressivos, necessários para a adoção de melhoramentos em prol de uma maior produtividade na pecuária, e inovações nas linhas de produção. A satisfação para a maioria dos pecuaristas era a rentabilidade mais baixa, desde que implicasse em riscos também

²² Saint-Hilaire, foi um cientista francês que viajou pelo Rio Grande do Sul entre 1820-1821, e registrou um diário dessa viagem.

²³Embora esse comportamento pouco inovativo dos estancieiros fosse comum. Rocha (2011) alerta para a limitação de uma teoria, que constate o declínio da metade Sul como decorrência da formação étnica de seus habitantes, excluindo análises econômicas ou sociais.

²⁴ “Torna-se útil lembrar, neste contexto, a distinção feita por Herbert Simon entre dois tipos ideais de agentes econômicos: O *optimizer* e o *satisficer*. O comportamento otimizador do primeiro corresponderia ao do "homem econômico" onisciente descrito nos livros-texto de economia, capaz de sempre escolher, em cada situação concreta, a melhor dentre todas as opções existentes. O *satisficer* corresponderia a um modelo mais realista de agente decisório, caracterizado pela busca de soluções satisfatórias, e não necessariamente ótimas, tendo como base um elenco mais limitado de informações. A avaliação de quais seriam as soluções satisfatórias dependeria, antes de mais nada, do nível de aspirações dos indivíduos e do volume de informações de que dispusessem. Os agentes econômicos racionais do mundo real seriam *satisficers* e não *optimizers*. Os pecuaristas gaúchos seriam, portanto, na sua maior parte, *satisficers*, que preferiam uma rentabilidade mais baixa, porém segura, a enfrentar os riscos de perdas de capital implícitos nos investimentos necessários para a adoção de inovações tecnológicas caras ou para a introdução de linhas de produção alternativas” (BANDEIRA, 1994, p. 20 e 21).

mais baixos (BANDEIRA, 1994). Saint-Hilaire (1974, p. 220) descreve que os “fazendeiros dessa região, inclusive os mais abastados, levavam uma vida rude; alheio a todas as diversões delicadas, não conheciam outra maneira de gastar dinheiro, senão ao jogo”.

A diversificação produtiva na metade Sul do Rio Grande do Sul, se dava de forma limitada para atividades afins a pecuária bovina, e exemplo da ovinocultura, sendo característica da mentalidade conservadora, dos estancieiros, os investimentos menos volumosos (BANDEIRA, 1994).

Bandeira (1994), argumenta que o pensamento conservador, não decorria da ignorância dessa classe, mas se originava de uma racionalidade particular, que um rendimento mais baixo e seguro, era suficiente para assegurar um padrão elevado de consumo. A cultura do arroz é um elemento que pode ser destacado como uma forma modesta de diversificação, na produção da metade Sul. Plantar arroz passou a ser considerado um investimento de baixo risco, e uma alternativa para aumentar a receita. Porém Bandeira (1994), sinaliza que os pioneiros da cultura do arroz na região Sul, foram os imigrantes italianos e alemães que habitavam a região Norte do Estado. Esses imigrantes que vinham de outras atividades, geralmente comerciantes, passaram a arrendar terras dos estancieiros para o cultivo do arroz. E somente quando estes arrendatários começaram a enriquecer, comprovando a rentabilidade dessa atividade, é que, nas gerações mais novas, os estancieiros começaram a investir nessa cultura (BANDEIRA, 1994).

A precariedade existente quanto a transportes e comunicações, contribuíram para a permanência da atividade pecuária na região. E quando se resolveu o problema dos transportes com a implementação de ferrovias, ainda faltavam os canais de comercialização necessários para outros produtos agrícolas, dificultando a comercialização de produtos não provenientes da pecuária. Na metade Sul “a pecuária foi, portanto, por longo tempo, muito mais uma imposição das circunstâncias do que uma opção” (BANDEIRA, 1994, p.22).

Em relação a indústria, a metade Sul correspondia, no final do século XIX e começo do XX, a um dos dois polos industriais existentes no Estado, com destaque para as cidades de Pelotas e Rio Grande, o outro polo era Porto Alegre (BANDEIRA, 1994). Porto Alegre possuía um número maior de empresas (114), enquanto as duas principais cidades da região Sul, Pelotas e Rio Grande, juntas possuíam apenas 77, mas quanto ao número de operários, nas duas cidades da metade Sul eram 5082, contra 4888 na capital (BANDEIRA, 1994, p.23). O maior número de empregados nessas duas cidades, mesmo com menos empresas, evidencia a maior importância das grandes empresas no desempenho da região Sul. Haviam

[...] outras cidades da Região Sul, como Bagé e Santana do Livramento, onde a indústria gerava um número significativo de empregos. Isso se devia, no entanto, quase exclusivamente as atividades vinculadas a pecuária, que ocupavam grande parte da mão-de-obra, evidenciando o elevado grau de especialização da economia local. Em Bagé, havia 1.466 operários, 866 dos quais trabalhavam em charqueadas. Em Santana do Livramento, 2.360 dos 2.757 operários trabalhavam em um único frigorífico. Em Uruguaiana, existiam apenas 568 operários industriais, sendo 270 deles em charqueadas. No outro centro urbano de porte mais significativo da Região, Santa Maria, havia apenas 667 pessoas empregadas na indústria (BANDEIRA, 1994, p.28).

A indústria da região Sul também era menos diversificada, sendo o ramo do charque em Pelotas e o têxtil em Rio Grande que mais ocupavam mão de obra, 42,27% e 60,61% dos operários respectivamente (BANDEIRA, 1994, p.24). Os estabelecimentos voltados para o mercado local eram escassos na região, de modo que o parque industrial existente na metade Sul era direcionado ao atendimento da demanda externa. A atividade das indústrias instaladas na região, se destinavam a processar a matéria-prima, agropecuária ou extrativa, produzida localmente (BANDEIRA, 1994). A exemplo das charqueadas e frigoríficos.

Em relação a industrialização voltada ao atendimento do mercado interno, Bandeira (1994) afirma não existir na metade Sul um mercado consumidor para produtos industrializados, devido à grande concentração de renda proveniente da estrutura fundiária, com o predomínio de latifúndios. E mesmo a região Sul possuindo, no início do século XX, quase a metade da população do Estado. Os habitantes dos grandes centros urbanos locais, como Santana do Livramento, Bagé, Uruguaiana e Santa Maria, eram em grande maioria pobres, descendente de escravos e peões de fazenda expulsos do campo (BANDEIRA, 1994).

“A economia da Metade Sul mostra-se, durante este período, incapaz de renovar e transformar sua base econômica, não alterando sua estrutura produtiva e inviabilizando a alavancagem no processo de desenvolvimento” (ROCHA, 2011).

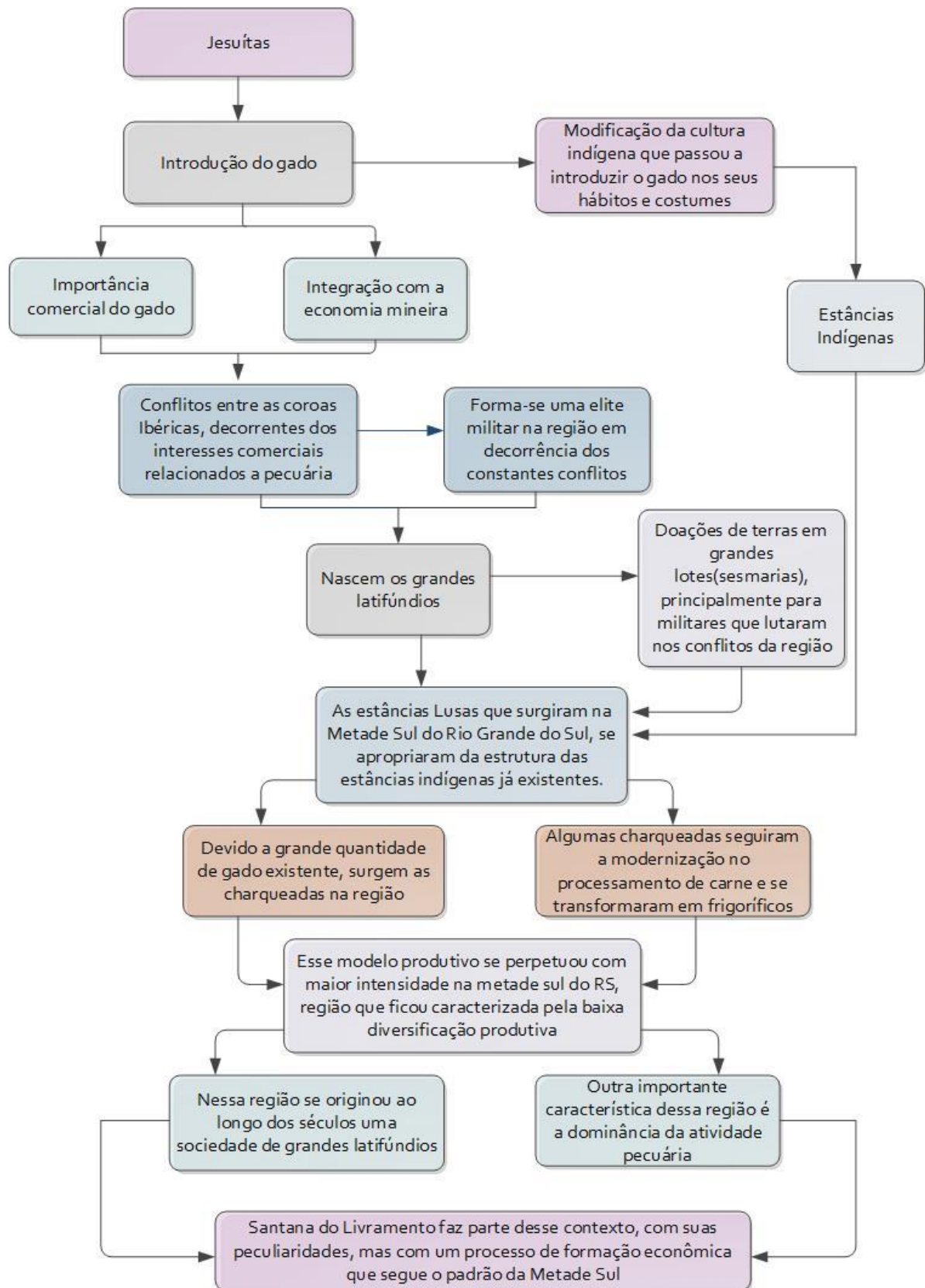
O contexto econômico da metade sul, precisa ser entendido para se analisar a economia de Santana do Livramento. A pecuária não foi apenas pra Santana do Livramento um elemento estruturante, mas sim para toda a região Sul. Os jesuítas ao introduzirem o gado, estabeleceram a estrutura central do processo de formação econômica dessa região. Em um primeiro momento o gado modificou os hábitos e costumes dos índios, que o introduziram em suas culturas e fizeram da pecuária sua principal forma de subsistência, organizando estancias para melhor aproveitar o gado.

A expansão da economia mineira criou uma demanda por gado que foi atendida pelos rebanhos sulinos, atribuindo um maior valor comercial a pecuária rio-grandense. O

comércio decorrente da pecuária despertou o interesse das coroas ibéricas, que em um primeiro momento não haviam dado tanta importância para a região. Surge então uma série de conflitos entre Portugal e Espanha, pela posse da terra, e diversos tratados determinando os territórios de cada coroa. Desses conflitos surgem uma elite militar que como bonificação por lutar nas guerras recebe terras, na forma de sesmarias.

Essas novas sesmarias ocupam o antigo território missioneiro se apropriando de sua estrutura e gado. As novas estancias do século XIX, se especializam na atividade saladeril que depois se transforma na indústria frigorífica. É dentro desse contexto que está inserida Santana do Livramento, em uma região marcada por uma sociedade de grandes latifúndios e predominância da atividade pecuária, a “Metade Sul”. Com algumas peculiaridades, Santana do Livramento é parte de um processo de formação econômica bastante característico, figura 9.

Figura 9 - A pecuária no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria.

5 FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL: A DINÂMICA DA GRANDE PROPRIEDADE E A CIDADE DE SANTANA DO LIVRAMENTO

O capítulo pretende analisar como a pecuária foi inserida no contexto histórico do município, e como determinou as bases que esse processo seguiria ao longo do tempo. Assim, será destacada especial atenção aos eventos ocorridos no século XIX, que fundamentaram as transformações no século seguinte.

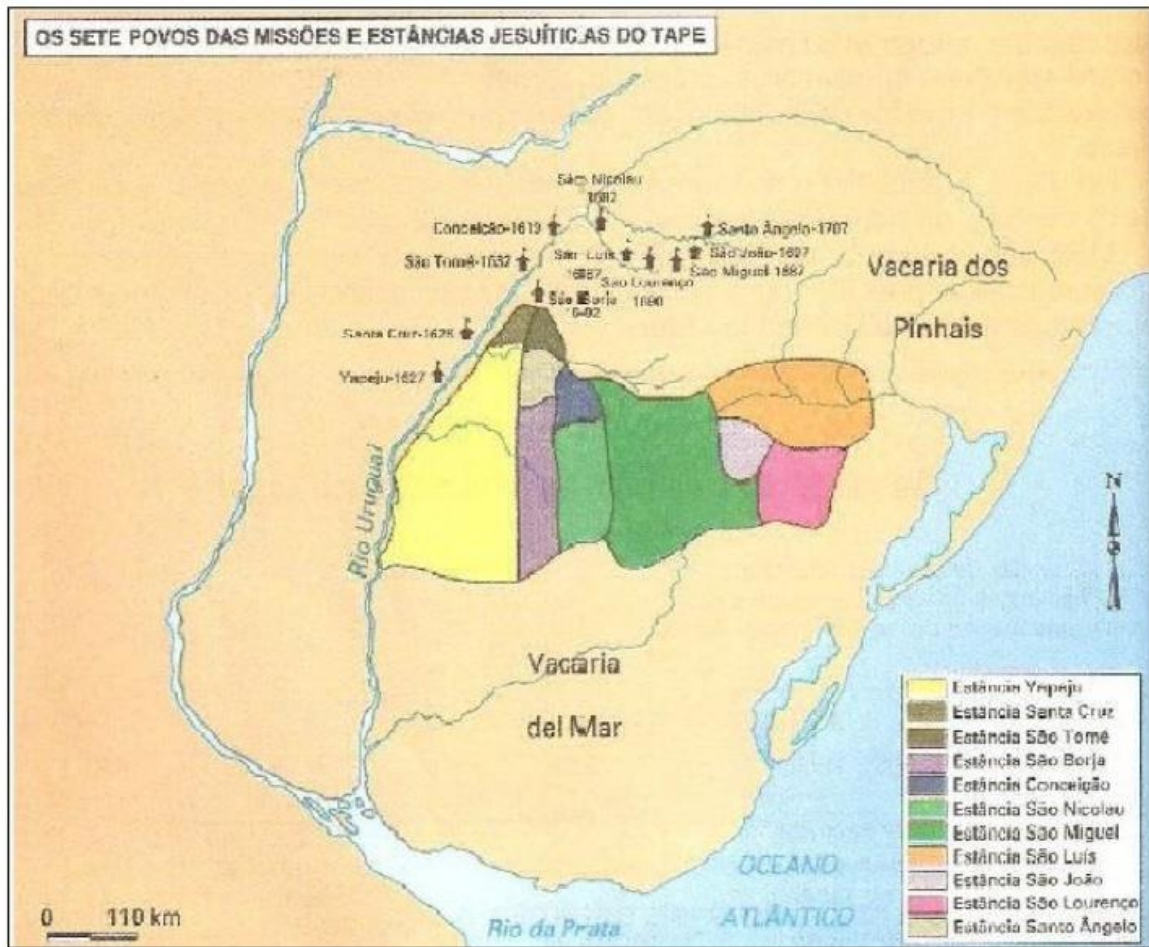
Formada a estrutura espacial das grandes propriedades e a hierarquia social das elites militares, a formação histórica e econômica de Santana do Livramento evoluiu como se seguisse um roteiro. Dos conflitos militares e da pecuária surgem as estâncias, os estancieiros e as cidades. Essa organização orienta uma atividade econômica baseada na pecuária e no comércio. Algumas estâncias se transformam em charqueadas, que evoluem para frigoríficos, e geram renda que alimenta o comércio e capitaliza a pecuária. Essa relação entre pecuária indústria e comércio, é determinada pelos eventos do século XIX que compõem esse capítulo.

5.1 As primeiras estâncias

As primeiras estâncias a ocuparem o território do atual município de Santana do Livramento foram as missioneiras, ainda na segunda metade do século XVII. A necessidade de armazenar o gado, fez com que o povo Yapeyú²⁵ fosse o primeiro dos povos a estabelecer a uma estância missioneira na região, por volta de 1640. Essa já abrangia uma parte da área da atual Santana do Livramento. A expansão missioneira pela região da atual Santana do Livramento, se consolidou na primeira metade do século XVII, período no qual a maioria dos povos missioneiros já possuía estâncias na campanha do atual Rio Grande do Sul (figura 10) (PANIÁGUA, 2003; MONTEBLANCO, 2013).

²⁵ O mais meridional dos 30 povos das missões, a sua redução se localizava na atual Argentina (MONTEBLANCO, 2013).

Figura 10 - Estâncias Missionárias



Fonte: MONTEBLANCO (2013, p. 90).

Sobre a região Farinatti (2010, p. 63, 64, 65) afirma que:

[...] onde hoje se localiza a Campanha Rio-grandense, estavam situadas as estâncias pecuárias pertencentes aos Povos [missionários]. Além de abrigar essas estâncias, aquela região continuava a ser palmilhada por grupos indígenas charruas e minuanos, refratários à cristianização.

[...] a “paisagem pastoril-missionária” era parte de uma economia missionária formada por um conjunto que englobava a exploração de recursos florestais, agrícolas e pecuários. Desenvolveu-se para resolver os problemas de abastecimento de uma população missionária em expansão. Para tanto, os missionários empregaram técnicas diversas. As “vacarias” eram expedições que podiam ter objetivos variados. Algumas delas destinavam-se a arrear gado e colocá-lo em áreas onde estivessem menos sujeitas à exploração de agentes concorrentes. Outras, tinham por objetivo a faina do couro, tendo ocorrido principalmente e após a expulsão dos jesuítas (1768), quando os Povos estavam sob administração civil e os mercados atlânticos de couro haviam se expandido fortemente. Por fim e talvez mais importante aqui: havia vacarias que serviam especificamente para arrebanhar animais bravios e levá-los para serem costeados nas estâncias dos Povos, a fim de que pudessem abastecer de carne a população missionária (MORAES, 2008, p. 32).

Assim, Santana do Livramento era parte do território missioneiro, mesmo havendo outros habitantes na região (gaúchos, índios charruas e outros). A estância dos Yapeyú abrangia a área de muitos municípios brasileiros e uruguaios²⁶. Segundo Monteblanco (2013, p. 89) “mais ou menos metade do atual território de Livramento, especificamente sua porção oeste, fez parte de tal estância”, e o lado leste a partir de 1690 passou a fazer parte da estância do Povo de São Borja (figura 10).

Essas estâncias missioneiras seguiam um critério de localização na campanha, geralmente entre nascentes e margens dos rios. Paniágua (2003) destaca dois objetivos para essa localização:

1. Proteger o gado: geralmente os locais escolhidos para estabelecer uma estância, eram em forma de ferradura possuindo apenas uma saída terrestre chamada de “*rincón*”, possibilitando o controle e a manutenção do gado. São exemplos as estâncias “*del rincón del río Quaraí*” próxima ao rio Quaraí, e a de “*Santa Ana de Yapeyú*”²⁷ próxima das nascentes do rio Ibirapuitã.
2. O segundo objetivo era para o estabelecimento de rotas, tanto terrestres quanto fluviais para transportar o gado (PANIÁGUA, 2003).

Farinatti (2010, p. 65) sobre as estâncias:

Localizavam-se ao sul do rio Ibicuí, na região que, no século seguinte, conformaria a Campanha do Rio Grande do Sul. Dentro delas, organizavam-se unidades menores de exploração, normalmente aproveitando a confluência de rios a arroios. Esses postos consistiam em locais dotados de currais, praça, capela e moradia para os trabalhadores. Entre eles, uma rede de caminhos terrestres e portos fluviais procurava ensejar a integração do espaço missioneiro.

Para Rocha (2011) existiam dois tipos de estâncias missioneiras, as grandes e as pequenas, ambas administrada por padres jesuítas ou espanhóis de confiança. As grandes ficavam distantes dos núcleos urbanos das missões e se destinavam a criação de gado. As pequenas se destinavam a invernar os animais que vinham das estâncias grandes, antes de serem consumidos, essas localizavam-se perto dos núcleos urbanos das missões (FLORES, 1996; ROCHA, 2011). No contexto missioneiro o território se dividia nas povoações, estâncias missioneiras e postos.

²⁶ Respectivamente: Rosário do Sul, Santana do Livramento, Alegrete, Quaraí, Uruguiana; Rivera, Tacuarembó, Rio Negro, Paysandú, Salto e Artigas (MONTEBLANCO, 2013).

²⁷ Monteblanco (2013, p. 94) chama a atenção para o nome dessa estância Yapeyú coincidir com o nome do município, já que os historiadores como Caggiani (1983) e Potoko (2013) afirmam que o nome Santa foi designado ao município muitos séculos depois. “Poderá ser o atual nome do município uma referência a antiga estância yapeyuana?”

Um elemento importante presente tanto nos postos como nas estâncias, são as capelas, que estavam presentes nesses espaços refletindo a doutrina católica dos índios missioneiros. Paniágua (2003) indica que os postos e as estâncias se organizavam de maneira bem parecida, dificultando a distinção entre ambos se não pelo tamanho. Conforme Garavaglia (1975) apud Paniágua (2003, p. 46) “*las estâncias más grandes tienen varios puestos que depende de ellas. La mayor parte de las estancias cuenta en esa fecho, com una capilla, algunos ranchos y sus obligados corrales de palo a pique*”. “Quer nas estâncias, quer nos postos erigiam-se pequenas capelas, que se tornavam núcleos de futuras povoações e cidades” (PORTO, 1954 apud PANIÁGUA, 2003, p. 46). Essas estâncias eram constituídas de postos, galpões, currais ou mangueiras e sede, além das capelas (PANIÁGUA, 2003; MONTEBLANCO, 2013). A sede da estância missioneira era o local onde residia um padre e um irmão (UESLER, 2011). Cada estância subdivide-se em postos, ou pequenas invernadas, sob ordens de um posteiro. Os postos criados devido a necessidade de cuidar do gado e vigiar as grandes extensões de terra, de 15 a 20 por estância, eram habitados por famílias indígenas cristãs (UESLER, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

O território ocupado pelas estâncias, assim como as missões pertencia a coroa espanhola, que concedia aos jesuítas como súditos a concessão para ocupa-lo. E essa ocupação missioneira proporcionou a expansão dos rebanhos por toda a região Sul do território rio-grandense. Além de lançar as bases para as estâncias luso-brasileiras que se estabeleceriam na região no século XIX (PANIÁGUA, 2003; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

As estâncias missioneiras possibilitavam que o gado fosse amansado e tratado, aumentando seu valor comercial no Rio da Prata. O trabalho se constituía de mão de obra especializada e constante, originando a figura do capataz e do vaqueiro (*peão ancestral*) (PANIÁGUA, 2003; UESLER, 2011; MONTEBLANCO, 2013). O capataz coordenava o trabalho com o gado e o vaqueiro. Essa divisão territorial da estância missioneira, bem como suas relações de trabalho e sua organização social hierárquica foram elementos que configuraram as bases materiais das estâncias privadas posteriores. Assim, “fica clara a enorme importância das estâncias missioneiras para a constituição da tradicional estância oitocentista, cujas características ainda são tão presentes em Santana do Livramento” (MONTEBLANCO, 2013).

A estância portuguesa do séc. XIX, para que fosse viável economicamente, apoiou-se em um conjunto de técnicas e tecnologias produzidas essencialmente nas estâncias missioneiras. Os portugueses, quando chegaram na área da campanha a partir de 1801, não poderiam produzir esses elementos num curto espaço de tempo. O guarani

missioneiro e todo o seu aparato cultural e social foi uma das saídas para essa situação técnica. Foi um dos elos de ligação, transferindo um conjunto de experiências de mais de um século e meio de atividades com o gado, alicerçado no período colonial, os séc. XVII e XVIII. [...] o processo produtivo da estância portuguesa fundamentou-se na privatização da terra e dos rebanhos (PANIÁGUA, 2003, p. 97).

As estâncias luso-brasileiras que se instalaram na região se apropriaram de uma estrutura social e econômica já existente no território de Santana do Livramento. Essa estrutura socioeconômica por sua vez se originou através da atividade pecuária, seguindo um processo cronológico. Para aproveitar o gado criam-se estâncias, essas por sua vez demandam uma estrutura hierárquica de divisão e especialização do trabalho. Um padre representava o administrador da estância, residindo em sua sede e os índios subdividiam entre capatazes, responsáveis pela coordenação do trabalho, e vaqueiros. Para melhor aproveitar o espaço criam-se postos, presentes em diversos pontos da estância habitados por índios cristãos e suas famílias. A doutrina católica dos índios faz com que esses criem capelas próximas a seus redutos habitacionais. A atividade econômica consistia na produção pecuária bovina e ovina principalmente, além da agricultura de subsistência (o item 4.1.1 faz uma breve análise dos aspectos econômicos do povo Yapeyú, para exemplificar a produção pecuária já existente na atual Santana do Livramento).

Quando os portugueses se apropriaram dessas estâncias, reproduziram, de forma muito similar, a organização socioeconômica que já estava presente. A hierarquia social e de trabalho passa a ter o proprietário da estância como seu administrador, no lugar do padre. Os capatazes continuam a existir, os vaqueiros passam a ser peões. A mão de obra é absorvida e os remanescentes das missões principalmente indígenas passam a trabalhar para o proprietário da terra junto a escravos. As capelas dão origem a cidades e povoações. A economia continua sendo baseada na pecuária bovina e ovina, com agricultura de subsistência (o item 4.2 analisa o surgimento das estâncias luso-brasileiras e seus aspectos econômicos).

5.1.1 Aspectos econômicos do povo Yapeyú

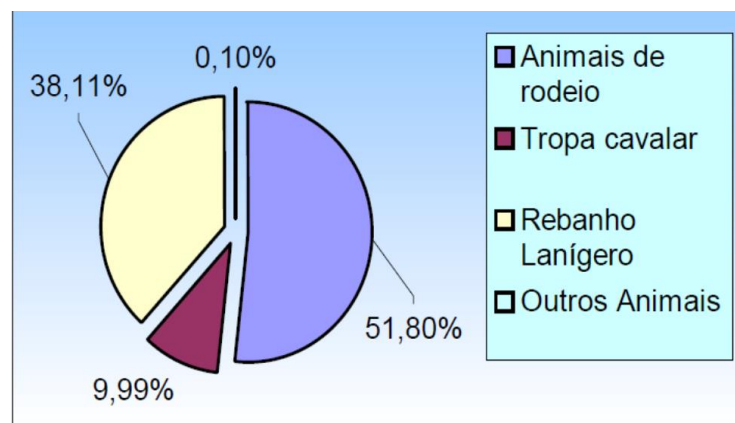
A atividade econômica dos povos missioneiros, conforme Paniágua (2003), estava dividida em três grupos: agropecuária, manufaturas artesanais e comércio. Em relação ao povo Yapeyú, existia a predominância do trabalho com o gado. Em 1768²⁸ a produção pecuária dos

²⁸ Com a expulsão jesuítica, foi realizado um inventário geral em todos os povos missioneiros, ficando concluído no mesmo ano de 1768 (PANIÁGUA, 2003).

trinta povos das missões, correspondia a 1.112.403 cabeças. Os animais de rodeio (bois, vacas e terneiros) somavam 753.944 cabeças, os cavалares 117.877 cabeças e os ovinos 240.007 animais.

O povo Yapeyú era responsável por 10,88% do rebanho total dos povos missioneiros, com 121.008 cabeças de gado (PANIÁGUA, 2003). O principal rebanho era o de animais de rodeio que representava mais da metade do rebanho total (51,80%). A criação de ovelhas (rebanho lanígero) também era expressiva (38,11%). A criação desses rebanhos, juntamente ao rebanho cavalар (9,99%), de extrema importância para o trabalho nas estâncias, representava 99,90 % da produção pecuária total (figura 11).

Figura 11 - Produção pecuária do povo Yapeyú



Fonte: PANIÁGUA (2003, p. 49).

Além da pecuária “existiram, no território desse povo, as seguintes plantações: 01 erval, 08 algodoads, 33 fânegas²⁹ de trigo e 09 fânegas de cevada” (PANIÁGUA, 2003, p. 50). O algodão e a lã eram responsáveis por abastecer os 24 teares existentes, indicando que a atividade artesanal dependia desses dois elementos. “A criação de ovelhas e o cultivo de algodão articulavam uma terceira atividade: a tecelagem. Desta forma, a cadeia produtiva era aumentada pela especialização da mão de obra e pela variedade de produtos” (PANIÁGUA, 2003, p. 50).

A comercialização do gado ovino chegou a ser a que possuía os maiores preços, gerando bons resultados econômicos ao povo Yapeyú. O comércio realizado por esse povo se dava em dois níveis, primeiro com os demais povos missioneiros, e segundo com as civilizações

²⁹ Um quadrado de terra com 6.439,4 m (PANIÁGUA, 2003).

da região do Prata. Paniágua (2003) indica o sistema de preços utilizados para a comercialização dos produtos yapeunos, em 1765, uma “*vaca chimarrona*” custava 8r³⁰, um cavalo domado valia 16r. “Esses preços traduziam não só a regularização do comércio entre os povos, mas o nível de demanda e a capacidade de produção dos mesmos” (PANIÁGUA, 2003, p. 52). No referido ano os yapeunos possuíam um crédito de 18.851 pesos e 1 reale, com outros povos missioneiro, provavelmente origem do comércio do gado e dos tecidos de lã e algodão (PANIÁGUA, 2003).

Como consequência da prosperidade econômica desse povo, Paniágua (2003) aponta o crescimento populacional. A população yapeuna era de 7.947 habitantes em 1768, demonstrando um aumento demográfico em relação a períodos anteriores, segundo o autor, o consumo de alimentos e a qualidade de vida desse povo dependiam da sua produção, ou seja, o aumento populacional compra que esse povo estava prosperando economicamente.

O comércio e o crescimento populacional representavam, assim, as dimensões materiais desse espaço organizado e articulado a partir de 1627 e que foi rearticulado em 1768, constituindo numa região que não perdeu as características específicas, mas caminhava irreversivelmente para uma nova estrutura produtiva e a inserção definitiva num mercado externo (PANIÁGUA, 2003, p. 53).

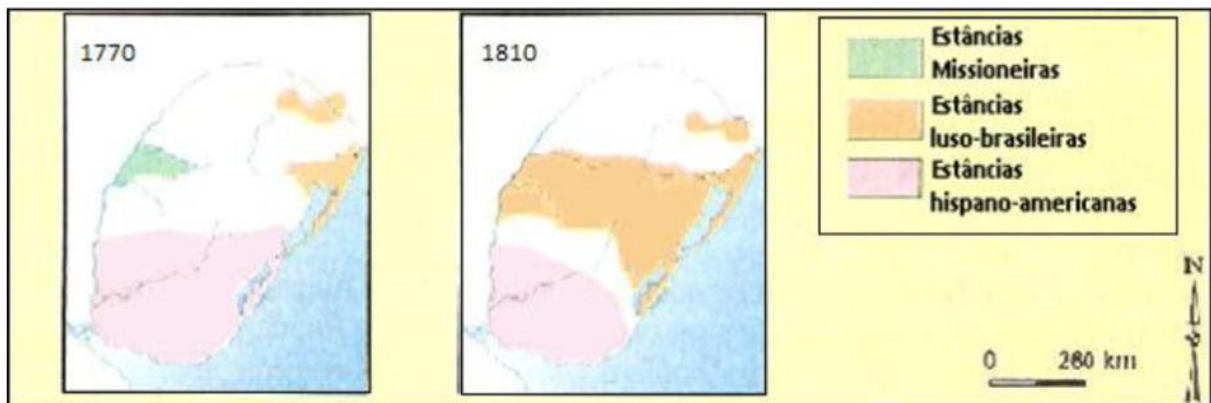
Analisando os aspectos econômicos do povo Yapeyú, pode se verificar que a pecuária já era um elemento estruturante presente no território de Santana do Livramento alguns séculos antes de existir o município. Corroborando para a análise estruturalista desse trabalho, que toma a pecuária como elemento estruturante na formação econômica de Santana do Livramento. Assim como na economia povo Yapeyú, que através da pecuária surge a produção de manufaturas artesanais que se utilizam de insumos provenientes da pecuária, a economia santanense no século XX passa por um processo de industrialização também baseada na utilização de insumos da pecuária. Outra semelhança é em relação aos principais rebanhos desses dois momentos históricos, caracterizando uma produção bovina e ovina no território de Santana do Livramento que se estende por mais de 300 anos. Os principais elementos da estrutura econômica missioneira são reproduzidos nas estâncias luso-brasileiras que se instalam na região a partir do século XIX.

³⁰ “Reales de Peso Fuerte” moeda utilizada na região missioneira.

5.2 As sesmarias luso-brasileiras

No começo do século XIX, conforme mencionado no capítulo 3, os conflitos entre as coroas ibéricas possibilitaram aos portugueses a conquista das missões, ocorrida em 1801. A partir desse episódio, a expansão portuguesa em direção ao Sul foi impulsionada com uma série de conflitos na região do Prata (figura 12). Esses conflitos possibilitaram que os portugueses estabelecessem os primeiros assentamentos militares. Dentre os mais importantes se destaca o acampamento de São Diogo, em 1811, fundado pelo “Exército Pacificador”, que deu origem ao município de Santana do Livramento. O local atualmente é um distrito do município e conserva o mesmo nome do acampamento (CAGGIANI, 1983; GOLIN, 2002; POTOKO, 2013).

Figura 12 - Evolução das estâncias luso-brasileiras no Rio Grande do Sul



Fonte: MONTEBLANCO (2013, p. 99).

As estâncias luso-brasileiras que se instalaram pela região, a partir de 1801, através da conquista das missões e o estabelecimento dos primeiros assentamentos portugueses, só foram formalizadas na década de 1810. O acampamento de Dom Diogo representou a gênese do domínio luso-brasileiro em Santana do Livramento (MONTEBLANCO, 2013). Na campanha militar de 1811-12, do “Exército Pacificador”, além da motivação de socorrer o governo uruguaio, existia o interesse de consolidar a posse do território conhecido como “Distritos de Entre-Rios”, atuais municípios de Santana do Livramento, Rosário do Sul, Alegrete, Quaraí e Uruguaiana (GOLIN, 2002; FARINATTI, 2007; MONTEBLANCO, 2013).

Para Golin (2002) a segunda divisão do Exército Pacificador, “formada por aproximadamente oitocentos homens de cavalaria”, teve uma missão decisiva para a consolidação da ocupação luso-brasileira na região. Esse contingente militar “fez a faxina do que poderia significar a presença espanhola e hispano-platina na região. Expeliu dali, não só a

diversos magotes de bandidos [gaúchos] que o infestavam, [...] como as hordas de minuanos e charruas” presentes na região (GOLIN, 2002, p. 268).

Com a posse consolidada e o território “limpo” puderam ser distribuídas as primeiras sesmarias. Segundo Caggiani (1983, p. 8)

Foi somente em 1814 que o governo, preocupado com a política de consolidação e posse do território da então fronteira de Rio Pardo, distribuiu-o em sesmarias. Velhos soldados do “Exército Pacificador” e outros súditos receberam então as primeiras doações de terras, na região que hoje forma o município de Santana do Livramento.

As medidas utilizadas para determinar a área de uma sesmaria, foram estabelecidas em Portugal, no ano 1667, e foram aplicadas para as primeiras sesmarias de Santana do Livramento. Uma sesmaria tinha como medidas três léguas de frente e uma de fundo, correspondendo a cerca de 13 mil hectares (COSTA, 1988; CHELOTTI, 2005). Caggiani (1983) menciona pelo menos 33 pessoas que receberam sesmarias em 1814, ou seja, nessa primeira fase de distribuição de sesmarias, somente as sesmarias dessas 33 pessoas correspondiam a 430 mil hectares.

Monteblanco (2013) afirma que a área atual de Santana do Livramento corresponde a 695 mil hectares, aproximadamente o tamanho de 53 sesmarias. Além das 33 concessões citadas por Caggiani (1983), presume-se que houveram outras ainda em 1814. E outras sesmarias foram distribuídas nos anos seguintes pelo Conde da Figueira, dentre elas “em 1818, a de Luciano Pinheiro na qual se situa atualmente a cidade de Sant’Ana do Livramento” (CAGGIANI, 1983, p. 8). Assim, pode-se deduzir que na década de 1820, já eram escassas as terras disponíveis no atual município de Santana do Livramento.

Os militares e outros súditos da coroa portuguesa, que receberam sesmarias tinham o dever de desenvolver a criação de gado e proteger a fronteira. Tornando-se assim cada estância em uma célula militar. Em um primeiro momento, até 1822, a posse da terra não era absoluta, o sesmeiro possuía o direito condicional de uso da terra, cumprindo as exigências de cultivar, manter a posse e demarcar seus limites. Somente em 1850, a propriedade plena da terra seria inaugurada com a Lei de Terras. A instalação dessas novas estâncias, através da concessão de terras, marca a transição da propriedade comunal missioneira para a propriedade privada (GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010; MONTEBLANCO, 2013).

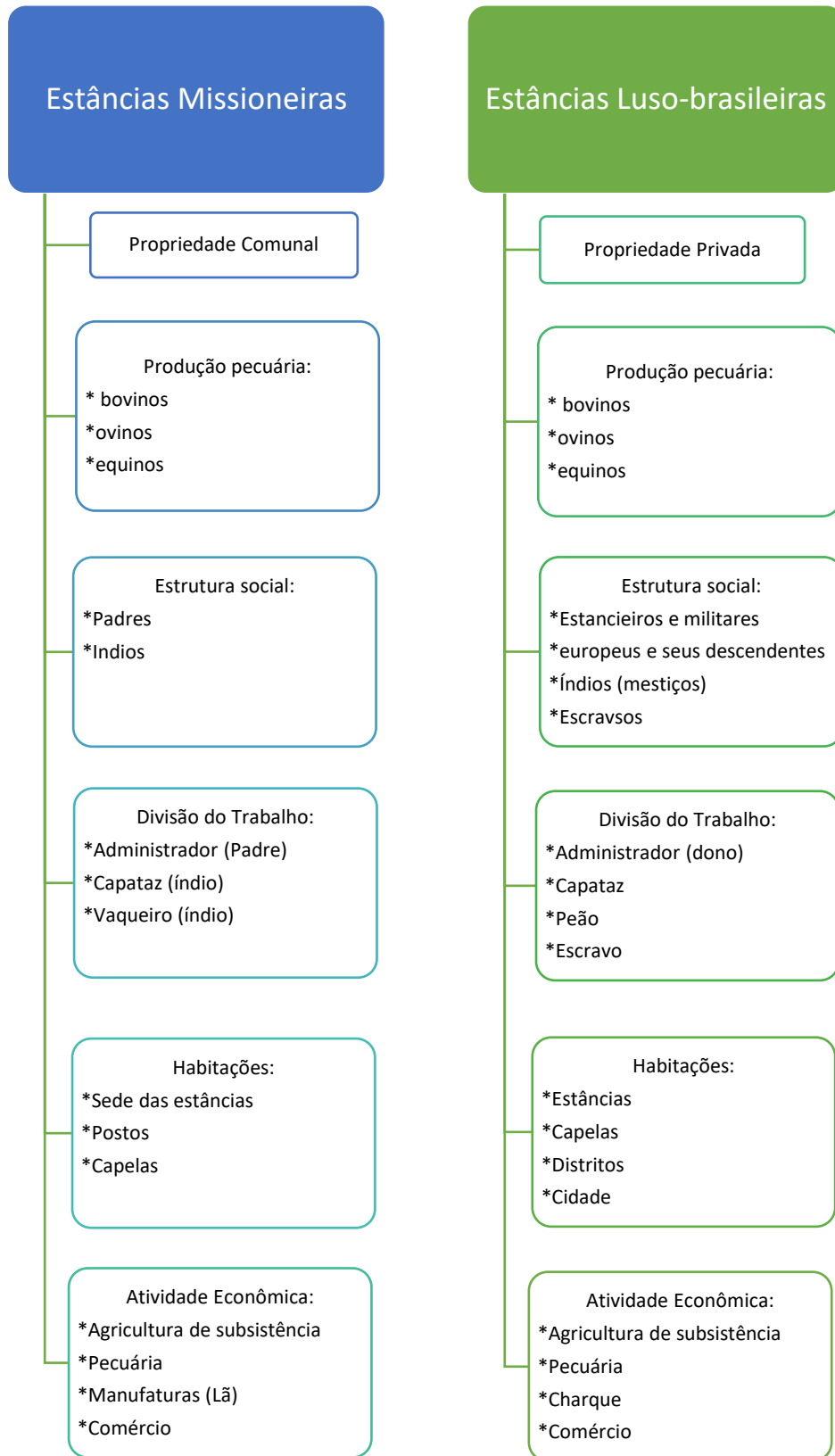
Sobre o estabelecimento das estâncias luso-brasileiras em Santana do Livramento, Monteblanco (2013, p. 114 e 115) afirma que:

[...] o território da grande propriedade patronal se construiu sobre uma produção mais antiga, a estância missioneira. A estrutura (i)material da estância luso-brasileira “aproveitou” elementos oriundos do pioneirismo missioneiro na criação do gado. Os luso-brasileiros, além de se apropriarem das antigas terras e rebanhos dos missioneiros, utilizaram-se de sua força de trabalho, técnicas, conhecimentos e mantiveram toponímias e delimitações.

As novas estâncias do século XIX, representam a reformulação espacial e social da região. Que se aproveitaram da estrutura já existente, agregando a ela novos elementos. A posse da terra deixa de ser comunal e passa a ser privada, talvez a principal mudança entre os dois momentos históricos. No mesmo processo de privatização da terra e do gado, surgem as cidades. No período das estâncias missioneiras as habitações eram divididas entre sede da estância, postos e capelas. O espaço habitacional evolui com as estâncias luso-brasileiras, além das sedes das estâncias e capelas, surgem distritos e cidades.

Os novos estancieiros, constituíam a elite de uma nova sociedade. A hierarquia social missioneira deixa de existir. Nessa nova sociedade estavam presentes além dos proprietários de terras, os colonos europeus e seus descendentes, índios remanescentes, e escravos. Apesar de a principal atividade produtiva ter permanecido a mesma, a pecuária, as relações de trabalho foram bastante alteradas. Enquanto que nas missões o trabalho era coletivo, nas sesmarias luso-brasileiras ele pertencia ao dono da terra, vendido por peões e capatazes livres e exercido por escravos. A mudança na organização sócio-especial pode ser observada na Figura 13.

Figura 13 - A organização sócio-espacial determinada pelas estâncias missioneiras e luso-brasileiras



Fonte: Elaboração própria.

5.2.1 Os Latifúndios e a elite militar

Os constantes conflitos na região e a necessidade de manter a posse das novas terras ensejou o surgimento de uma elite militar. Esses militares tornaram-se estancieiros, e fizeram de suas estâncias verdadeiras células militares, com tropas compostas de peões e escravos (MURADÁS, 2008). Essa peculiaridade na colonização de Santana do Livramento, está relacionado a sua localização na fronteira, considerada estratégica inicialmente para a coroa portuguesa e posteriormente ao império brasileiro em outro. Nesse sentido Christillino (2010, p.117) argumenta que

As terras de Santana do Livramento foram incorporadas definitivamente aos domínios luso-brasileiros no início do [século] XIX e, por se tratar de região fronteiriça, suas terras foram rapidamente concedidas em forma de sesmarias aos chefes militares e milicianos cujo estabelecimento naquelas terras foi fundamental à afirmação das divisas meridionais do Império Português na América.

O poder político da elite militar foi se consolidando ao longo do século XIX, através dos inúmeros conflitos militares que envolveram o território santanense (quadro 4). Logo no início do século, como já mencionado, Dom Diogo invadiu a banda oriental do Uruguai para socorrer o último governador da região do Prata fiel a coroa espanhola, dos movimentos de independência que ocorriam por lá, e mobilizou seu “exército pacificador” em Santana do Livramento. Depois de consolidada a distribuição de sesmarias no território santanense, em 1816 a invasão das estâncias na região pelo general uruguaio Artigas, colocou a prova o caráter militar dessas estâncias, e serviu como pretexto para a coroa portuguesa invadir a Banda Oriental. Em 1820, Artigas foi derrotado e a Banda oriental foi anexada como província Cisplatina ao Brasil (PESAVENTO, 1985; GOLIN, 2002).

Quadro 4 - Santana do Livramento e os principais conflitos militares do século XIX

Ano	Guerra/Conflito	Santana do Livramento
1811-12	Intervenção na Banda oriental pelo “Exército Pacificador”.	Acampamento de São Diogo.
1816-20	Guerra contra Artigas, e anexação da Banda Oriental como Província Cisplatina.	Acampamentos militares, e batalhas entre as forças de Artigas e Brasileiras.
1825-28	Guerra de Independência do Uruguai.	Acampamento da “Imperial Carolina”.
1835-45	Revolução Farroupilha.	Acampamentos, batalhas e refúgio de alguns oficiais após a guerra.
1848-52	Guerra Grande, contra os ditadores Oribe (Uruguai, derrotado em 1851) e Rosas (Argentina, derrotado em 1852).	Principal ponto de concentração das forças do “Exército do Sul”.
1865-70	Guerra do Paraguai.	Tropas e oficiais do município, vão socorrer Uruguaiana, sitiada pelas forças paraguaias.
1893-95	Revolução Federalista.	Envolvimento político e militar de diversos estancieiros do município.

Fonte: Elaboração própria.

Pouco tempo depois, em 1825 o movimento de independência voltou a ganhar força na província Cisplatina, que se declarou independente nesse ano, apoiada pela Argentina. Em reação o Brasil declara guerra à Argentina, e mobilizaram-se as tropas rio-grandenses para lutar na Cisplatina, formando o “Exército do Sul”, do qual fazia parte na época como alferes David Canabarro. Parte desse exército se reuniu próximo a capela de Nossa Senhora do Livramento, montando o acampamento denominado “Imperial Carolina”. Essa guerra chegou ao fim com um acordo de paz mediado pela Inglaterra, em 1828, tornando o Uruguai um país independente (CAGGIANI, 1983; PESAVENTO, 1985).

A independência do Uruguai, promoveu a concorrência do charque uruguaio com o charque rio-grandense. O Uruguai levou algumas vantagens nessa concorrência, o que desagradou a elite militar rio-grandense, e desencadeou a “Revolução Farroupilha”. Em 20 de setembro de 1835 foi declarada a República Rio-Grandense, e se iniciou a “Guerra dos Farrapos” (CAGGIANI, 1983; PESAVENTO, 1985). Durante os dez anos de Revolução Farroupilha, 1835-1845, foram travadas inúmeras batalhas no território de Santana do Livramento. Depois de seu término muitos oficiais e soldados escolheram fixar residência no município, como foi o caso de David Canabarro (CAGGIANI, 1983).

Os conflitos entre Uruguai, Argentina e Brasil, voltaram a tomar conta da região em 1848. O Brasil aliou-se às Províncias de Entre Rios (Argentina) e as forças de Artigas (Uruguai) para derrotar os ditadores Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina), dando origem a chamada “Guerra Grande” (PESAVENTO, 1985). Foi organizado então o “Exército Libertador” sob o comando de Duque de Caxias. Novamente “o ponto escolhido para a concentração do grosso do exército foi Sant’Ana do Livramento” (CAGGIANI, 1983, p. 46). Na época tinha-se um contingente de “16 mil homens para uma população local de cerca de 2 mil pessoas” (SCHÄFFER, 1993, p. 38).

Santana do Livramento ainda teria participação em outros conflitos militares na região, como a “Guerra do Paraguai” (1865-70) e a “Revolução Federalista” (1893-95) no final do século. Por ser um município de caráter militar, teve alguma relação com praticamente todos os conflitos da região, seja recebendo acampamentos militares ou fornecendo soldados e comandantes. A exemplo da guerra do Paraguai, na qual muitos soldados e oficiais da cidade estiveram presentes.

Esses conflitos são importantes para se entender como surgiu a elite militar de proprietários de terras, pois foi através deles que muitos acenderam socialmente e

enriqueceram. Golin (2002, p. 321), dá o exemplo de um típico “sulino”, mestiço de traços “indiáticos”, que acendeu socialmente através dos constantes conflitos da região sul:

José de Abreu era o arquétipo do sulino que, de uma situação social paupérrima, através da aventura, da guerra e da conquista, atingira uma posição social de latifundiário e militar, vindo a obter posteriormente a patente de marechal-de-campo e o título nobiliárquico de barão de Cerro Largo.

José de Abreu, recebera ainda enormes extensões de terras como recompensa por ter participado dos conflitos na região (GOLIN, 2002). Além de terras, os militares também acumularam gado, principalmente o uruguaio que “foi contrabandeado para as charqueadas sulinas, sendo alvo das chamadas “califórnicas” promovidas por estancieiros gaúchos” (PESAVENTO, 1985, p. 41). Segundo Christillino (2010), na luta contra Artigas (1816-20), o General João Carlos Saldanha, ao retornar ao Rio Grande do Sul, pilhou 18 mil cavalos adestrados, 5 mil bois de tração e milhares de cabeças de gado “xucro”. Outro exemplo de chefe militar que acumulou gado com as guerras, é o do General Bento Gonçalves da Silva, um dos principais heróis da Revolução Farroupilha (CHRISTILLINO, 2010).

Especificamente para Santana do Livramento, pode-se citar, dentre outros, dois exemplos de militares que ascenderam socialmente através dos conflitos militares na região e possuíam terras no município, Luís Osório³¹ e David Canabarro. O primeiro, foi o mais destacado militar sul-rio-grandense no século XIX, saiu da Guerra do Paraguai³² como o “grande soldado”. Nesse conflito, o General Osório, recebeu os títulos de Barão (1866), Visconde (1868) e Marques do Erval em 1869 (CHRISTILLINO, 2010). O segundo, David Canabarro, foi um dos principais chefes políticos da fronteira, e foi através da guerra que ascendeu socialmente. Ainda jovem participou das campanhas na Cisplatina, e na guerra de independência do Uruguai, onde recebeu a patente de tenente. Também nesse período se estabeleceu em Santana do Livramento, para se dedicar a pecuária. Na Revolução Farroupilha, se tornou general (CAGGIANI, 1992). Essa revolução, lhe proporcionou um grande capital político, sem o qual não teria acumulado o seu patrimônio. Em 1858, ele possuía 41 mil hectares de campo em Santana do Livramento e era dono do maior rebanho do município (CHRISTILLINO, 2010).

³¹ Marechal do Exército do Império do Brasil, herói da Guerra da Cisplatina, da Guerra do Prata, da Guerra do Paraguai e da Guerra da Independência do Brasil (1822/1824) (POTOKO, 2013, p.

³² Segundo Christillino (2010), somente em 1920 o exército brasileiro resgatou a imagem do Duque de Caxias como o líder da guerra.

Segundo Paniágua (2003) e Montebianco (2013) o limite das sesmarias nem sempre eram respeitados, e alguns militares utilizavam seus poderes políticos para aumentar suas posses territoriais. Existiam casos de várias concessões de sesmarias feitas à mesma família, outras formas utilizadas para aumentar as propriedades eram: o matrimônio; a violência, coagindo os proprietários pobres a venderem suas terras; apropriação; e fraude documental (GARCIA, 2005; MONTEBLANCO, 2013). Um exemplo dado por Paniágua (2003, p.89) é de Joaquim dos Santos Prado Lima

Em 1816, o cirurgião-mor, Joaquim dos Santos Prado Lima recebeu inicialmente uma légua de frente por três de fundos. Essa área aumentou consideravelmente, a partir do momento em que seu filho, Joaquim dos Santos Prado Lima, incorporou parte dos campos do alferes Francisco Luiz de Magalhães [estancieiro em Santana do Livramento, Caggiani (1983)], pois se casou com sua filha, Francisca Benardina e também teria comprado mais terras. Esses campos partiam do arroio Capivari, desciam a coxilha de Santana em direção ao rio Quaraí, ocupando uma parcela do antigo território do povo de Yapeyú [Santana do Livramento]. Conforme Pont, esses campos corresponderam aproximadamente a nove léguas. É certo que em 1896, representava no mínimo 32.836.526m².

Em relação a coação dos proprietários pobres a venderem suas terras, Saint-Hilaire (1974, p. 138), relata o aumento das propriedades de Marechal Chagas, durante o seu governo da província:

Já passei por três estâncias pertencentes ao Marechal Chagas, e, entre chácaras e estâncias possui ele oito na Província de Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, porém, a preços baixos e, a acreditar-se na voz do povo, foi o medo que por mais de vez obrigou os proprietários a vendê-las.

A Lei de Terras de 1850, obrigava todos os possuidores de terras a declararem suas propriedades, sob pena de multa. Entre 1854 e 1857 foram realizados os registros, junto as paróquias. Os dados referentes a forma de apropriação de terras em Santana do Livramento estão expostos na tabela 2. Sobre os registros paroquiais vale observar um exemplo que comprova a influência política que exerciam os militares donos de terras na região: “Quase todos os registros paroquiais de terras de Santana do Livramento foram cobrados. Mas, quando o General David Canabarro declarava suas terras, ele apresentava também as declarações de seus “camaradas”, todas elas realizadas gratuitamente” (CHRISTILLINO, 2010, p. 104).

Tabela 2 - Forma de apropriação de terras em Santana do Livramento (1858)

Forma de apropriação	Nº de declarantes	Percentual dos declarantes	Percentual declarado
Posse	03	1,03%	1,31%
Compra	80	27,4%	34,93%
Herança	77	26,37%	33,63%
Herança e compra	03	1,03%	1,31%
Concessão	60	20,55%	26,20%
Doação	05	1,71%	2,18%
Troca	01	0,34%	0,44%
Não informou	63	21,57%	-
Total	292	100%	100%

Fonte: CHRISTILLINO (2010, p. 135).

Os dados obtidos nos registros paroquiais de Santana do Livramento, mostram que parte das terras foram adquiridas através da compra, 27,4% dos declarantes indicaram essa a forma de obtenção de suas propriedades. A herança se apresenta como a segunda principal forma de posse, 26,37%, o que é bastante coerente, já que haviam se passado pouco mais de 40 anos da concessão das primeiras sesmarias. O número de declarantes que indicou a concessão também foi expressivo, 20,55%, que nos permite supor que os últimos beneficiários de concessões de sesmarias, ainda as possuíam pouco mais de 30 anos depois de tê-las recebido.

Contudo, o número de declarantes que não informou como obteve a posse da terra foi muito alto, 21,57%, impedindo conclusões mais precisas. Dentre os 63 proprietários muitos podem ter se apropriado da terra, através de fraudes ou posse forçada, como a sugere a literatura anteriormente referenciada. Os dados referentes a compra também podem indicar uma prova de coação, conforme os exemplos anteriores. As informações incompletas desses registros, impedem uma análise mais concreta da situação fundiária de Santana do Livramento no século XIX. Neste sentido, os dados da tabela 3 induzem a uma interpretação que pode não estar correta.

Tabela 3 - Estrutura fundiária de Santana do Livramento (1858)

Hectares	Nº de declarantes	Percentual de declarantes	Percentual da extensão declarada
0-50 ha	73	25%	35,45%
51-500 ha	17	5,82%	8,25%
501-1.000 ha	10	3,42%	4,85%
1.001-5.000 ha	68	23,3%	33%
5.001-10.000 ha	09	3,08%	4,37%
Mais de 10.000 ha	29	9,93%	14,08%
Área não declarada	86	29,45%	-
Total	292	100%	100%

Fonte: Adaptado de CHRISTILLINO (2010, p. 133).

Segundo Christillino (2010), predominam as pequenas propriedades em Santana do Livramento. O número de pequenas propriedades é interessante, confirma a necessidade que se tinha de povoar as proximidades da área urbana, por se tratar de uma cidade de fronteira. Porém o número de proprietários que não declarou a extensão de suas terras é muito alto, 86 proprietários ou 29% dos declarantes, esses dados poderiam alterar qualquer uma das categorias da tabela 3.

Assim, se supormos uma média de 13 mil hectares, uma sesmaria, para os 29 proprietários da categoria dos que declararam possuir mais de 10 mil hectares, - não seria uma média equivocada já que essa era a medida usada para a concessão de sesmarias e sabe-se pela literatura existirem proprietários com extensões muito maiores, a exemplo de David Canabarro que tinha 41 mil hectares - essas propriedades corresponderiam a 377 mil hectares, a área do município é de 695 mil hectares, ou seja, as grandes propriedades corresponderiam a 54,24% do território de Santana do Livramento. Com essa análise pode-se deduzir a que os grandes latifúndios ocupavam o maior espaço na estrutura fundiária do município.

A literatura ainda nos permite reforçar esse argumento com outra suposição. Através dos registros de Caggiani (1983), sabe-se que foram mais de 40 sesmarias concedidas em Santana do Livramento, Paniágua (2003), Garcia (2005) e Monteblanco (2013) indicam uma tendência de aumento no tamanho das sesmarias originalmente concedidas, por diversas formas mencionadas anteriormente. Assim, é provável que boa parte dos 86 proprietários que não declararam o tamanho de suas propriedades, possuísem mais do que 10 mil hectares, caracterizando uma concentração fundiária ainda maior.

A estrutura fundiária se estabilizou no final do século XIX, o que pode ser comprovado com a valorização do preço das terras. Entre 1860 e 1880, o valor das terras aumentou 505% em Santana do Livramento (CHRISTILLINO, 2010). Segundo Farinatti (2007, p. 65) a “produção pecuária era feita em bases extensivas, tendo necessidade de constante incorporação de fatores produtivos, como a terra e o próprio gado, para se expandir”. O aumento do preço das terras então indica uma produção pecuária estável no final do século.

5.2.2 A produção pecuária no século XIX

No topo da hierarquia socioeconômica, estava a pequena elite de grandes estancieiros. A seu lado existiam pequenos e médios criadores de gado, e em menor escala até lavradores. “Eles produziam a partir de variadas formas de acesso à terra (posse, propriedade, arrendamento, produção “a favor” nos campos onde estavam agregados) e, muitas vezes, era das famílias desses pequenos produtores que saíam os peões para o trabalho nas estâncias” (FARINATTI, 2010, p. 69). Na campanha “Inúmeros pequenos e médios estabelecimentos recortavam a paisagem agrária da região” (GARCIA, 2005, p.41). Alguns produtores menores complementavam suas rendas, com trabalhos sazonais nas estâncias maiores. Ao lado dos peões, os escravos possuíam uma grande importância, principalmente nas grandes estâncias, na atividade pecuária (CHRISTILLINO, 2009; FARINATTI, 2010).

A pecuária tradicional foi realizada em campos não cercados por praticamente todo o século XIX, modificando-se somente no final do século através de fatores como o fim da escravidão, a introdução de novas raças animais e outros. Segundo Farinatti (2010), a importância econômica das grandes estâncias é inegável, indicando que 16 produtores detinham 60% das riquezas e 53% do rebanho de Alegrete³³ entre 1831 e 1867, e todos possuíam uma grande estância.

Em 1858 o rebanho de Santana do Livramento possuía 150 mil cabeças de gado bovino, e produzia 14.800 crias de equinos por ano (CHRISTILLINO, 2009). Além da expressiva criação de ovinos, que se expandiu principalmente na segunda metade do século XIX. Esse rebanho se dividia entre os grandes, médios e pequenos criadores. Farinatti (2010) denomina como grandes criadores, aquelas que possuem mais de 2.000 cabeças de gado bovino. Para Christillino (2009) os grandes criadores são os que possuem mais de quatro mil bovinos, os pequenos são os que possuem até mil e os médios entre mil e quatro mil animais vacuns.

Em 1858 existiam 126 criadores, listados pela Câmara de Santana do Livramento. Desses apenas 6 eram grandes criadores e possuíam mais de 4.000 cabeças de gado, 85 criadores tinham até 1.000 animais, pequenos produtores, e 35 criadores possuíam entre 1.000 e 4.000 cabeças, criadores médios (tabela 4).

³³ Somente em 1857 Santana do Livramento é desmembrada do município de Alegrete.

Tabela 4 - Relação de criadores em Santana do Livramento de 1858

Nº de cabeças	Nº de criadores	Percentual
01 – 500 animais	53	42,06%
501 – 1.000 animais	32	25,40%
1.001 – 4.000 animais	35	27,78%
Mais de 4.000 animais	06	4,76%
Total	126	100%

Fonte: CHRISTILLINO (2009, p. 3).

Os grandes criadores representavam apenas 4,76% do total de criadores em Santana do Livramento. Enquanto os pequenos criadores correspondiam a 67,46%, e os médios a 27,78%. David Canabarro, é um exemplo de grande criador, seu rebanho em sociedade com seu irmão, somava 8.600 animais vacuns, 2.500 cavalares e 12.000 ovinos. Esse rebanho se dividia em três estâncias, que juntas abrangiam 9 léguas e meia de campo ou 41 mil hectares, e empregavam 20 pessoas.

A relação entre o tamanho do rebanho e da propriedade revela, no exemplo de David Canabarro, a baixa produtividade da pecuária em Santana do Livramento no século XIX, pouco mais de 3 hectares por animal (CHRISTILLINO, 2009). Essa relação hectares de campo por animal, para a região da campanha no período, oscilava entre 2,6 e 3,3 hectares por cabeça (LUCCOK, 1975). Comparando com a Argentina, onde essa relação oscilava entre 2,2 e 2,9 hectares por cabeça (DREYS, 1990), pode-se confirmar a baixa produtividade pecuária na região de Santana do Livramento.

Os criadores que possuíam rebanhos médios, conseguiam viver confortavelmente com seus ganhos. Mas não conseguiam ganhar o suficiente para formarem uma poupança, apesar de conseguirem manter suas estâncias e não precisarem recorrer a empregos sazonais como complementação da renda. Feliciano Costa Leite, pode ser citado como exemplo de criador médio em Santana do Livramento, ele possuía 2 léguas de campo, que havia recebido de herança, e um rebanho composto por 2.700 animais vacuns, 600 cavalos e 380 crias de ovelha anualmente (CHRISTILLINO, 2009).

Criadores pequenos, eram obrigados a vender sua mão de obra para os maiores, acumulando além do trabalho em sua própria propriedade com o gado e a agricultura de subsistência, também o trabalho sazonal nas grandes estâncias da região. Leonardo Correia Mello é um exemplo de pequeno criador, ele possuía um rebanho de 100 animais vacuns e nenhum cavalo. A hipótese de que esses pequenos criadores complementavam suas rendas com

o trabalho nas estâncias, é reforçada com os dados do número de peões na relação dos criadores de Santana do Livramento de 1858. O número permanente de peões que trabalhavam nas 126 unidades produtivas, era de 267 peões, ou seja, aproximadamente 2 por unidade. Em 28 unidades não foram registrados trabalhadores, justamente nas menores, indicando o trabalho familiar dos pequenos criadores (CHRISTILLINO, 2009).

O trabalho agrega valor comercial a atividade pecuária. No início do século XIX a grande maioria do gado existente nas estâncias era “xucro”, e por isso possuía menor valor comercial. Então uma das primeiras atividades que agrega valor com o trabalho na pecuária é a doma do gado. Porém “era corrente a prática de deixar uma grande parte do rebanho como xucro, exigindo uma aplicação de trabalho menor, como uma forma dos criadores conseguirem economizar mão-de-obra” (FARINATTI, 2010, p. 75).

A proporção de gado manso variava com o tamanho do rebanho, em rebanhos de até 100 reses se chegou a 100% em 1850. Na mesma década a proporção de reses mansas em rebanhos de até 500 cabeças era 35%, e nas grandes estâncias com mais de 2.000 reses a proporção de mansas era de apenas 10% (FARINATTI, 2010). Esses dados ajudam a explicar o baixo número de peões na relação de criadores de Santana do Livramento dessa década.

A produção pecuária nesse período estava orientada comercialmente para a criação de novilhos, que eram encaminhados em pé para as charqueadas, geralmente as do leste rio-grandense (FARINATTI, 2010). Por isso os novilhos possuíam um valor comercial maior do que as “reses de criar”. A tabela 5 traz a evolução do preço das reses de criar e dos novilhos, de 1860 a 1880, podemos ver que o preço cai em 1860-65, e aumenta significativamente entre 1870 e 1880. A queda nos preços pode ser relacionada à guerra do Paraguai, o aumento nos preços pode ser reflexo do fim dessa e dos conflitos no Uruguai, já que até meados da década de 1860 o gado uruguaio era um concorrente direto no abastecimento das charqueadas rio-grandenses (PESAVENTO, 1985). A partir dessa década o Uruguai consegue reestruturar sua atividade “saladeril”, assim, a oferta de novilhos para as charqueadas rio-grandense cai, e o preço aumenta.

Tabela 5 - Preço médio do gado bovino em Santana do Livramento (1860-1880)

Ano	Rês de criar	Nº Índice	Novilho	Nº Índice
1860	7\$500rs	0,75	12\$666rs	1,27
1865	3\$222rs	0,32	8\$800rs	0,88
1870	5\$666rs	0,57	13\$750rs	1,37
1875	8\$333rs	0,83	14\$000rs	1,40
1880	11\$615rs	1,17	23\$600rs	2,36

Fonte: Adaptado de CHRISTILLINO (2010, p. 101).

Um elemento importante da produção pecuária do século XIX é a criação de cavalos, indispensável para o trabalho com o gado e também para o transporte, em um espaço de grandes extensões territoriais. Sobre o uso do cavalo Saint-Hilaire (1974, p. 52) relata que no Rio Grande do Sul “toda a gente, mesmo pobre, inclusive os escravos, não dão um passo sem ser a cavalo”. A criação de cavalos também possuía um bom valor comercial, principalmente nos períodos de guerras quando a demanda para abastecer o exército aumentava, e como a guerra na região era crônica a criação de cavalos era um ótimo negócio. Assim como para o gado vacum, a doma de cavalos agregava um grande valor ao preço dos animais, podendo elevar o preço em 300%. Isso fazia com que os peões que desempenhassem essa atividade fossem melhor remunerados e os escravos domadores mais valorizados (FARRINATTI, 2010).

O padrão organizacional das estâncias era determinado pela atividade pecuária, o lar doméstico era onde residia a família proprietária e a casa principal era quase sempre feita de pedras. As senzalas eram anexas a casa principal ou próximas a ela. Nas proximidades estavam os currais e mangueiras, feitos de pedra, madeira ou barro, onde se reunia e manejava o gado. Existiam ainda lavouras de dimensões variadas, onde se produziam milho, feijão e trigo, para a subsistência da própria estância. “Por fim, pequenos poteiros e piquetes cercados destinados aos animais de tração (“bois mansos”), às vacas de leite e aos cavalos em serviço, compunha o complemento desse conjunto de construções principais das grandes estâncias” (FARRINATTI, 2010, p. 81).

5.2.3 O trabalho nas Estâncias no século XIX: índios, escravos e peões

Os índios e escravos são atores importantes na organização do trabalho das estâncias no século XIX, e compunham junto com os peões a mão de obra da pecuária em Santana do Livramento. “A estância é servida ordinariamente por um capataz e por peões, debaixo da direção d’aquelle; às vezes os peões são negros escravos, outras vêzes e mais commumente são índios ou gaúchos assalariados; sua ocupação consiste em velar sobre os animais, conte-los nos limites da estância, reuni-los” (DREYS, 1839, p. 142 apud CARDOSO, 1997, p. 66).

Segundo Farinatti (2010, p. 69):

[...] ainda que a paisagem pastoril-missioneira, tal como existira no século XVIII, tenha se desagregado, muitos de seus traços econômicos, demográficos e culturais seguiram presentes na região por todo o século XIX. De fato, os registros de batismo das recém-criadas paróquias luso-brasileiras da Campanha indicam uma presença demográfica expressiva de egressos das Missões. Os guaranis formavam 55% das mães e 44% dos pais que levaram seus filhos a batizar na Capela de Alegrete, entre 1821 e 1828 (FARINATTI e RIBEIRO, 2010, p. 8). Essa população e seus descendentes foram essenciais como povoadores, trabalhadores e soldados na constituição da sociedade que se erigiu na Campanha, na primeira metade do Oitocentos.

A principal obra sobre escravidão no Rio Grande do Sul é “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” de Fernando Henrique Cardoso. Cardoso (1997), desmistifica a ideia de que foram usados poucos escravos no trabalho das estâncias rio-grandenses, para o autor haviam escravos desempenhando diversas funções assim como nas demais regiões do Brasil. Segundo ele, sobre o trabalho nas estâncias “Os autores afirmam, em geral, que se utilizava mão-de-obra livre. Não creio, firmado na documentação coeva, que a utilização do escravo nas fazendas de criação tenha sido tão restrita quanto se supõe” (CARDOSO, 1997, p. 63).

O grande número de escravos que compunha a população rio-grandense é um forte indício do trabalho escravo na atividade pecuária. “Em 1814, a população rio-grandense estimada em 70.656 habitantes, sendo 20.611 escravos” (MURADÁS, 2008, p. 254). Em 1872, a população rio-grandense era de 434.813 pessoas, sendo 67.791 escravos (CARDOSO, 1997, p. 81).

Sobre o trabalho escravo na pecuária, Dreys (1990, p. 128) relata que “nas estâncias, pouco tem que fazer o negro, exceto na ocasião rara dos rodeios; nas charqueadas o trabalho é mais exigente, sem ser nem pesado nem excessivo”. Os rodeios aconteciam a cada seis meses

com a finalidade de reunir todo o gado em um mesmo local, para marcar os recém-nascidos, e castrar os que não se queria que se propagassem. O gado castrado recebiam a denominação de novilho, e eram os novilhos vendidos às charqueadas (DREYS, 1990). Era na época dos rodeios que a quantidade de mão de obra aumentava significativamente, e para trabalhar nessa ocasião juntavam-se, aos trabalhadores das estâncias, pequenos criadores e índios que habitam o entorno das estâncias, configurando trabalho sazonal da pecuária (FARINATTI, 2010).

Nas demais épocas do ano, a quantidade de mão de obra nas estâncias é bastante reduzida. Farinatti (2005) faz uma análise do trabalho escravo no município de Alegrete, que pode-se supor ser semelhante à existente em Santana do Livramento. Conforme o autor, a proporção de escravos homens era superior à de mulheres, indicando que a reposição dos cativos, se dava pela compra, sendo uma característica da pecuária extensiva a incorporação contínua de trabalhadores escravos. E ainda que os escravos exercessem diferentes funções dentro das estâncias, “a requisição de parte importante deles para o trabalho direto do costeio do gado parece ter sido um dos fatores responsáveis pela preferência na compra de cativos homens por parte dos senhores da Campanha” (FARINATTI, 2005, p. 4 e 5).

Em relação às ocupações específicas dos escravos, Farinatti (2005) afirma que essas eram expressamente maior nas propriedades dos grandes estancieiros. Os ofícios mais comuns para os escravos eram o de roseiro e campeiro, mas existiam carpinteiros, pedreiros, ferreiro entre outros. As demais especializações, elevavam o preço dos escravos em relação aos campeiros e roceiros (FARINATTI, 2005). Luccock (1975), indica que era prática comum que esses escravos especializados fossem alugados, permitindo seus donos terem o retorno do investimento gasto para instruí-los.

A literatura existente sobre a escravidão especificamente para Santana do Livramento é bastante escassa. Segundo Christillino (2010, p. 114), “na relação de criadores de Santana do Livramento, na Fronteira, não consta o número de escravos presentes nas estâncias, mas certamente, aqueles existentes foram computados como peões”. Porém Araújo (2008, p. 112) afirma que em 1858 “Santana do Livramento possuía 803 escravos e em 1872 contava com 2012 cativos, ou seja, um aumento superior aos 100%”. O que indica a constante incorporação de escravos no trabalho pecuário do município.

Mattos (2010) analisa o inventário, de 1860, do Major Francisco Maciel de Oliveira, militar político de Santana do Livramento, e compadre de David Canabarro, eleito para a primeira câmara municipal. O major possuía 25 escravos, que exerciam diversas funções,

porém 7 deles estavam fugidos na “Banda Oriental”. Das fugas dos escravos, surgiram os assentamentos quilombolas, como o do “Ibicui da Armada”, ainda existente em Santana do Livramento.

No final do século XIX, surgiu em Santana do Livramento, assim como em outros municípios da região, o movimento abolicionista. Em 1883 foi instalado o “Clube Rio Branco”, exercendo decisiva influência no movimento abolicionista local, conseguindo que os escravos fossem alforriados, ou comprando a sua liberdade. “Um ano depois de sua fundação, a 28 de setembro de 1884, em sessão realizada no Teatro 7 de setembro, foram entregues solenemente, as cartas de liberdade da grande maioria dos escravos existentes no município (CAGGIANI, 1983, p.56).

Em 1887, foi realizada a última reunião do “Clube Rio Branco”. Na ocasião existiam apenas 4 escravos em Santana do Livramento, pertencentes a Antônio Simões Pires, que foi convidado a participar. Depois de muitas negociações, “ficou decidido que os mesmos seriam libertos de acordo com as seguintes condições: dois deles pela quantia de seiscentos e cinquenta mil réis cada um e os outros dois, sob a condição de que lhe prestassem serviços por algum tempo” (CAGGIANI, 1983, p.56). Assim, a escravidão em Santana do Livramento terminou em 1887, apenas um ano antes da abolição da escravatura no Brasil pela Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 1888.

5.2.4 O cercamento dos campos

O cercamento dos campos é um evento importante, para se compreender a formação sócio-espacial de Santana do Livramento. Através dele as relações de trabalho no campo são alteradas e um contingente de trabalhadores rurais se instala nas cidades, por não terem mais espaço no meio rural. Assim, o cercamento dos campos interfere diretamente na organização social e espacial do município. Segundo Garcia (2005) esse processo começou com mais intensidade a partir de 1870.

A Lei de Terras de 1850, coincidiu com a Lei Eusébio de Queiroz, promulgada no mesmo ano e que proibia o tráfico negreiro. Configurando o período que vai de 1850 a 1888, se deu a decadência do latifúndio escravista. Sobre as relações de trabalho nas estâncias (latifúndios), nesse período Graziano da Silva (1980, p. 10), diz que:

É fácil entender a importância da lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de "acesso relativamente livre" (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer que se houvesse homem "livre" com terra "livre", ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios.

O advento da Lei de Terras, restringiu a reprodução da mão de obra camponesa de forma autônoma. Os camponeses que perderam “processos judiciais de posses e aqueles que simplesmente não foram mais tolerados como agregados tornaram-se mão de obra disponível, de reserva” (MONTEBLANCO, 2013, p. 140). Porém as estâncias não demandavam tamanha quantidade de mão-de-obra que se tornava disponível. Surgem desse processo muitos sem terras e sem trabalho, que recorriam por meio judicial para recuperarem suas posses. Mas como a maioria desses trabalhadores era pobre não possuíam recursos para lutar judicialmente contra os grandes proprietários de terras. Por isso resistiram também através da violência e criminalidade, que se expressava com crimes típicos da fronteira como o contrabando e o abigeato (PANIÁGUA, 2003; GARCIA, 2005; MONTEBLANCO, 2013). Sobre a violência decorrente do cercamento dos campos Nahúm (1968, p. 62) diz que:

El alambre determinó una menor necesidad de mano de obra, la consiguiente expulsión de la estancia de peones y agregados, la formación de núcleos suburbanos y rurales ("pueblos de ratas") que los congregaban; en suma, la definitiva marginalización de la población pobre de la campaña y el inicio de la desaparición del gaúcho.

Para Torronteguy (1994) foi a violência dos poderosos que gerou a violência do banditismo da região. Em decorrência da apropriação desigual da terra, ocorrida na segunda metade do século XIX. O “ápice deste processo conflituoso será o cercamento dos campos na década de 1880” (GARCIA, 2005, p. 112). No início do cercamento dos campos as cercas utilizadas eram de pedra, onde antes se utilizavam valos e cercas vivas. A partir dos anos finais do século XIX, chegou o cercamento com arame (RIBEIRO, 2009).

Tabela 6 - Quantidade de arame importado e quadras cercadas no Uruguai entre 1872 e 1882

Ano	Importação Kg	Quadras ³⁴	Lotes ³⁵ cercados
1872	2.050.250	29.700	123
1873	1.847.951	26.700	111
1874	2.476.023	35.800	149
1875	2.140.835	31.000	129
1876	2.150.000	31.000	129
1877	6.646.743	96.300	401
1878	6.674.977	96.700	402
1879	10.290.295	149.000	620
1880	-	216.480	902
1881	19.642.000	284.600	1.185
1882	12.505.800	181.200	755
TOTAL	-	1.178.480	4.906

Fonte: Adaptado de NAHÚM (1968, p. 66).

Na tabela 6 é possível visualizar a evolução do cercamento dos campos no Uruguai, que pode ser usado como exemplo para o cercamento na campanha gaúcha. Devido as características bastante parecidas dessas regiões. A partir do ano de 1870 até o final do século a quantidade de arame importado aumentou continuamente, diminuindo de um ano para outro apenas de 1881 a 1882, o que pode indicar que nesse momento boa parte das estâncias da região já estavam cercadas. Já que aproximadamente 103 milhões de hectares estavam cercados no Uruguai³⁶. Esse período coincide com o apresentado por Garcia (2005), que afirma ter começado em 1870 o cercamento na região da campanha. Albornoz (2000) indica que a importação de arame³⁷ aumentou em Santana do Livramento a partir de 1892, quando foi inaugurada a linha férrea que ligava a fronteira a Montevideo, que recebia em seu porto o arame importado.

³⁴ 1 quadra de sesmaria = 87,12 hectares. Fonte: SCRIBD, 2016.

³⁵ No original diz “Suertes alambradas”, aqui traduzido como lotes cercados.

³⁶ Pela falta de dados referentes a Santana do Livramento podemos utilizar o exemplo uruguaio, pela semelhança desses processos nessas regiões. Além dos dados existentes indicarem que ocorreram na mesma época nas duas localidades, conforme Garcia (2005) e Nahúm (1968).

³⁷ Segundo Shäffer (1993) o arame entrava no Uruguai através da fronteira com o Rio Grande do Sul, enquanto Albornoz (2000) indica que ele chegava na região da campanha via Montevideo. As duas referências estão certas se analisarmos em momentos distintos do tempo, em um primeiro momento conforme Shäffer (1993), e um segundo quando chega a via férrea ao Uruguai conforme Albornoz (2000).

Segundo Ribeiro (2009, p. 112) “o cercamento das estâncias marca a definição concreta do espaço físico do caudilho”. E *“a medida que avanzaba la década de 1870 y con ella el cercamiento, los peones, agregados y puesteros iban quedando fuera de las estâncias y arrastrando su miseria por los lindes o los precoces "rancheríos" y suburbios en lós pueblos del interior”* (NAHÚM, 1968, p. 74). A expulsão dos peões e agregados dos campos se deu pela diminuição da demanda por trabalho decorrente do cercamento. Representando uma economia de mão de obra para os estancieiros, já que com a cerca o gado não poderia mais se dispersar pelo campo, tornando o trabalho encarregado dessa função desnecessário (MONTEBLANCO, 2013). Nahúm (1968, p. 65) argumenta que *“Salía más barato alambrar que perder cientos de animales que se alejaban en busca de aguadas”*. Sobre Santana do Livramento, Albornoz (2000, p.63) acrescenta que “O aramado, quando chegou, não significou melhorias técnicas no processo produtivo, mas diminuição de pessoal e emprego – e consequentemente, queda dos salários”.

O posteiro que habitava os limites das estâncias, e tinha como função impedir que o gado se dispersasse pelos campos vizinhos, depois da cerca não tinha mais necessidade de existir. Levando a uma grande quantidade de pessoas que habitavam esse espaço, o posteiro e a família, a migrarem para a cidade, originando a favelização (FONTOURA, 2004; MONTEBLANCO, 2013). Como na cidade também não havia emprego, a população imigrante não tinha maior futuro do que o roubo ou o contrabando (ALBORNOZ, 2000).

Iniciou-se assim o êxodo rural em Santana do Livramento, que seria intensificado no começo do século XX com a instalação dos saladeiros e frigoríficos (MONTEBLANCO, 2013). Do êxodo rural também se originou uma distinção social maior entre os grandes proprietários de terras e aqueles que ficaram de fora dos campos cercados. Construía-se aos poucos um espaço rural vazio socialmente, “consequência direta da predominância da grande propriedade patronal” (WANDERLEY, 2001, p. 36). Nesse mesmo processo, até os estancieiros passaram a se mudar para as cidades, eliminando as relações de proximidade entre estes e seus empregados, caracterizando o avanço do capitalismo nas estâncias (TORRONTEGUY, 1994; FONTOURA, 2004; RIBEIRO, 2009; MONTEBLANCO, 2013).

Feitas essas considerações, podemos analisar o surgimento da cidade de Santana do Livramento, principalmente seu caráter urbano. De forma que as seções anteriores desse capítulo permitirão uma melhor compreensão desse processo.

5.3 A Cidade de Santana do Livramento

A cidade de Santana de Livramento, está localizada na fronteira do Brasil com o Uruguai, figura 14, e teve seu primeiro núcleo urbano decorrente do acampamento de São Diogo (1811). Na década de 1820, após a concessão das primeiras sesmarias, começam os preparativos para a edificação da capela de Nossa Senhora do Livramento. Em 1822 é escolhido o local para a edificação da mesma, o vigário destinado para a celebração inaugural, não aprovou o local escolhido. Por esse motivo uma nova capela foi construída em um novo local, na “Coxilha de Santana”. Antônio José de Menezes comprou meia légua de campo, pertencente a Luciano Pinheiro, que correspondia ao atual centro de Santana do Livramento e doou para a construção da capela, que foi inaugurada em 30 de julho de 1823, data atribuída a fundação da cidade (CAGGIANI, 1983; POTOKO, 2013).

Dessa data em diante a capela evoluiu administrativamente. Em 1824 foi elevada a curato, em 1848 passou a ser Freguesia. No ano de 1857, Santana do Livramento é desmembrada do município de Alegrete, e elevada à categoria de Vila, formando a sua própria câmara municipal. Finalmente em 1876 passou a ser cidade (CAGGIANI, 1983; ALBORNOZ, 2000; POTOKO, 2013).

Figura 14 - Mapa da localização de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul em 1900



Fonte: Adaptado de DO SUL (2016).

Com o surgimento de Santana do Livramento na fronteira, o governo uruguaio decidiu fundar a cidade de Rivera (1867) junto a cidade brasileira, para marcar um ponto de referência da soberania do país. O primeiro nome dado a cidade uruguaia ainda como vila foi o de "Vila de Ceballos" (1862), em referência ao antigo governador argentino que havia conquistado boa parte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no século XVIII (CAGGIANI, 1983; SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000; POTOKO, 2013), como mencionado no capítulo 3.

A demarcação da fronteira entre Brasil e Uruguai, foi negociada em Santana do Livramento com a reunião de representantes dos dois governos no ano de 1856. Os traçados escolhidos para a fronteira seguiam os trechos: "Jaguarão-Chico; Aceguá-São Luiz á Serrilhada; Serrilhada até o arroio da internada, na Coxilha do Haedo". Para não existir dúvida sobre a linha divisória da Coxilha de Santana, a linha divisória continuaria "desde o ponto

conhecido pelo Cemitério nas cabeceiras do Rio São Luiz, seguindo pelo máximo nível das alturas, ou águas vertentes a um e outro lado, até a união da dita coxilha com a denominada - de Haedo – próxima as vertentes do Rio Quaraí” (CAGGIANI, 1983, p. 62). Demarcada a fronteira, ainda se negociou a troca de dois lotes de terras proporcionais entre os países, com a justificativa de que com o traçado estabelecido alguns brasileiros ficariam no território pertencente a Rivera, e alguns uruguaiois ficariam no território de Santana do Livramento. Esse empasse foi resolvido com a aceitação da troca de uma área por outra.

Outro elemento importante para o estabelecimento da fronteira seca entre esses dois países foi a construção dos marcos da fronteira, em 1916, “de modo que, de cada marco, se pudesse divisar o seguinte e o anterior”. Em 1923, foi proposto a construção de um Parque Internacional (figura 15), para simbolizar a fronteira urbana entre Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil), o referido Parque foi inaugurado em fevereiro de 1943, após um ano do início de suas obras em 1942 (CAGGIANI, 1983, p.65 e 66). Sobre o Parque Internacional Shäffer (1993, p. 50) diz que ele “promoveu a relação formal urbana dessa fronteira, ao eliminar o espaço vazio (arenal) que diferenciava fisicamente os dois núcleos, e ao configurar o espaço atual”.

Figura 15 - Parque Internacional e Marco da Fronteira no campo entre Santana do Livramento e Rivera



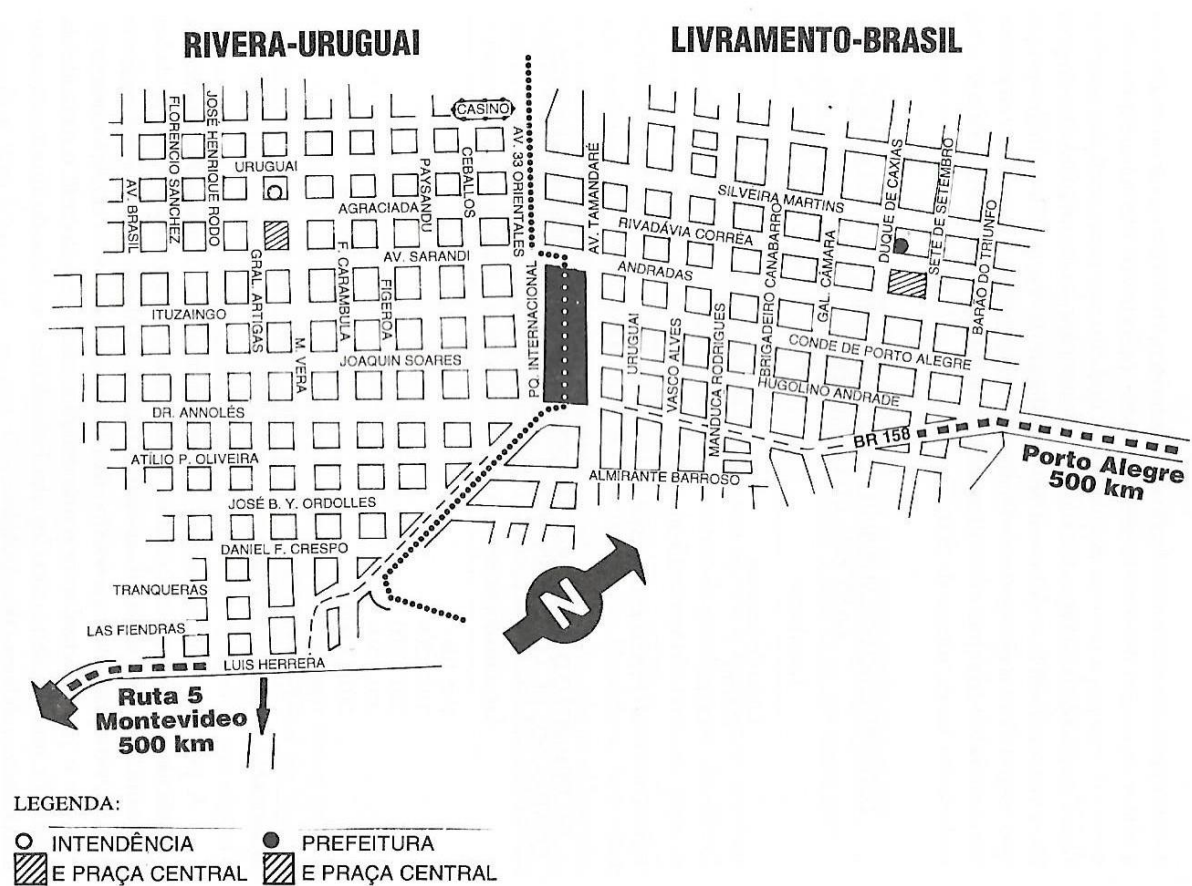
Fonte: Montado através de MIDIA (2016); SKYSCRAPERCITY (2016).

As duas cidades se beneficiaram dessa característica de fronteira, originando um processo de formação econômica conjunto, de modo que mudanças na economia de uma repercutia sobre a outra. No começo do século XIX, a fronteira era dominada pela atividade

pecuária e pelos conflitos militares, muitos estancieiros possuíam terras dos dois lados da fronteira, como indicado por Christillino (2010). No final do século XIX, com o cercamento dos campos, o aumento da população urbana e do comércio, as duas cidades acabaram se organizando de forma bastante parecida, uma de frente para o outro, inclusive as principais ruas do comércio eram continuas, como pode ser visto na figura 16. Para Shäffer (1993, p. 20),

A aproximação da fronteira explica a presença de “pares de cidade”, isto é, núcleos urbanos que tem continuidade na planta urbana do país vizinho, através de “fronteira seca” como Sant’Ana do Livramento e Rivera [...]. Essas cidades apresentam peculiaridades decorrentes das suas posições geográficas e que se expõem na funcionalidade e na estruturação interna das mesmas.

Figura 16 - Centros Urbanos de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)



Fonte: SHÄFFER (1993, p. 33).

O principal elemento para a organização urbana no século XIX foi o comércio. A posição geográfica das duas cidades fez com que elas se tornassem um entreposto comercial entre os produtos brasileiros vindos principalmente de outras regiões do Rio Grande do Sul, e os produtos importados vindos de Montevideo. A aproximação de Santana do Livramento com

a região do Prata se deu com maior intensidade após a chegada da via férrea em Rivera, ligando esta a Montevideo e seu importante Porto, no ano de 1892 enquanto que a via férrea brasileira só chegaria em 1910 (CAGGIANI, 1983; SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

Com o estabelecimento da via férrea uruguaia da capital ao norte do país, Rivera estava ligada a Montevideo por apenas 20 horas de viagem. Enquanto Santana do Livramento, se encontrava a 18 dias de viagem de Pelotas, quando verão já que no inverno as condições das estradas pioravam e essa viagem poderia levar até 80 dias (ALBORNOZ, 2000).

Em relação ao surgimento da cidade de Santana do Livramento, enquanto núcleo urbano é interessante analisar o crescimento populacional desta no século XIX, além dos relatos feitos pelo Conde de D'Eu que fazia parte da comitiva do Imperador D. Pedro II e visitou a Vila de Santana do Livramento em 1865, na época com 10 mil habitantes (ALBORNOZ, 2000). Ao chegar à cidade o Conde ficou impressionado com sua aparência, em suas palavras:

A vila de Sant'Ana do Livramento está assente num contraforte da coxilha. Tem aspecto quase europeu: as casas são disseminadas pelo meio de jardins verdejantes onde crescem árvores da Europa, como o choupo e a acácia (agora em flor) que em outras partes do Brasil são desconhecidas. [...] A população é, pelo que me dizem, de 2.000 almas [população da área urbana], de que o elemento brasileiro não representa se não aproximadamente metade, sendo o mais orientais, argentinos e europeus (CONDE D'EU, 1865 apud CAGGIANI, 1983, p. 72)

O Conde também descreve a proximidade na fronteira da última casa de um país a primeira do outro, “apenas 100 passos” (CAGGIANI, 1983). E relação a divisão política do município, o crescimento populacional e a infraestrutura no final do século XIX. Em 1890 o município de Santana do Livramento estava dividido em 5 distritos (FEE, 1981). Contava com agência postal inaugurada em 1859, era ligada a algumas cidades da região, uruguaias e brasileiras através de diligencias a partir de 1860, possuía uma rede telegráfica construída em 1878, iluminação pública com lampiões desde 1889 e uma população de 17 mil habitantes (CAGGIANI, 1983, 1984, 1991). Os dados para 1900, informam 22 mil habitantes.

Tabela 7 - Evolução da População de Santana do Livramento no século XIX

ANO	1835	1865	1872	1890	1900
POPULAÇÃO	3.000	10.000	10.223	17.000	22.000

Fonte: FEE (1981); SHÄFFER (1993); ALBORNOZ (2000).

A tabela 7 mostra a evolução da população em Santana do Livramento, ao longo do século XIX. Deixando claro que os eventos explicados na secção anterior, influenciaram o crescimento populacional. No começo do século, existiam muitos conflitos militares na região, e a população em sua grande maioria habitava o campo e dependia da atividade pecuária para

sobreviver, como uma característica dessa atividade era o baixo emprego de mão de obra, a população crescia mais lentamente. Após o cercamento dos campos com maior intensidade na década de 1870, a população começou a migrar para a cidade, inclusive os latifundiários, transformando o núcleo urbano, essa mudança beneficiou o comércio e a população passou a crescer de forma mais acelerada.

5.3.1 O Comércio

O Comércio em Santana do Livramento, surgiu junto com a cidade. Segundo Mariante (1992) e Rocha (2011), os acampamentos militares quando instalados em algum local atraía diversos comerciantes que se instalavam junto deles, assim, no acampamento de São Diogo em 1811, não seria diferente. A localização geográfica da cidade, colaborou para que o comércio logo prosperasse. Por estar no meio do caminho, em distancias praticamente iguais, entre as mercadorias do norte rio-grandense, principalmente as da serra, e o Porto de Montevideo, ligado a todo o mundo (CAGGIANI, 1991).

Em 1851 quando o Exército Libertador se concentrou em Santana do Livramento, ficou registrado que na cidade já havia “um não pequeno comércio para o que muito contribuiu sua localidade” (DIÁRIO DO EXÉRCITO, 1851 apud CAGGIANI, 1983, p. 50). Na mesma ocasião o comandante desse exército, Duque de Caxias, manda levantar uma planta da freguesia. Segundo Shäffer (1993, p. 39) conta na planta que a freguesia “É um ponto de comércio assaz rico em recursos, e contem 28 casas de negócio, bem sortidas de fazendas, cujo capital se pode estimar em cerca de 200.000 patacões”.

Logo após a instalação da Câmara municipal (1857), seu presidente envia um relatório ao governo da província em 1858, no qual reclama da falta de proteção dada aos comerciantes santanenses, indicando a primeira manifestação política em defesa da atividade comercial do município. Na segunda metade do século XIX, com o surgimento da vila de Ceballos em 1862, o comércio na fronteira intensificaria uma de suas principais características, o contrabando. Sobre Santana do Livramento e seu comércio Berlink (1863) *apud* Caggiani (1991, p. 5), diz que é uma

[...] Vila florescente e de comércio, porém, já se ressentem os efeitos do traço da linha na paralização do comércio e estagnação do mercado brasileiro, em consequência da nova povoação oriental e que se denomina D. Pedro Ceballos e onde casas de negócio vendem com 50 por cento de abatimento as mercadorias que se venderiam na Vila. A decadência da Vila é pois inevitável e o progresso do contrabando seguro.

O Conde D'Eu registra durante sua estadia em Santana do Livramento em 1865, que acamparam

[...] diante da casa de um espanhol chamado Zarratea, que tem uma venda bem sortida. Arreios, livros, chapéus, fazendas de toda a espécie, porcelana, que sei eu? tudo há neste brilhante estabelecimento, que com surpresa se encontra assim perdido no meio do deserto. Suponho eu que na sua propriedade entra por grande parte, o contrabando (CONDE D'EU, 1865 apud CAGGIANI, 1983, p. 74).

A posição geográfica, do município o colocava em desvantagem diante da concorrência do contrabando proporcionado pela cidade vizinha, que possuía taxas alfandegarias menores, ponde oferecer produtos mais baratos. Com o intuito de enfrentar o contrabando da fronteira, favorecido pelo livre-cambismo do Uruguai, a praça comercial de Porto alegre advoga em favor da criação de tarifas especiais para a importação de produtos na província rio-grandense, que fossem inferiores as cobradas no resto do país. Os comerciantes de Rio Grande apoiaram a iniciativa, e em 1878 o privilegio foi concedido aos importadores rio-grandenses, e mato-grossenses também (CAGGIANI, 1991).

Com as tarifas especiais, o comércio das duas praças citadas anteriormente viveram seus tempos áureos. Porém o governo uruguaio, reagindo a essas medidas diminuía ainda mais suas taxas alfandegarias, facilitando novamente a ocorrência do contrabando (CAGGIANI, 1991). No último quarto do século XIX, conforme Pesavento (1985), as charqueadas rio-grandense estavam em declínio, gerando uma crise do setor pecuário, refletindo na baixa do preço pago ao gado bovino, a principal fonte de renda na economia da época. Aterrorizadas pelos efeitos da crise na economia charqueadora, a partir de 1885, as praças de comércio de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, culpavam o contrabando da fronteira por seus prejuízos. Exigiam junto ao ministério da fazenda, que medidas fossem tomadas para proibir o comércio intermunicipal, evitando a venda de mercadorias dos municípios de fronteira aos do interior (CAGGIANI, 1991).

Em 1888, o governo da Província recebeu a autorização do governo imperial, para estabelecer zonas fiscais limitadas. Assim, a mesa de rendas de Santana do Livramento passou a negar os despachos de mercadorias para fora do município. Foi constituída então uma comissão para lutar a favor dos interesses comercias de Santana do Livramento junto ao governo do Império, da qual fizeram parte figuras políticas importantes do município, como o Barão de Itaquiatiá (CAGGIANI, 1991).

Nessa época Santana do Livramento possuía relações comerciais com quase todo o interior rio-grandense, e servia como intermediaria entre os produtos rio-grandenses e os

comerciantes estrangeiros. Sobre a importância de Santana do Livramento como ponto comercial entre o Brasil e o Uruguai, Caggiani (1991, p. 7) diz que

Da região serrana chagavam a fronteira, anualmente, cem mil arrobas que eram adquiridas e exportadas para o Uruguai. Além da erva, também vinham [principalmente da serra] madeiras para construção, banha, feijão, farinha, milho, fumo, etc. [...] a importância paga por esses produtos [...] atingia a expressiva soma de dois mil contos [...]. [A respeito dos fretes] A erva era conduzida em mil carretas que venciam um frete de cento e trinta mil réis cada uma, ou seja cento e trinta contos no total. Os demais gêneros não podiam ser conduzidos em menos de outras mil carretas [e recebiam] um frete de setenta mil réis cada um, ou seja um total de setenta contos. Sant'Ana do Livramento desembolsava pois, somente um pagamento de fretes dos gêneros de produção nacional que recebia, a expressiva soma de duzentos contos.

O contrabando era ainda favorecido pela distância da alfandega, que se localizava em Uruguaiana, a 40 léguas de Santana do Livramento. Fazendo com que as mercadorias vindas de Montevideo tivessem que se desviar de seu curso natural do comércio, para pagar os impostos, enquanto o natural seria o fisco procurar o comércio em sua rota natural (CAGGIANI, 1991).

A prosperidade do comércio em Santana do Livramento no final do século XIX, apesar dos conflitos com outras praças comerciais do estado pela questão do contrabando, pode ser comprovada com os dados levantados por Caggiani (1991, p.8), e pela criação do centro comercial em 1891, que existe ainda hoje com o nome de Associação Comercial e Industrial de Livramento – ACIL, nesse mesmo ano o município:

No setor comercial e industrial contava com 51 lojas de tecidos e artigos de armarinho, 2 de jóias, 46 armazéns de secos e molhados, 30 tavernas, 4 hotéis, 8 oficinas de carpintaria, 5 de mercearia, 8 ferreiros, 2 de funileiros, 3 de ourives, 1 de tintureiro, 4 de sapateiros, 3 olarias de telhas e ladrilhos, 6 tipografias, 2 casas fotográficas, 3 moinhos a vapor, 6 padarias, 1 confeitaria, 3 farmácias, 1 depósito de drogas homeopáticas e dois consultórios de dentistas. [...] Na sede do município existiam 121 casas de negócios e 88 na zona rural.

Os empasses entre a praça comercial de Porto Alegre, de Rio Grande e Pelotas, com a fronteira continuaram ainda no final do século. Porém o comércio de Santana do Livramento, ganhou um importante aliado em sua luta, que foi o jornalista Albino Costa. Esse jornalista saiu em defesa do comércio santanense, na imprensa do Rio de Janeiro, que antes dele formava uma opinião pública de que a fronteira prejudicava o comércio das demais cidades pela questão do contrabando. Em um de seus artigos o jornalista analisa que a cidade estando ligada por via férrea com Montevideo, a 20 horas de viagem, o que facilitava o contrabando, já que poderia receber mercadorias de todo o mundo com baixos preços de frete, sendo o traslado para pagar os impostos muito mais demorado e custoso (ALBINO COSTA apud CAGGIANI, 1991).

A esse respeito ele levanta uma importante questão “É justo que o comércio daquela praça vá despachar suas mercadorias na Alfandega de Rio Grande, ou de Uruguaiana?” A

primeira se localizava a 80 léguas e a segunda a 40 léguas. A resposta dada pelo próprio Albino Costa, foi a seguinte:

Não. O comércio, como a matemática, como a retórica, como a filologia, segue a lei do menor esforço. Forçar seu curso natural, que repousa em condições topográficas e sociais é pô-lo em crise, constrange-lo em sua circulação vital que se baseia na liberdade e na teoria do mais simples, é mata-lo (ALBINO COSTA apud CAGGIANI, 1991, p. 16 e 17).

O jornalista Albino Costa, eleito o representante do comércio de Santana do Livramento, conseguiu em 1899, que enquanto não fosse instalada a alfândega definitiva no município, a mesa de rendas teria essa função. E em reunião com o ministro da fazenda, que por coincidência era o santanense Rivadávia da Cunha Corrêa, conseguiu que fosse instalada a alfândega do município em 1900 (CAGGIANI, 1991).

A conquista da alfândega, resolveu um dos problemas do comércio local, mas ainda existia o problema da infraestrutura de transporte. Até a fronteira os produtos comercializáveis percorriam o caminho em carroças, gerando um transporte lento e caro. Da fronteira a Montevideo, e vice versa, o transporte era a partir de 1892, por via férrea, fazendo dele mais barato e rápido. Então o principal problema era a instalação da via férrea que ligasse Santana do Livramento ao resto Brasil, que se encontrava mais próxima economicamente com a região do Prata (CAGGIANI, 1991; SHÄFFER, 1993).

Essa questão já vinha sido debatida desde a segunda metade do século XX, justificada tanto pelos interesses comerciais, quanto pelos estratégicos. Defendendo os interesses da cidade, o já mencionado anteriormente General Osório, militar, herói brasileiro na Guerra do Paraguai, e estancieiro em Santana do Livramento, quando senador brasileiro em 1877, faz um discurso no senado advogando em defesa da necessidade de uma estrada de ferro construída até a fronteira. Em seu discurso para exemplificar o isolamento em que se encontrava a fronteira, e sua importância estratégica, menciona o ocorrido no acampamento da Imperial Carolina em Santana do Livramento durante a Guerra de independência do Uruguai, da qual participou. Potoko (2013, p. 59, grifo nosso) transcreve esse discurso:

Quando se preparou um exército em Sant'Anna do Livramento para invadir o território inimigo, esse exército enterrou ali mais de 700 soldados por mortos quase a fome, em estado deplorável, sem medicamentos, sem hospitais – tudo era miséria.

Eu vi muitas vezes, quando se retiravam os batalhões do exército, deixaram nas linhas das manobras soldados como se estivessem mortos no campo de batalha, tendo caído em seus postos, semivivos, extenuados de fome: eles não tinham um pouco de farinha, nem sal, o seu sustento diário era duas libras de carne assada. E estávamos senhores no nosso território.

As carretas que podiam levar alguma coisa para **esse exército**, não tinham condutores, porque estes estavam em armas; eram os primeiros soldados que para ali se chamavam. De maneira que o general **estava em sítio no seu próprio país**, e vendo os seus soldados morrendo de fome.

Porém apesar de as negociações para que se implantasse a ferrovia no município, terem se iniciado na década de 1870, somente em 1910 a linha ferroviária ligando Santana do Livramento a Rio Grande foi inaugurada (CAGGIANI, 1991). A ferrovia brasileira foi construída por uma empresa francesa. Essa empresa escolheu um traçado para a ferrovia que a permitisse uma lucratividade maior, desviando os pontos que necessitariam de pontes ou outras construções mais difíceis, tornando o trajeto bastante extenso, aumentando seus ganhos que eram por quilometro construído. A bitola utilizada no trecho brasileiro era diferente da uruguaia, e se explicaria para evitar invasões (CAGGIANI, 1986; ALBORNOZ, 2000). Mesmo com a nova ferrovia era mais barato exportar de Santana do Livramento por Montevideo do que por Rio Grande. Em 1912, o Uruguai se torna o primeiro país integrado por via férrea com o Brasil, através do tráfego mutuo entre Santana do Livramento e Rivera (CAGGIANI, 1991).

Conforme Shäffer (1993), a intensificação do movimento comercial no final do século XIX, em Santana do Livramento, resultou em grandes firmas comerciais destinadas a importação e exportação. Essas relações também aumentaram a atividade urbana e promoveu um aumento da população. A cidade passou a receber numerosos imigrantes europeus, que eram atraídos pelas possibilidades de comércio na fronteira, principalmente os italianos e espanhóis. Mas existiam ainda ingleses, franceses, e povos oriundos do Oriente Médio.

Assim, podemos concluir que o comércio foi incentivado pela formação espacial promovida pela atividade pecuária, e ao mesmo tempo junto dela caracterizou a economia do município no século XIX. Essas duas atividades econômicas somadas, intensificaram a evolução da economia local, o cercamento dos campos deixou a atividade pecuária mais barata, e destinou mão de obra para a cidade. O grande rebanho existente somado a facilidade de transporte, com a via férrea uruguaia, e a disponibilidade de trabalhadores, foram a base para o processo de industrialização que ocorreu no início do século XX.

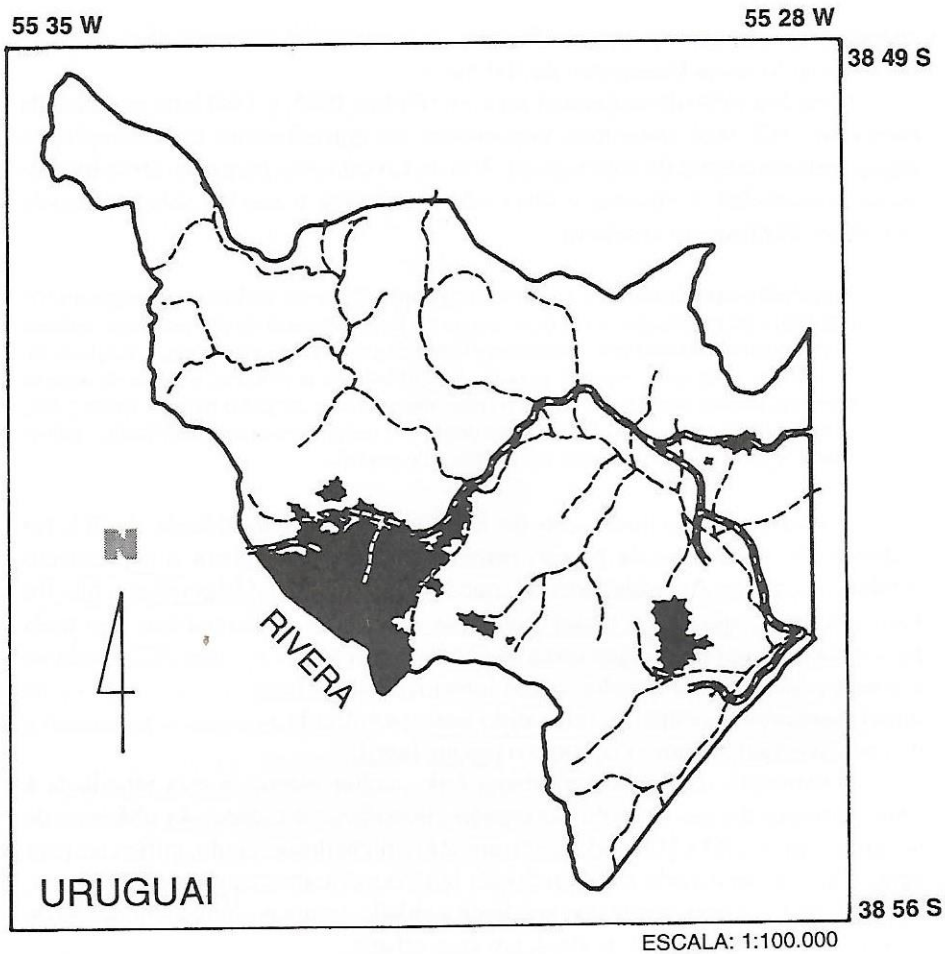
5.3.2 Urbanização e Modernidade

No começo do século XX, Santana do Livramento possuía um comércio forte, e ligação ferroviária via Rivera com Montevideo. Porém, a principal atividade econômica segundo Shäffer (1993) ainda era a pecuária. Então para aproveitar os grandes rebanhos existentes no município e região, além da estrutura ferroviária que ligava o norte uruguaio ao Rio da Prata, importante região portuária, na primeira década de 1900 surgem as indústrias, que impulsionariam a urbanização e a modernidade na primeira metade do referido século.

As primeiras indústrias a se instalarem no município, foram as charqueadas. Boa parte delas provinham de capitais uruguaios, em um momento que a atividade charqueadora rio-grandense declinava, a Uruguai se expandia. Em 1904, foi inaugurada a primeira charqueada na cidade, com o nome de “Charqueada Livramento”. Na mesma época surgiram também os primeiros lanifícios, nesse momento ainda como comércio de lã, a exemplo do lanifício Thomaz Albornoz. Tanto as charqueadas como os lanifícios se aproveitaram da estrutura produtiva da região. Após o cercamento dos campos, foram introduzidas novas raças europeias tanto bovinas como ovinas, proporcionando uma melhora dos rebanhos. Na década de 1910, algumas charqueadas são compradas por frigoríficos, a exemplo do Armour e do Wilson, que se instalam na cidade em 1917 e 1918 respectivamente (SHÄFFER, 1993; ALBORNOS, 2000).

O processo de industrialização teve um importante papel, na evolução da urbanização e da modernidade em Santana do Livramento, de modo que a evolução dessa atividade é acompanhada pelas melhorias na infraestrutura do município. Pode se analisar o exemplo da influência do frigorífico Armour para a urbanização do município. Como nessa época grandes empreendimentos industriais, concentravam em seu redor um núcleo urbano habitado por seus trabalhadores, a infraestrutura dessa área era de responsabilidade da empresa. Na figura 17, é possível ver a direita um pequeno núcleo de urbanização distante ao centro da cidade, a esquerda. Esse espaço urbanizado longe do centro correspondia ao frigorífico Armour. Esses dois centros urbanos convergiram um em direção ao outro ao longo do século XX, configurando a atual urbanização do município (SHÄFFER, 1993).

Figura 17 - Urbanização em Santana do Livramento – 1964



Fonte: SHÄFFER (1993, p. 54).

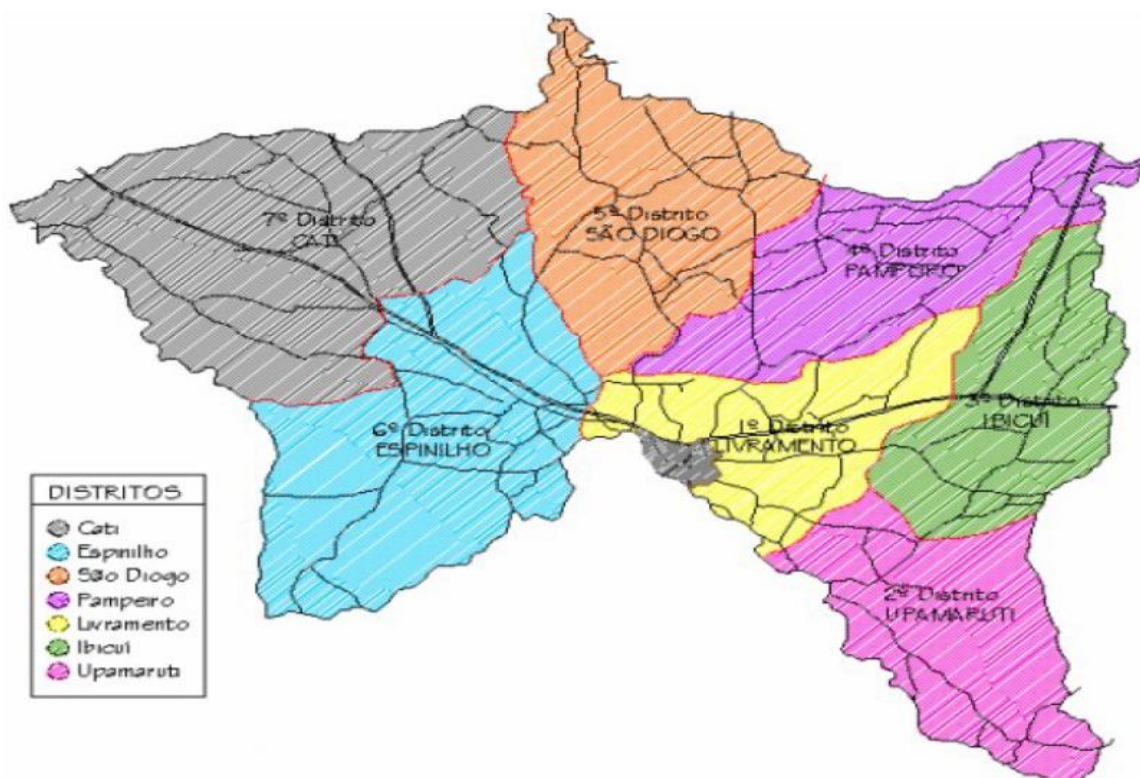
Em relação a modernidade é possível acompanhar o avanço da infraestrutura municipal, que ocorre paralelamente aos eventos econômicos, sendo cada uma das etapas da formação econômica acompanhada por esses aspectos de modernidade e urbanização. A cronologia das melhorias infraestruturas é a seguinte: inauguração da Santa Casa de Misericórdia (primeiro hospital) em 1903. Em 1905 segundo Caggiani (1984), foi inaugurado o serviço telefônico em Santana do Livramento. Em 1906, através de concessão pública foi

inaugurada a luz elétrica, com a aquisição dos equipamentos necessários junto a empresa alemã Simens (CAGGIANI, 1983).

O aumento populacional dos núcleos urbanos, proporciona a demanda por alguns serviços que até então não existiam. Como o saneamento público, que surgiu primeiro através da concessão municipal a uma empresa que recolhia os dejetos em cubos de madeira, em 1918. No ano seguinte, 1919, foi aberto o primeiro poço de água potável. Somente em 1931 se passou a ter água encanada e esgoto (ALBORNOZ, 2000).

O aumento da renda municipal no início do século XX, fez do município um dos mais importantes do estado. Um serviço que simboliza a prosperidade econômica da época é o do transporte aéreo entre Santana do Livramento e a capital estadual Porto Alegre, inaugurado em 1932, pela primeira empresa de aviação brasileira a Varig fundada em 1927 na cidade de Porto Alegre (CAGGIANI, 1986). Ou seja, na década de 1930, o município possuía um serviço que poucos outros no país tinham, fruto de sua importância econômica.

Figura 18 - Distritos de Santana do Livramento – 2006



Fonte: Santana do Livramento (2006, p. 171).

A formação sócio-espacial de Santana do Livramento evoluiu muito ao longo do século XIX. A atividade pecuária se aproveitou da estrutura indígena existente antes da colonização lusa, para se organizar como a principal atividade econômica, e determinar a formação da sociedade composta por grandes latifundiários e trabalhadores rurais. O comércio se originou da localização geográfica propícia da fronteira, e prosperou ao longo do tempo. Essas duas atividades econômicas moldaram o desenvolvimento de Santana do Livramento, e proporcionaram um processo de urbanização. A indústria que surge aproveita a organização social, espacial e econômica existente no município. No século XX essas três atividades vão ser os pilares da economia, gerando muitas modificações no contexto local através de suas interações mutuas.

É interessante que os eventos históricos do município se tornam elementos presentes na modernidade, um exemplo disso é a permanência das denominações espaciais dadas pelos índios, precursores da atividade pecuária, na divisão política de Santana do Livramento nos dias atuais, em que a maioria dos nomes dos distritos remetem a cultura indígena. Essa divisão também preserva o nome do acampamento de São Diogo, importante elemento histórico do município.

6 A ECONOMIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO NO SÉCULO XX

A economia de Santana do livramento no século XX, passou por inúmeras transformações. Na primeira metade do século, o surto de industrialização proporcionou a capitalização de todos os setores da economia e se caracterizou como um momento de prosperidade. As indústrias que surgiram podem ser divididas entre as relacionadas diretamente com a atividade pecuária e as que se beneficiaram com a renda gerada por elas. Na segunda metade do século acontece a expansão da agricultura, e a introdução de assentamentos “sem-terra”, ao mesmo tempo que a atividade industrial declina.

Para deixar mais clara a evolução da economia de Santana do Livramento ao longo do século XX, que é o objetivo desse capítulo, primeiro se analisa o surgimento da indústria e sua expansão durante a primeira metade do século. Na segunda metade a atividade agrícola ganha destaque, ao mesmo tempo que a indústria declina, por isso primeiro tratamos da expansão da atividade agrícola e depois do declínio da indústria.

6.1 As charqueadas

As charqueadas rio-grandenses haviam se beneficiado com um acordo, de 1851, entre os governos uruguaio e brasileiro, que “estabeleceu que o gado uruguaio não pagaria imposto nas alfândegas brasileiras” (PESAVENTO, 1985, p. 41). O aproveitamento tanto do gado rio-grandense quanto do uruguaio, fez com que as charqueadas rio-grandenses prosperassem. A cidade de Pelotas, onde se concentravam a maioria das charqueadas (no auge 38) e principal destino do gado em pé, chegou a ser chamada de “Princesa do Sul”, dada a prosperidade oriunda desta atividade econômica (PESAVENTO, 1980; ALBORNOZ, 2000).

Porém, com a reestruturação da atividade saladeril uruguaia no final do século XIX, ocorre uma crise da atividade charqueadora rio-grandense. A presença deste concorrente refletiu-se na queda dos preços pagos ao gado rio-grandense. Assim no final do século XIX e começo do XX, as charqueadas rio-grandenses estavam em declínio, enquanto as uruguaias, denominadas de “saladeiros” se expandiam. (PESAVENTO, 1980).

O gado de Santana do Livramento não dispunha de charqueadas até o começo do século XX. Inicialmente, no século XIX, o mesmo era levado em tropas até as cidades de Rio Grande e Pelotas, para que lá fosse transformado em charque. Uruguaiana possuía pequenas

charqueadas desde 1864 e, num segundo momento, passou a competir com outras localidades pelo gado de Santana do Livramento. Um dos principais concorrentes, a partir de 1884, era Bagé, devido a construção do ramal ferroviário Bagé-Rio Grande e a instalação da primeira charqueada nessa cidade em 1897. Nos últimos anos do século XIX, começaram a surgir saladeiros no norte do Uruguai e charqueadas com capital uruguaio na região da campanha rio-grandense. Em 1887, foi instalada uma moderna charqueada em Uruguaiana, na barra do Rio Quaraí, com capital uruguaio, que remetia seu produto através do porto de Montevideo para o Brasil, utilizando-se da linha férrea uruguaia (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

A cidade de Rivera também não possuía charqueadas, e assim como Santana do Livramento, enviava seu gado para as charqueadas rio-grandenses, ou uruguaias. Em 1894 a firma anglo-uruguaia “Dickson Hermanos” abriu o saladeiro Novo Quaraí, na cidade de Quaraí, e também passou a disputar os rebanhos da região com Uruguaiana (ALBORNOZ, 2000).

Porém, no início do século XX, atraídas pelo grande rebanho do município e região, além da facilidade de escoar a produção pelo porto de Montevideo através da linha férrea uruguaia, começaram a se instalar as primeiras charqueadas em Livramento. Em 1911 Santana do Livramento possuía cinco grandes charqueadas: charqueada Sant’Ana do Livramento, charqueada São Paulo, Boa Vista, e Sociedade Industrial e Pastoril. Tornando-se o segundo maior centro de abate do estado (150.799 cabeças de gado no ano), apenas atrás de Bagé (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

O principal ponto em comum entre essas charqueadas era o capital, que era estrangeiro ou misto, e raramente nacional. A primeira charqueada a se instalar na região foi a charqueada Sant’Ana, em 1903, que comprou uma área de 522 hectares, na margem direita do arroio Carolina, a leste do centro da cidade, em 1917 essa charqueada foi vendida ao frigorífico norte-americano Armour. A segunda charqueada foi instalada em 1907, com predomínio de capitais platinos, pela Sociedade Anônima Industrial e Pastoril. Como as demais, escoava sua produção por via férrea e pelos portos de Montevideo e Buenos Aires. A propriedade de 540 hectares possuía 400 habitantes e localizava-se no passo da Carolina, a uma distância de 4,5 quilômetros ao norte do centro da cidade. Em 1918 outra empresa norte-americana, a Wilson, a transformou em frigorífico (SHÄFFER, 1993).

A terceira charqueada foi a São Paulo, implementada em 1910 e localizada próxima a cidade, no Rincão do Caqueiro, seu capital era misto entre uruguaio e brasileiro, sua área era um pouco menor do que as anteriores, mas dispunha de plantações de eucaliptos para

combustível. Com a venda da charqueada Sant'Ana em 1917, Pedro Irigoyen, seu antigo dono, adquiriu a charqueada São Paulo. Posteriormente foi adquirida pela Cooperativa Santanense de Lãs, e se transformou em frigorífico em 1962. As demais charqueadas eram de menor porte (SHÄFFER, 1993).

O maior empreendimento charqueador do município foi a charqueada Sant'Ana do Livramento. Por ser a principal charqueada é a que possui maiores referências na literatura, o que nos permite analisá-la, a fim de verificar a sua importância para o surgimento da indústria no município.

6.1.1 Charqueada Sant'Ana do Livramento³⁸

Em 1900, boa parte da população da campanha rio-grandense vivia no meio rural, cerca de 68%, e era caracterizada por altos níveis de pobreza, analfabetismo e desemprego. Segundo Albornoz (2000, p. 63 e 64) “não é de se estranhar que as revoluções de 1893, 1897, 1904, 1910 e 1923 tenham iniciado nas zonas fronteiriças, do Brasil e do Uruguai, onde o pessoal campeiro desocupado era um risco para a paz política”. Esses constantes problemas políticos influenciaram a vinda do primeiro empreendimento saladeril para Santana do Livramento. Quando José Batlle, do partido colorado, ganhou as eleições presidenciais no Uruguai, os industriais saladeiristas Pedro Irigoyen e Francisco Anaya, de Montevideo, membros do Partido Nacional (*blancos*), sentiram-se ameaçados e resolveram transladar seu estabelecimento para o Brasil, na cidade de Santana do Livramento na fronteira com a cidade uruguaia de Rivera (ALBORNOZ, 2000).

Santana do Livramento se mostrou um bom lugar para receber essa indústria por possuir algumas características que agradavam os dois empresários. No âmbito político existia uma união entre os *Blancos* de Rivera e os federalistas da campanha, a linha férrea uruguaia ligava a cidade ao porto de Montevideo, o Brasil era o maior mercado para o charque e existiam grandes rebanhos na região da campanha. Em 1903 se iniciaram as obras para a instalação do saladeiro em Santana do Livramento, segundo Albornoz (2000, p. 68)

[...] a firma Anaya-Irigoyen comprou seis quadras de sesmarias no Rincão da Carolina, cinco quilômetros a leste da cidade, bastante próximo da linha da fronteira.

³⁸ Segundo Schäffer (1993) a charqueada possuía o mesmo nome do município, mas se refere a ela apenas como Sant'Ana, Albornoz (2000) refere-se a ela apenas como Livramento.

O engenheiro Demicheli foi encarregado de fazer a planta e construir, com pessoal de Montevidéu, a residência, a escola e demais edifícios necessários.

A charqueada ficou pronta em 1904, constituindo um complexo industrial com mais de 12.000 metros quadrados construídos, com fábrica de velas e de sabão, sete poços artesanais, escola e uma usina de luz elétrica. Contava ainda com cerca de 900 habitantes, 150 casas, em uma área de 522 hectares. Os operários com experiência e o pessoal do escritório vieram de Montevideo. A charqueada funcionava como se estivesse no Uruguai, a língua falada era o espanhol, tanto na fábrica como na escola, os salários eram calculados na moeda uruguaia e pagos em libras esterlinas (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

O impacto desse empreendimento logo foi sentido na economia do município. As rendas municipais passaram de 119 contos de réis, em 1902, para 190 contos em 1905, após o primeiro ano de funcionamento da charqueada Livramento. Pouco tempo depois o saladeiro já era a segunda maior firma rio-grandense, em 1907, e a 16ª empresa industrial do Brasil, contava com 400 trabalhadores. Em 1906 havia abatido mais de 88 mil cabeças, enquanto a maior charqueada do estado abateu no mesmo período pouco mais de 62 mil reses. Sua exportação era através da estrada de ferro uruguaia, que teve sua linha estendida de Rivera até dentro da charqueada (ALBORNOZ, 2000).

Em 1911 a charqueada Livramento abateu um terço do total santanense, cerca de 52 mil cabeças, e ainda era a maior charqueada do município. Pouco após o início da 1ª Guerra Mundial, em 1915, foi instalada, junto a charqueada, uma fábrica de carne em conservas, visando a produção em grande escala, também foram implementadas máquinas modernas para a elaboração de latas, de 250 gramas até 3 kg. A principal produção passou a ser de *Corned-beef*, *Boilled-beef* e extrato de carne. O primeiro envio de carne que saiu do Brasil para abastecer forças aliadas, foi o da charqueada, vendido ao exército francês (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

A instalação desse saladeiro gerou um impacto significativo na economia do município. Segundo Albornoz (2000, p. 77)

O desenvolvimento industrial trouxe consigo um crescimento econômico de todos os setores da sociedade. Os estancieiros se capitalizaram, pois seus gados valiam mais, não tendo que deslocar-se até as cidades vizinhas, [...] O comércio vitalizou-se, pois havia mais dinheiro rodando.

O aumento da renda gerada pela atividade industrial, se refletiu também na melhoria da infraestrutura urbana, começaram a surgir cada vez mais prédios, em 1889 haviam 847 prédios em Santana do Livramento, em 1912 já eram 1.627, e chegaram a 2.129 em 1918. A

expansão da construção foi tão grande que em duas ocasiões houveram greves dos pedreiros, 1912 e 1916, com a reivindicação de menos horas de trabalho. Também nesse período foi introduzido um elemento novo na paisagem da campanha, as florestas de eucalipto, que eram combustíveis para as charqueadas. Entre a charqueada e a cidade se construiu uma estrada com calçamento de pedra, essa era bordeada de uma extraordinária plantação de eucaliptos, cerca de 12 mil pés (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

A prosperidade da atividade charqueadora no município atraiu, na segunda década do século XX, a vinda de frigoríficos norte-americanos, que adquiriram as principais charqueadas e construíram suas plantas industriais em cima da estrutura já existente, a seção 5.2 mostra como ocorreu esse processo.

6.2 Os frigoríficos

Os frigoríficos surgiram nos Estados Unidos, em decorrência do ciclo do ouro, quando houve uma expansão da demanda por carne no país. A necessidade de conservar a carne e permitir a produção durante todo o ano (na época era viável apenas no inverno), proporcionou o surgimento da tecnologia de congelamento e refrigeração da mesma. Nascia assim a “Refrigerating Industry” ou indústria frigorífica. Um dos precursores dessa indústria foi Phillip Armour, que abriu um pequeno açougue na região mineira para fornecer carne aos trabalhadores. Devido à rápida prosperidade do negócio, Phillip Armour resolveu se mudar para a cidade de Chicago, região central da produção pecuária³⁹. Chicago encontrava no meio da região produtora do gado nos Estados Unidos e estava ligada com todo o país pela via ferroviária. Com os avanços científicos da refrigeração, instalou sua primeira câmara frigorífica, permitindo sua produção durante todo o ano (ALBORNOZ, 2000).

Gustavus Swift, outro empreendedor da indústria frigorífica, transferiu também seu açougue para Chicago. Ele contratou um engenheiro para desenhar um vagão frigorífico e, em 1877, despachou para o leste o primeiro vagão com carne resfriada. A firma construída por ele (Swift & Company), em vinte anos, passou de um capital de 300 mil dólares para 25 milhões. A localização da indústria da carne em Chicago favoreceu sua expansão (ALBORNOZ, 2000).

³⁹ Em 1867 foi fundado um matadouro na cidade com capacidade de abater 30.000 porcos por ano, funcionando somente no inverno (Albornoz, 2000).

Altamente capitalizadas, as grandes indústrias norte-americanas da carne, passaram a controlar a via férrea e organizaram uma rede de distribuição, abrangendo todo os Estados Unidos. As grandes sociedades se uniram em uma combinação entre as maiores companhias. Formaram um cartel entre os maiores frigoríficos, Armour, Swift, Wilson, Cudahy e Morris, formando o que ficou conhecido como o “*meat trust*”. Esse truste controlava cerca de 80% do mercado de carne norte-americano. A indústria frigorífica passou a abranger também fábricas de couro, adubos, cola e sabão. Esse conglomerado de capitais, combinado entre as corporações, objetivavam dominar entre 1890 e 1910 certas linhas de negócios, junto das ferrovias. Na tentativa de tentar controlar o poder do truste, uma comissão do congresso federal norte-americano denunciou-o em 1914, impedindo a entrada dessas companhias em alguns mercados como a Nova Zelândia. Mas no Brasil e na região do Prata elas entraram livremente, inclusive recebendo incentivos dos governos locais (ALBORNOZ, 2000).

O primeiro frigorífico a se instalar na região do Prata, foi o inglês “*The River Plate Fresh Meat Company*” na Argentina em 1883 (PESAVENTO, 1985). O “*meat truste*” veio para a região em 1907, quando a Swift comprou o frigorífico argentino “La Plata”, no ano seguinte Armour, Swift e Morris compram o frigorífico “La Blanca”, com a participação de capital de 40,4%, 46,7% e 13,9% respectivamente. Em 1911, a Swift comprou o frigorífico Montevideo e em 1917 o frigorífico Artigas, expandindo suas atividades no Uruguai. No Rio Grande do Sul chegaram em 1917, com a instalação do frigorífico Armour em Santana do Livramento, e Swift em Rosário. Nesse mesmo ano foi implementado o frigorífico Rio-Grandense na cidade de Pelotas, com capital nacional, depois de uma longa negociação dos produtores rio-grandenses, que sonhavam com um empreendimento de capital local para competir com os frigoríficos estrangeiros (PESAVENTO, 1985; SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

A preferência do “*meat truste*” pela região do Prata e rio-grandense, se deu pelas características destas, que muito lembravam a região de Chicago nos Estados Unidos: situavam-se em locais de grandes rebanhos e permitiam o escoamento por via férrea até importantes portos como os de Montevideo, Buenos Aires e Rio Grande (ALBORNOZ, 2000).

Em 1918, o “*meat truste*” possuía seis frigoríficos no Brasil (dois em São Paulo e quatro no Rio Grande do Sul). Dos quatro frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul, três foram projetados para utilizar a linha férrea uruguaia e o porto de Montevideo para exportar seus produtos (ALBORNOZ, 2000). O frigorífico Rio-Grandense financiado pelos produtores locais não conseguiu competir com os frigoríficos norte-americanos que haviam se instalado

pouco antes, então ele foi vendido para o grupo inglês Vestey Brothers (PESAVENTO, 1985). Outro elemento que dificultou o surgimento de um frigorífico com capital nacional, foi a isenção da taxa de exportação concedida por 30 anos aos frigoríficos que se instalassem no estado, além da isenção de impostos para a importação do maquinário (ALBORNOZ, 2000). Assim, os frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul e região do Prata, eram controlados em grande maioria por capitais ingleses e norte-americanos.

A combinação entre os capitais ingleses e norte-americanos, formaram um super trust que dominava a produção, o transporte e distribuição dos produtos frigoríficos. “Era uma conjunção da potência refrigeradora norte-americana à capacidade de transporte marítimo inglesa (ALBORNOZ, 2000, p. 93).

Mesmo sem possuir rebanhos refinados como os argentinos e uruguaios, adaptados ao padrão frigorífico, a campanha rio-grandense se tonou uma opção viável para os frigoríficos norte-americanos, em decorrência dos conflitos na Primeira Guerra Mundial, que geraram aumento na demanda por carne congelada. As terras da campanha rio-grandense, eram a continuação das terras propícias a pecuária da Argentina e do Uruguai (ALBORNOZ, 2000).

Quadro 5 - Da charqueada ao frigorífico, Santana do Livramento

ANO	CHARQUEADA	ANO	FRIGORÍFICO
1903	Santana do Livramento.	1917	Armour.
1907	Sociedade Anônima Industrial e Pastoral.	1918	Wilson.
1910	São Paulo.	1962	Frigorífico São Paulo pertencente a Cooperativa Santanense de Lãs.

Fonte: Elaborado através de SHÄFFER (1993).

Os frigoríficos que se instalaram em Santana do Livramento, conforme o quadro 6, utilizaram a estrutura das charqueadas já existentes. O Armour e Wilson foram os primeiros frigoríficos da cidade, apropriando-se das charqueadas. Foram inaugurados em 1917 e 1918 respectivamente sendo de capitais norte-americanos. Já o frigorífico São Paulo foi implementado mais tarde: origina-se da charqueada de mesmo nome e torna-se um frigorífico em 1962. Importante destacar que o Frigorífico São Paulo mantém a produção de charque até 1978.

O primeiro frigorífico a exportar de Santana do Livramento foi o São Paulo em 1919, seguido pelo Armour que começou suas exportações em 1920. Ambos utilizavam a via férrea uruguaia, que tinha um terminal em cada um desses frigoríficos, e no porto de

Montevideo (SHÄFFER, 1993). O principal frigorífico do município foi o Armour, o qual será detalhado no item 5.2.1.

6.2.1 Armour

No dia 4 de julho de 1917, o presidente da companhia Armour na América do Sul, Hanford Finney, faz o discurso de inauguração em Santana do Livramento, no qual promete aos santanenses os mercados do mundo. Em suas palavras:

A companhia Armour vos proporciona os mercados do mundo. Os produtos de Sant'Ana não serão enviados apenas para os Estados Unidos da América, para a Argentina e para o Uruguai, mas para a França também, e para a Inglaterra e mesmo para a Alemanha, uma vez terminada a guerra. Para a Pérsia, outrossim, enviar-los. Os produtos, em lata, que saírem de Sant'Ana alcançarão, também, dentro de dois anos, as margens do Nilo. [...] a Companhia Armour fornecerá os vapores para o transporte das manufaturas dos gados bovinos e porcinos que lhes forem vendidos por vós. Eis aí, pois, como a Companhia Armour se torna um elemento de valor para qualquer comunidade (FINNEY, 1917 *apud* ALBORNOZ, 2000, p. 91).

Entre as razões da escolha por Santana do Livramento para a implementação do frigorífico Armour, está a sua privilegiada situação geográfica, no centro de uma grande região produtora de gado, que estava adaptando seus rebanhos desde a implementação das charqueadas, que aceleraram com a vinda dos frigoríficos. Para melhorar a qualidade dos rebanhos, a importação e contrabando de gado europeu via Uruguai era uma prática bastante comum. O exemplo de que muitos estancieiros estavam refinando seus rebanhos é dado por Albornoz (2000, p. 96) que analisa 11 estancieiros do município. De acordo com seus dados, em 1922, todos os 11 criavam gado bovino e ovinos de raças européias: bovinos “Hareford, Durhan, Devon e Polled Angus”; ovinos “Rambouillet, Merino, Romney-Marsh e Lincoln”.

Ao adquirir a charqueada Sant'Ana, a empresa Armour implementou um grande frigorífico. Por falta de mão de obra local, trouxe trabalhadores de fora, principalmente da Argentina. Os equipamentos foram trazidos dos Estados Unidos (General Electric) e Inglaterra (British Structural) via Montevideo e os engenheiros e construtores vieram do Uruguai. As instalações dos grandes frigoríficos norte-americanos em Santana do Livramento, aconteceram ao mesmo tempo que na região do Prata. Enquanto as instalações frigoríficas não estavam prontas, o Armour continuou a produção charqueadora por três anos (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

Foram construídas além das instalações industriais, o edifício da gerência, uma casa para funcionários solteiros, trinta e duas casas para funcionários casados, e um clube esportivo, com campo de golfe e quadra de tênis (ALBORNOZ, 2000). O Armour possuía um ramal

ferroviário ligado diretamente a linha férrea uruguaia, herdada do saladeiro, que levavam a produção para seu hangar no porto de Montevideo, e depois exportava para diversas regiões no mundo (SHÄFFER, 1993). Em 1919, o frigorífico contava com mil operários, dos quais 40% eram uruguaios, 50% brasileiros, e 10% eram argentinos, norte-americanos, ingleses e espanhóis (ALBORNOZ, 2000).

Os funcionários do Armour estavam divididos em três escalões, o primeiro composto pelos dirigentes, o segundo por técnicos e chefes de seção, que receberam casas para morar dentro da planta industrial, e o terceiro por operários que trabalhavam por safra. Além do capital norte-americano o Armour também trouxe o modelo de organização da produção fordista e taylorista. O gerenciamento científico do frigorífico Armour visava o aproveitamento máximo do trabalho (ALBORNOZ, 2000).

A administração empresarial seguia o taylorismo, com rígida hierarquia da subdivisão do poder e das chefias, objetivando o controle e vigilância dos que detinham o mando, e dos que eram mandados. A produção seguia a linha de produção fordista, visando adequar o espaço industrial a cadeia de montagem. A atividade administrativa era feita em prédio separado da produção. Na hierarquia de trabalho do Armour, a diretoria era composta por um presidente e quatro assessores, que recebiam o melhor tratamento possível. Todos os membros da diretoria recebiam ações da companhia, moravam na avenida principal, que dava acesso ao clube. Recebiam leite, verduras, água encanada, luz elétrica e pagavam um valor simbólico por essas regalias e pelo aluguel à companhia (ALBORNOZ, 2000).

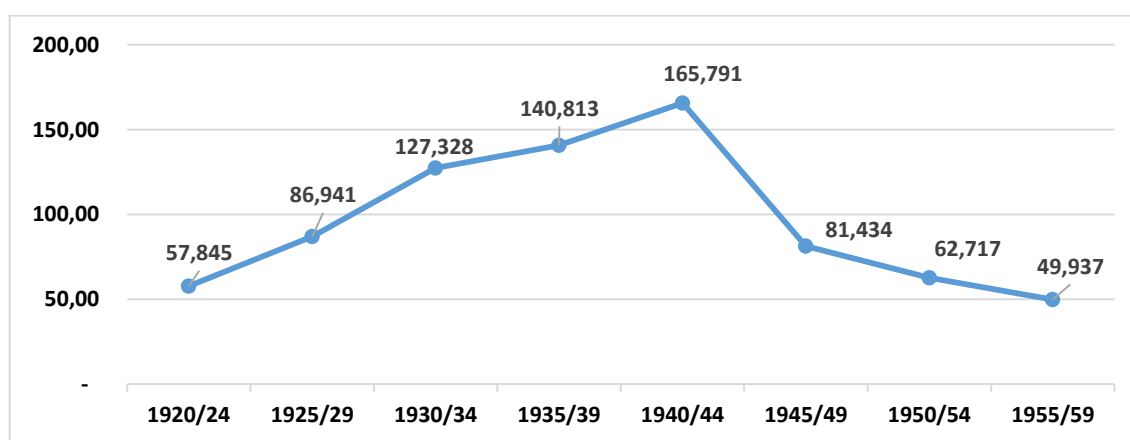
Os supervisores eram a ponte entre a diretoria e os operários, de modo que membros da diretoria quase não tinham contato com os operários. Para a direção os supervisores existiam, os operários não. Para manter essa cadeia de comando funcionando, os supervisores também tinham direito de morar dentro da planta industrial, recebendo também regalias da companhia, como as da diretoria, além de manter seus empregos durante todo o ano (isso fazia com que os supervisores se posicionassem sempre em favor da companhia) (ALBORNOZ, 2000).

Quanto aos operários estes eram contratados por safras e trabalhavam de 6 a 8 meses por ano. A única regalia que tinham era o direito de construir suas casas em terrenos cedidos pela empresa, fora da planta industrial, que ficava cercada e protegida por guardas durante a noite. Para construir suas casas o frigorífico vendia chapas de latas defeituosas, as quais não podiam ser utilizadas para a fabricação de embalagens dos produtos. Estas eram usadas para

forrar as casas dos operários. Alguns operários recebiam horas de folga para praticarem o futebol, esporte não praticado pelos membros do alto escalão (ALBORNOZ, 2000).

A produção do frigorífico foi expressiva durante a primeira metade do século, impulsionada principalmente pela grande demanda de carne decorrente da Segunda Guerra Mundial (gráfico 1). No quinquênio de 1920-24, a média anual de bovinos abatidos pelo frigorífico foi de aproximadamente 58 mil cabeças, menor do que nos anos de pico da charqueada livramento, que abateu 88 mil cabeças em 1906 por exemplo.

Gráfico 1 - Média anual de abate do frigorífico Armour por quinquênio de 1920 a 1959



Fonte: Elaboração própria através de ALBORNOZ (2000).

No quinquênio seguinte a média anual de abate começou a crescer, passou para aproximadamente 87 mil cabeças, e atingiu o pico no quinquênio de 1940-44, com média anual de 165 mil cabeças. O período de maior produção do frigorífico coincide com a Segunda Guerra Mundial, que constituiu um grande mercado consumidor da carne exportada pelo frigorífico. Com o fim da guerra, o abate no Armour começou a diminuir, e nos quinquênios de 1950-54 e 1955-59, a média anual de abate foi menor do que a da charqueada Livramento no começo do século (63 mil aproximadamente no primeiro e 50 mil no segundo). Também pode ter contribuído para a redução no número de abates do Armour, o surgimento das cooperativas de criadores.

O frigorífico durante as décadas de 1920 e 1930, tentou diversificar sua produção abatendo ovinos e suínos. Entre 1923 e 1924, a média de abate de ovinos foi de cerca de 18 mil cabeças, na década de 1930 a média anual do abate de ovinos foi de 65 mil cabeças. Havia um grande interesse do Armour em abater suínos, com a intenção de trazer animais selecionados para criar rebanhos suínos de raça. Porém essa iniciativa não deu certo. Na primeira tentativa de abater suínos, em 1924, foram abatidos 2.228 porcos, no quinquênio de 1925-29 foram

abatidos 14.434 suínos, com um média anual de 2886. O último ano de abate foi 1929 com apenas 50 unidades, depois do qual se faz um intervalo de cinco anos. Em 1934 se fez uma nova tentativa, com o abate de 225 porcos. Segundo Albornoz (2000, p. 114) “Foi, ao final, uma tentativa fracassada a introdução de suínos na produção da região. O despreço pela agricultura, o despreparo do homem do campo, e a falta de mentalidade progressista dos estancieiros foram, talvez, responsáveis por esse insucesso”.

Tabela 8 - Participação municipal nos abates do Armour – 1920 a 1950

CIDADE	1920	1930	1940	1950
Livramento	45.33%	72.96%	68.15%	67.91%
Alegrete	23.42%	4.6%	6.42%	11.34%
Bagé	13.62%	PP	PP	PP
Uruguiana	7.91%	2.14%	PP	PP
Rosário do Sul	6.80%	PP	PP	3.4%
Quaraí	6.56%	4.45%	11.97%	3.4%
Dom Pedrito	PP	11.76%	4.60%	12.86%
São Borja	PP	PP	2.60%	PP
Outros	PP	PP	PP	PP

PP = Pequena Participação

Fonte: Adaptado de ALBORNOZ (2000, p. 98).

Santana do Livramento foi o maior fornecedor de gado para abate no Armour (tabela 8). Em 1920, forneceu 45% do total de cabeças, porém sua maior participação foi em 1930, quando forneceu aproximadamente 73% dos bovinos abatidos. É possível observar que o gado abatido pelo Armour vinha de diversas cidades da região da campanha. Na década de 1920, os maiores fornecedores de gado não eram do município, o que mudou nas duas décadas seguintes, em que os criadores de Santana do Livramento foram os maiores fornecedores (tabela 9). Em 1932 o município liderava o abate de gado bovino no Rio Grande do Sul, tendo abatido entre as décadas de 1920 e 1930 um quarto do total, junto com Bagé matavam cerca da metade do total do estado (ALBORNOZ).

É interessante analisar que boa parte dos maiores fornecedores municipais de gado ao Armour, possuíam terras também na cidade de Rivera. De modo que era uma prática muito comum, passar o gado criado no Uruguai para as propriedades brasileiras e vendê-lo para o frigorífico como se fosse de origem nacional. O caso de Cláudio Damboriarena, que foi o maior fornecedor do frigorífico em 1930 e 1940, é um exemplo, ele possuía terra dos dois lados da fronteira e chegou a fornecer um quarto de todo o gado bovino abatido no Armour em 1940, com 50 mil cabeças de um total de pouco mais de 200 mil (ALBORNOZ, 2000).

Tabela 9 - Maiores fornecedores de gado bovino para o Armour de 1920 a 1940

1920		1930		1940	
Fornecedor e Cidade	Nº de cabeças	Fornecedor (Todos de Livramento)	Nº de cabeças	Fornecedor (Todos de Livramento)	Nº de cabeças
S. Conceição/Alegrete	6.165	Cláudio Damboriarena	9.038	Cláudio Damboriarena	50.616
B. M. Barbará/Uruguaiana	1.608	Manuel Almeida	4.774	Alcides Pavão Martins	29.606
F.B. Freitas/Alegrete	1.540	Flores da Cunha Irmãos	4.759	Flores da Cunha Irmãos	21.534
A.M. Martins/Bagé	1.160	Policarpo Duarte	3.784	Thomaz Albornoz	19.996
R. Campos/Rosário	1.150	Antônio Pinto da Silva	1.500	João Paiva	11.048

Fonte: Elaboração própria, através de ALBORNOZ (2000).

Na tabela 9, dois nomes de fornecedores se destacam, primeiro o de Flores da Cunha, que aparece na relação em 1930 e 1940, com um número bastante significativo de cabeças vendidas. Flores da Cunha foi indicado como governador do estado do Rio Grande do Sul em 1934 (PESAVENTO, 1985), esse fato demonstra que ainda existia na primeira década do século XX, uma forte relação entre poder político e econômico dos grandes estancieiros da região sul do estado, conforme abordado nos capítulos anteriores. O segundo nome que se destaca é o de Thomaz Albornoz, comerciante de lã e fundador de uma importante indústria para o município.

Segundo Albornoz (2000), em termos de inovação que surgiam da atividade industrial, as descobertas e invenções feitas por funcionários eram patenteadas pela companhia, geralmente pela matriz em Chicago. Existia a crença de que somente os norte-americanos e europeus eram capazes de tais feitos, cabendo aos latino-americanos apenas tarefas subsidiárias. Especificamente na unidade produtiva do Armour em Santana do Livramento, pode-se destacar o exemplo de Manuel Rico, que conforme o relato de testemunhas, teria inventado máquinas patenteadas pela companhia Armour e implementadas em nível mundial. Nunca recebeu reconhecimento por suas invenções para além das bonificações em dinheiro. São exemplos dentre suas invenções, uma máquina etiquetadora para latas de “*corned-beef*” de uma libra, outra para retirar o couro, e a implementação da desossa aérea. Em relação à primeira, a diretoria do Armour em Chicago, impressionada pela invenção, solicitou os respectivos projetos. Porém, o inventor não sabia fazê-los e o problema foi contornado com o envio de fotos que registraram cada movimento mecânico da máquina, possibilitando sua reprodução e patente (ALBORNOZ, 2000).

Segundo Shäffer (1993, p. 45) o frigorífico Armour

[...] teve um importante papel na produção do espaço urbano, [de Santana do Livramento] seja pela própria presença física (instalações industriais, galpões, escritórios, residências dos empregados ligados a administração), seja pelos empregos que gera e pelos impostos que paga.

O frigorífico Armour, junto com o lanifício Albornoz, determinou o processo de industrialização baseado na atividade pecuária.

6.3 Lanifícios

Uma das características produtivas de Santana do Livramento sempre foi a produção ovina em paralelo a bovinocultura. Desde a colonização jesuítica a ovinocultura já era praticada, tanto pela carne como pela lã (USLER, 2011). No início do século XX, ocorreu a expansão da atividade pecuária ovina, impulsionada pela valorização da lã no mercado internacional (VIANA; SILVEIRA, 2009). Assim, ao mesmo tempo que se instalavam as charqueadas, começou a funcionar, no ano de 1908, em Santana do Livramento (que possuía o maior rebanho ovino do estado), o Lanifício Albornoz, que recebia a lã dos produtores locais (SHÄFFER, 1993; FERNANDES, 2009).

O fundador do Lanifício Albornoz, foi Thomaz Albornoz, que era filho de um comerciante espanhol que se instalou em Santana do Livramento atraído pelas possibilidades de comércio da fronteira. Thomaz Albornoz tinha apenas 19 anos quando abriu seu lanifício. Era um pequeno comércio varejista de lãs em bruto, com vendas prioritárias para Porto Alegre e Montevideo. Esse empreendimento, de início modesto, foi crescendo, e se transformou, em 1920, em um grande atacado, com a barraca de lãs. Nesse ano Thomaz Albornoz, também começou a investir na pecuária, comprando terras e gado, tanto bovino quanto ovino (CAGGIANI, 1991). O nome dele aparece na relação de fornecedores do Armour em 1940, conforme a tabela 9, quando vendeu 20 mil cabeças de gado bovino, tendo sido o quarto maior fornecedor naquele ano.

A conjuntura da Primeira Guerra Mundial, proporcionou a valorização da lã, alavancando a indústria que se desenvolvia no município (MONTEBLANCO, 2013). Em 1939, com a incorporação de novos sócios, constituiu-se a firma “Thomaz Albornoz & Cia”. Esta passou a investir em terras e criação de animais e organizou-se como empresa (SHÄFFER, 1993; CAGGIANI, 1991). “Consolidou-se em 1952 como empresa de industrialização de lã,

importando maquinário, aumentando o número de empregados e iniciando exportações” (SHÄFFER, 1993, p. 47). Em 1962 a empresa mudou sua razão social para “Lanifício do Rio Grande do Sul – Thomaz Albornoz S.A”, e

[...] inaugurou uma moderna fábrica de “tops”, empreendimento arrojado que imprimiu novo surto de progresso em Sant’Ana do Livramento, proporcionando mercado garantido para a lã produzida neste município bem como na região além de ampliar o limitado mercado de trabalho (CAGGIANI, 1991, p. 146).

A empresa chegou a ter a capacidade de absorver 6,5 toneladas de lã bruta no ano. Esse lanifício era responsável, pelo processamento industrial e distribuição da lã nos mercados europeus e americanos. Outro empreendimento importante para o município foi a Cooperativa Santanense de Lãs, organizada na década de 1940, decorrente da forte pecuária ovina que se desenvolvia no município. Essa cooperativa representou um importante canal para a comercialização de lã. Os cooperados eram tanto os pequenos como os grandes produtores, e chagaram a somar 1700 associados (CHELOTTI, 2005; MONTEBLANCO, 2013).

Sendo a única cooperativa do município, chegou a receber cerca de 90% de toda a lã produzida, comercializando-a no mercado interno e externo. A cooperativa Santanense se tornou associada do lanifício Albornoz, através da prestação de serviços para a industrialização da lã (MONTEBLANCO, 2013). No início do século XX, a indústria lanífera, assim como a frigorífica, foi importante para a capitalização dos estancieiros e de outros setores da economia, em Santana do Livramento. E possibilitaram através da renda gerada por suas atividades que surgissem outras indústrias, voltadas ao atendimento do mercado interno, como será demonstrado na próxima seção.

6.4 Outras indústrias

Em 1940, Santana do Livramento situava-se como o terceiro parque industrial do Rio Grande do Sul, atrás de Porto Alegre e Rio Grande. Conforme Shäffer (1993, p. 49) nesse ano “contava com quatro frigoríficos, três torrefações de café, 11 charqueadas e uma cervejaria de expressão regional (Gazapina), de um conjunto de aproximadamente 50 estabelecimentos industriais, que empregavam cerca de 3 mil operários”.

As indústrias que surgiram na primeira metade do século XX, na cidade, podem ser divididas em dois tipos, as relacionadas diretamente com a atividade pecuária e as que se beneficiaram pela renda gerada pelas primeiras. Uma indústria que se beneficiou e prosperou na primeira metade do século, em decorrência do aumento da renda gerada pelos lanifícios e

frigoríficos, foi a cervejaria Gazapina. Essa cervejaria foi fundada pela empresa “Gazapina & irmãos”, em 1908, e recebeu o nome de cervejaria “Concórdia”. O capital inicial dessa cervejaria foi de 80 contos de réis e além de cerveja, produzia também gelo (CAGGIANI, 1991).

Em 1911, a cervejaria Concórdia teve produtos premiados na exposição de cerveja em Torino na Itália. Em 1916, a cervejaria estava equipada com capacidade suficiente para produzir 10 mil garrafas diárias, tornando-se a cervejaria mais importante da região da campanha. A matéria prima utilizada para a produção de cerveja, vinha inicialmente da Alemanha, Áustria, Estados Unidos e Chile. Com a segunda guerra a cervejaria se uniu a outras empresas do ramo no estado, com o intuito de incentivar a produção da matéria-prima localmente. Isso desenvolveu-se na região de imigração alemã e italiana, de onde passaram a vir as matérias-primas malte e lúpulo, no entanto, ainda continuava-se importando produtos de alta qualidade, principalmente da Europa (PESAVENTO, 1983; CAGGIANI, 1991).

Tabela 10 - As 3 Maiores cervejarias do Rio Grande do Sul em 1937

Cervejaria/Município	Capital (Contos de réis)	Nº de operários	Força motriz (HP)
Concórdia*/Santa do Livramento	1.300:000\$	30	200
Sul Brasil/Pelotas	5.250:000\$	125	205
Continental/Porto Alegre	12.000:000\$	348	650

*Em 1952 o nome foi alterado para Cervejaria Gazapina.

Fonte: Adaptado de PESAVENTO (1983, p. 145).

No censo industrial do Rio Grande do Sul, de 1937, a cervejaria Concórdia aparece como a terceira maior cervejaria do estado, dentre 145 cervejarias existentes na época, atrás apenas das cervejarias Sul Brasil de Pelotas e Continental de Porto Alegre (tabela 10). As duas maiores cervejarias tiveram sua origem na fusão das principais cervejarias do estado, a Continental por exemplo surgiu da parceria das três maiores cervejarias de Porto Alegre (com o objetivo de concorrer com a Brahma, maior empresa do país no ramo na época). Mesmo possuindo um número menor de operários que as demais, a força motriz instalada era bastante relevante, principalmente quando comparada com a Sul Brasil de Pelotas, que possuía cerca de 4 vezes mais capital e operários, e uma força motriz praticamente igual (PESAVENTO, 1983).

O capital da cervejaria também cresceu consideravelmente, em 1908 possuía 80 contos de réis, aproximadamente trinta anos depois em 1937 seu capital era de 1.300 contos de

réis (PESAVENTO, 1983). Em 1925 a empresa passou a pertencer somente a um dos irmãos, Vitélio Gazzapina e, em 1952, o nome foi alterado para cervejaria Gazapina (CAGGIANI, 1991).

A expansão da indústria, a partir de 1903, fez com que surgisse no município um forte movimento operário (em uma região que no século anterior predominava o trabalho nas estâncias). Este aspecto será abordado na próxima seção.

6.4.1 O movimento operário

O movimento operário em Santana do Livramento foi fortemente influenciado, pelos trabalhadores vindos da Argentina, Uruguai e Espanha, muitos dos quais anarquistas e comunistas (CAGGIANI, 1986; MACHADO; VELA, 2010).

Em 1903 assumiu a presidência do Uruguai José Batlle, e seu governo ficou conhecido pelo apoio ao movimento trabalhista. Ele deu apoio às greves e aos movimentos sindicais, liderados por anarquistas argentinos que haviam sido deportados. Enfrentou sem usar a força policial, greves em diversos segmentos da economia, que reivindicavam melhores salários e jornada de trabalho menor. Durante seu governo as greves foram frequentes e os trabalhadores sabiam que podiam contar com seu apoio entre qualquer conflito com o capital. “As elites temiam-no, mas as classes trabalhadoras e os intelectuais admiravam-no” (ALBORNOZ, 2000). Assim, “Em 1911 se era batllista porque se era partidário das 8 horas, da estatização dos serviços públicos, do ataque ‘ao latifúndio arcaisante’ (BARRÁN e NAHUM, 1994 *apud* ALBORNOZ, 2000, p. 73).

Em 1911, a fronteira Santana do Livramento/Rivera já contava com um jornal anarquista. Nesse período surgiu o primeiro movimento grevista que ficou conhecido como a greve dos pedreiros. Em 1915 o Uruguai implementa sua reforma trabalhista, que define a jornada de trabalho em 8 horas diárias, por seis dias na semana. O saladeiro Irigoyen, administrava seu estabelecimento como se estivesse no Uruguai, adotando as 8 horas de trabalhos na sua charqueada. Quando os frigoríficos se instalam na região, a jornada de trabalho passa a ser de 10 horas diárias, como era costume aos brasileiros, que trabalhavam do nascer ao pôr do sol (ALBORNOZ, 2000).

Assim, em março de 1919, os operários do Armour entraram em greve, seguidos pelos do Wilson, configurando um dos principais episódios da história trabalhista do município, eles reivindicavam, segundo Caggiani (1986, p. 58):

1. Redução de 10 para 8 horas a jornada de trabalho diária;
2. Aumento de 20% nos salários dos trabalhadores manuais e braçais;
3. Aumento de 25% nos salários das mulheres;
4. Pagamento em dobro das horas extras executadas foras da jornada de 8 horas;
5. Readmissão de todos os operários grevistas e exclusão dos que não aderiram ao movimento.

Os frigoríficos não cederam às reivindicações e em abril daquele ano alguns operários voltaram a trabalhar. No entanto, outros continuaram a greve até maio, quando as duas companhias norte-americanas emitiram um boletim concedendo 10% de aumento, e redução de 10 para 9 horas de trabalho. É importante destacar também que durante essa greve se criou uma associação de auxílio mútuo entre os trabalhadores, que se tornou, em 1920, o sindicato de assuntos vários. A influência dos trabalhadores estrangeiros foi muito importante para o movimento operário em Santana do Livramento, que na época era um dos mais avançados do estado. Foi no município que se estabeleceu a primeira organização comunista rio-grandense, em 1918 (CAGGIANI, 1986).

A industrialização da primeira metade do século XX, acrescentou muitos elementos importantes na formação econômica de Santana do Livramento, tanto em relação ao movimento operário quanto a capitalização de outros setores da economia. Alguns destes aspectos serão aprofundados no próximo item.

6.5 Aspectos econômicos da primeira metade do século

O beneficiamento dos produtos provenientes da atividade primária, pela instalação dos frigoríficos e lanifícios, trouxe um surto de progresso para a cidade. “Este crescimento, impulsionado naquele momento pela atividade fabril, se expressou no número de equipamentos e de serviços implantados: hotéis, clubes, espaços públicos para atividades recreativas” (SHÄFFER, 1993, p. 47).

Em 1932, Santana já era o terceiro parque industrial rio-grandense, em 1937 contava com 50 indústrias e 2.757 operários. Conforme já dito, a maior expressão industrial do município era o frigorífico Armour, responsável por 83% da produção industrial e de 85% dos industriários do município (2.360 operários). Assim, o Armour era um poder econômico paralelo ao poder político municipal. Exemplo disso foi o farto de, em 1930, o prefeito Hugolino Andrade, ter acertado um empréstimo com a companhia de 157 mil dólares, pagável em dez anos e com juros de 8% ao ano, para o asfaltamento de ruas da cidade. No contrato desse empréstimo foi estabelecido que o município não poderia criar ou aumentar impostos existentes que afetassem a companhia (ALBORNOZ, 2000).

No período de expansão da atividade industrial, a migração de população para a área urbana se intensificou. Isso ocorreu, de modo mais acelerado, a partir da década de 1940, quando o abate aumentou consideravelmente nos frigoríficos (tabela 11). Conforme Aguiar e Medeiros (2009, p. 242) “a mudança para as relações capitalistas de produção repercutiu diretamente no modo de uso da terra, resultando na expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais do campo para as cidades da região”.

Tabela 11 - Evolução da população residente por condição de domicílio 1940 – 1991

Censo	População municipal	População Urbana		População Urbana	
	Total	Total	Na sede	% total	% sede
1940	47.414	35.534	26.623	74,9	56,2
1950	48.411	39.184	29.099	80,9	60,1
1960	55.974	48.965	37.666	87,4	67,3
1970	63.388	56.885	48.403	89,7	76,4
1980	68.111	63.954	58.072	93,9	85,3
1991	80.213	-	73.027	-	91

Fonte: SHÄFFER (1993, p. 71).

Em 1940 a população urbana que residia na sede do município, já era de 56,2%. Na década de 1970 chegou a 76%, e em 1991 chegou a 91%. Na década de 1940, Santana do Livramento era a sexta maior cidade do Rio Grande do Sul, em tamanho de população (SHÄFFER, 1993). Também nessa época, décadas de 1930 e 1940, os serviços relacionados ao turismo começam a se expandir, segundo Schäffer (1993, p. 50)

A guerra na Europa, impossibilitando o turismo para aquele continente, estimulou entre os uruguaios o consumo de turismo interno. A implementação do cassino em Rivera, a criação do Parque Internacional e a própria característica especial daquela linha de fronteira incentivaram um trânsito que ultrapassou o mero turismo de compras, que até então se fazia e que explicava a presença de uma rede hoteleira nas duas cidades.

O aumento do turismo, não beneficiou somente a expansão dos serviços, mas também o comércio. Segundo Alborno (2000) o comércio na fronteira naquela época era como se fosse de primeiro mundo, e atraía visitantes de toda a região. Decorrente da prosperidade da indústria, principalmente do frigorífico Armour, a renda municipal aumentou, capitalizando o comércio e os produtores rurais. Também proporcionou que se ampliasse a rede ferroviária brasileira na região. Com a intenção de aproximá-lo do porto de Rio Grande, foi construído um ramal que o ligava ao porto via Dom Pedrito e Bagé. Outro elemento importante na década de 1940, foi a inauguração da linha ferroviária internacional, que ligava São Paulo a Montevideo, com escala em Santana do Livramento (ALBORNOZ, 2000).

Tabela 12 - Participação dos setores na composição da renda municipal de 1939 a 1980

Ano	Setor (%)					Renda interna (%)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total	
			Comércio	Demais serviços		
1939	27.86	21.27	16.41	34.47	50.87	100.00
1949	20.34	31.31	14.59	33.76	48.35	100.00
1959	23.46	21.75	21.70	33.10	54.79	100.00
1970	18.86	13.16	29.99	37.99	67.99	100.00
1975	13.41	27.32	21.00	38.27	59.27	100.00
1980	22.34	21.69	18.14	37.82	55.96	100.00

Fonte: FEE (1986).

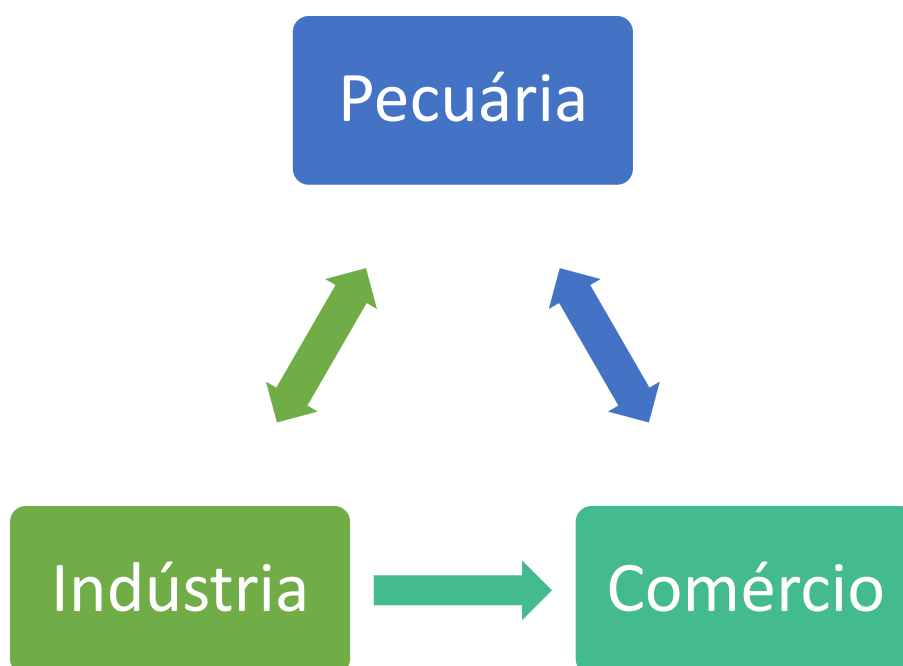
As principais companhias de teatro, orquestras e outras apresentações culturais, que iam de São Paulo para Buenos Aires e Montevideo, se apresentavam em Livramento (ALBORNOZ, 2000), fazendo desse período o auge da atividade industrial, cultural e social do município. Os serviços em 1939 (tabela 12) representavam 50% da renda municipal, a indústria

21% e a agropecuária, 27,6%. Uma década depois em 1949, a atividade industrial atingiu sua maior participação histórica na composição da renda municipal (31%), o que pode ser explicado pela grande expansão da produção frigorífica decorrente da demanda mundial por carne durante a Segunda Guerra Mundial.

Nesse período, conforme Shäffer (1993), a cidade contava com 4 frigoríficos e 11 charqueadas. O grande aumento no abate pode ser percebido quando se analisa o tamanho dos rebanhos na primeira metade do século. Em 1920, o rebanho bovino era de 401.551 cabeças. No período que vai da década de 1940 até a década de 1950, o rebanho diminuiu significativamente (em 1955 era de 321.200 cabeças). Isso demonstra que reprodução do rebanho, na época, não conseguia acompanhar a expansão do abate (CHELOTTI, 2005).

A figura 19, demonstra a relação interna da renda em Santana do Livramento. A pecuária proporcionou o surgimento da indústria, charqueadas, frigoríficos e lanifícios. Esses, por sua vez, capitalizam tanto a pecuária quanto o comércio, além de proporcionarem o surgimento de outras indústrias de menor porte que se aproveitam dessa renda (como as cervejarias, torrefações de café entre outras). Porém, o problema nesse fluxo da renda em Santana do Livramento parece estar na falta de retorno do comércio para a indústria. Os comerciantes que prosperavam, como pode ser observado nas bibliografias feitas por Caggiani (1991), na maioria das vezes investiam seu excedente na produção pecuária e não na indústria como seria esperado.

Figura 19 - Relação entre pecuária, indústria e comércio



Há indicativos de que o que impossibilitou que Santana do Livramento se consolidasse como um grande polo industrial durante todo o século XX, foi a falta de retorno da poupança gerada pelo aumento da renda no comércio para a atividade industrial. Essa poupança era investida na atividade pecuária, por possuir menos riscos e demandar menos capital, já que a região possuía terras abundantes e relativamente baratas. Segundo Christillino (2010), desde o século XIX, era comum os comerciantes financiarem os estancieiros através de empréstimos. Muitas vezes eles mesmo se tornavam estancieiros quando acumulavam renda suficiente.

Um exemplo de comerciante que prosperou e investiu na pecuária é o do já mencionado anteriormente Thomaz Albornoz. Este começou com um comércio em 1908 e na década de 1920 começou a investir na pecuária, tornando-se um dos maiores criadores do município e o quarto maior fornecedor de gado ao frigorífico Armour. Somente na década de 1950, quando já prosperava no comércio e pecuária, é que ele investiu na indústria. De acordo com Caggiani (1991), muitos outros comerciantes se limitaram a investigar apenas na pecuária. Assim, a atividade pecuária foi a maior beneficiada pelo aumento da renda municipal na primeira metade do século XX.

6.6 O surgimento da agricultura como diversificação da produção

O arroz foi a primeiro cultivo agrícola relevante comercialmente na região da campanha. Segundo Bandeira (1994) e Rocha (2011), já no começo do século XX, o arroz aparece como uma forma moderada de diversificação produtiva, em relação à atividade pecuária extensiva. Mas, é na década de 1970, com a expansão do plantio de lavouras modernas em nível nacional, principalmente a da soja, que a agricultura começa a ganhar espaço em Santana do Livramento (MONTEBLANCO, 2013).

No início a grande maioria dos estancieiros, tinha receio de investir na agricultura, pois não dominavam os instrumentos de crédito, e desconheciam as técnicas de melhoramento dos rebanhos e das pastagens (FONTOURA, 2000). O crédito rural obtido pelos pecuaristas, era pouco aplicado em aumentar a produtividade. Uma prática comum na década de 1970 era a obtenção de recursos do crédito rural com taxa de juros de 6% ao ano, e o investimento de parte desses recursos na poupança que rendia 12% ao ano no período (MONTEBLANCO, 2013).

A baixa no preço do gado e a modernização da agricultura, com o crédito subsidiado em outras regiões do Rio Grande do Sul, repercutiram na campanha gaúcha, tornando a agricultura uma alternativa aos proprietários de terras da região. A escassez de terras no norte do estado, onde a modernização penetrou primeiro, fez aumentar a procura por terras para agricultura na campanha, fazendo com que alguns estancieiros conseguissem ganhar com o arrendamento e venda de suas terras (MONTEBLANCO, 2013). A agricultura e a pecuária extensiva passaram a dividir espaços substanciais (CHELOTTI, 2005).

Na década de 1970, iniciaram-se também estudos de pesquisadores norte-americanos, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, que identificaram fatores físicos da região da campanha que favorecem a produção de uvas viníferas (FLORES, 2011). Conforme Montebianco (2013, p. 161)

[...] a região da Campanha, representada principalmente pelos municípios de Santana do Livramento e Bagé, apresenta o melhor conjunto de condições climáticas, pedológicas, geomorfológicas e topográficas para a produção de vinhos finos do Rio Grande do Sul. Particularmente Santana do Livramento, está situada no paralelo 31, que identifica internacionalmente regiões produtoras de vinhos finos de reputação e qualidade, em países como Argentina, África do Sul e Austrália.

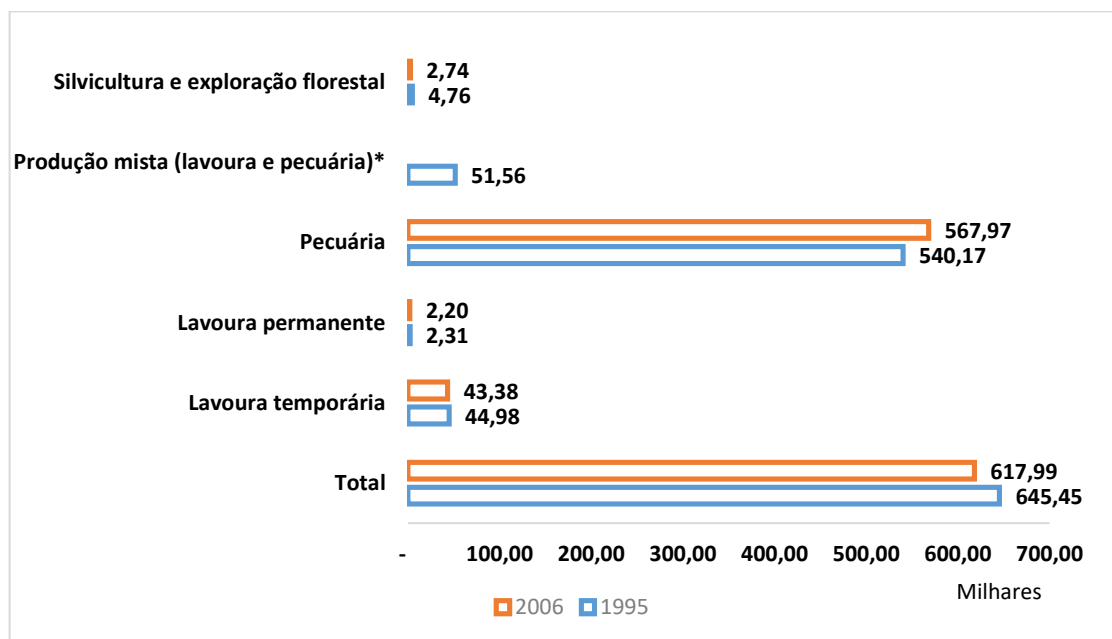
Decorrente dessa condição favorável, Santana do Livramento atraiu investimentos para a produção vinícola, fora do eixo tradicional da serra rio-grandense. Primeiro se instalou no município a vinícola Almadén, na década de 1970. Uma década depois uma empresa japonesa passou a produzir vinhos para a exportação no município (FLORES, 2011).

Assim, as estâncias da região, caracterizadas por grandes latifúndios, passaram por profundas transformações na década de 1970, com a introdução da cultura do arroz, soja e chegada das empresas vinícolas. Para Machado e Vela (2011, p. 4) “nenhuma dessas logrou modificar a estrutura fundiária profundamente ou chegou a ameaçar a paisagem nos pampas marcada pelos rebanhos bovinos alimentando-se nas vastas coxilhas”. E a pecuária continuou sendo a atividade econômica predominante (CHELOTTI, 2005).

Embora ocupem uma área muito pequena em relação ao território municipal, os principais cultivos com valor comercial em Santana do Livramento são: o arroz, soja, milho, sorgo e uva (CHELOTTI, 2005). O gráfico 2 mostra a utilização das terras da cidade em 1995, e comprova a predominância da pecuária. De um total de 645 mil hectares da área rural, ela ocupa 540 mil hectares, ou aproximadamente 84% do total. Se somada a área mista entre pecuária e a lavoura esse percentual chega a aproximadamente 92%. Ou seja, por mais que a lavoura tenha se expandido na segunda metade do século, ela ainda era, em meados da década

de 1990, insignificante em relação a pecuária, o que perdura até os dias atuais. A silvicultura e a exploração florestal ocupavam cerca de 5 mil hectares, nos dados do IBGE (2016) para 2015, a área destinada a silvicultura foi de 1600 hectares.

Gráfico 2 - Área dos estabelecimentos por utilização das terras 1995 e 2006 (em mil hectares)



*O censo de 2006 não divulgou os dados da produção mista.

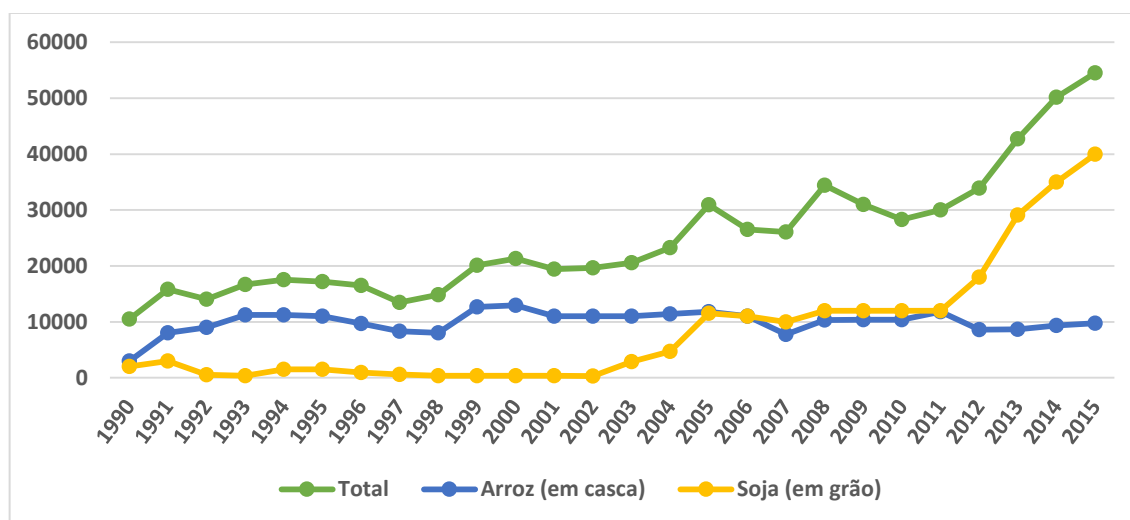
Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2016).

A lavoura está dividida entre permanente e temporária. Na lavoura temporária vale ressaltar a concentração no cultivo de arroz e soja, o trigo que foi um dos primeiros cultivos em toda a região da campanha já no século XIX, em 1995 chegou a níveis tão baixos de área cultivada que nem aparece no censo de 1995. O milho que possuía grande importância para a alimentação animal, em 1995 ocupava apenas 4,5 mil hectares (CHELOTTI, 2005). Em geral a área da lavoura temporária ocupava aproximadamente 7% apenas. A lavoura permanente se concentra basicamente na vitivinicultura, e não ocupava nem 0,5% da área total.

O município possui duas áreas distintas em relação ao solo, cada uma abrangendo praticamente metade do território total. A metade oeste, possui solos com baixa aptidão para a agricultura, porém nessa região os pastos nativos são excelentes. É nessa metade que se encontram por excelência as maiores propriedades, caracterizadas por mais de 300 anos de atividade pecuária extensiva. Na metade leste, o solo é mais favorável a lavoura, principalmente das culturas temporárias como a soja e o arroz, e mesmo as pastagens nativas sendo de qualidade inferior as da outra metade, a pecuária também ocupa amplos espaços dessa parte, com

suplementação da alimentação animal através do plantio de pastagem (MONTEBLANCO, 2013).

Gráfico 3 - Área plantada das lavouras temporárias, arroz e soja, em Santana do Livramento de 1990 a 2015



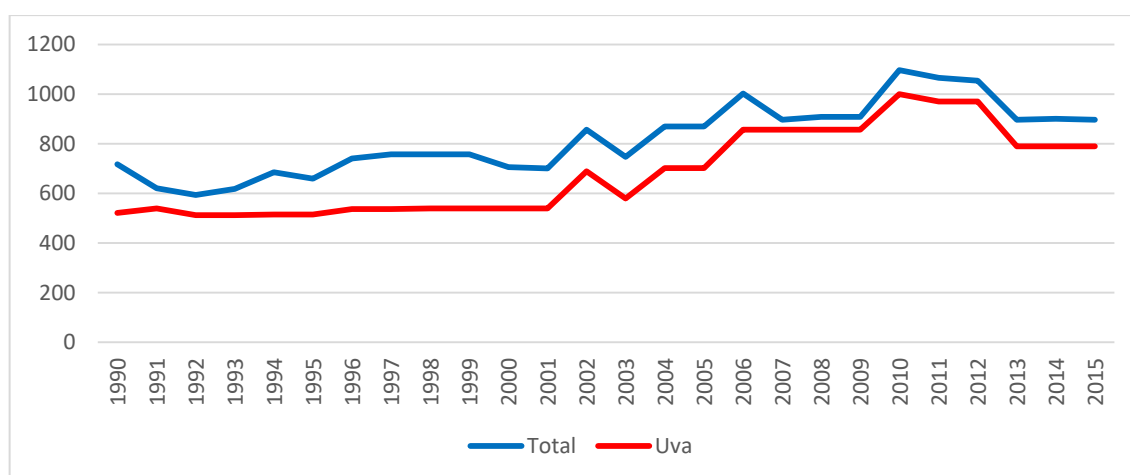
Fonte: IBGE (2016).

A preferência do arroz como cultura agrícola temporária em relação as outras, se deu de forma bastante expressiva já na década de 1970. No início dos anos 1990 (gráfico 3), o arroz representava um terço da área total de cultivo temporário, enquanto a soja a segunda cultura mais expressiva correspondia a um quinto. Em 1991 o arroz ocupava mais da metade da área de agricultura temporária, 8 mil hectares de um total de 15.787, e a soja 3 mil hectares. De 1992 a 2002 a área plantada de soja só superou os mil hectares em 1994 e 1995, em 2002 a soja ocupou a menor área do período apenas 300 hectares.

A média da área plantada anual de arroz durante o período de 1990 a 2015, foi de 9.970 hectares, variando entre 7 mil e 13 mil hectares. Depois de 2003 a área plantada de soja começa a crescer exponencialmente. Segundo Pizzato (2013), a expansão da cultura da soja no pampa rio-grandense (região da campanha), está atrelada a superação dos limites físicos e histórico-culturais. Em em relação aos primeiros, na década de 1990 se desenvolveram técnicas que permitiam sua superação, como o plantio direto, além do uso de sementes transgênicas que permitiram o avanço da fronteira agrícola. Os limites histórico-culturais, foram superados com o surgimento de investidores, oriundos em sua maioria da metade norte do estado, interessados nas terras da região, que estavam entre as mais baratas do estado (PIZZATO, 2013).

A média anual entre 2006 e 2015, da área plantada de soja foi de 19.110 hectares, e o plantio de soja superou o de arroz no município durante todo esse período. A partir de 2011, a área cultivada de soja aumentou ainda mais rápido, passando de 12 mil hectares para 40 mil hectares em 2015. Esse aumento dos últimos anos pode estar relacionado à desvalorização do real frente ao dólar, elevando as exportações. A área plantada de soja parece ter se expandido sobre a área antes destinada à pecuária e outras culturas agrícolas temporárias, mas sem interferir no plantio de arroz, já que em 2015 a área plantada de arroz foi 9.715 hectares bem próximo a média do período de 1990-2015. O total da área cultivada de culturas temporárias, aumentou de aproximadamente 10 mil hectares em 1990 para aproximadamente 55 mil hectares em 2015, indicando a expansão da soja impulsionou a agricultura, porém essa corresponde a menos de 10% da área rural do município.

Gráfico 4 - Área destinada a colheita das culturas permanentes, total e da uva, de 1990 a 2015



Fonte: IBGE (2016).

A área destinada à agricultura permanente, é bastante baixa em Santana do Livramento, variou entre 594 e 1096 hectares durante o período de 1990 a 2015, com uma média anual de 819 hectares aproximadamente. A vitivinicultura, representou em média 83% da área destinada a colheita das lavouras permanentes no município (gráfico 4). Em 1975 segundo Chelotti (2005) foi colhido apenas 1 hectare de uva no município, porém as condições favoráveis a vitivinicultura atraíram vinícolas ao município e impactaram no incremento da área plantada (apesar de ainda pequena).

O impulso da atividade vitivinícola, ocorreu com a expansão das vinícolas da Serra Gaúcha na região da campanha em geral, em Santana do Livramento, a vinícola Miolo da serra

comprou em 2009, a Almadén⁴⁰. Também da serra a vinícola Aliança adquiriu a Vinícola Livramento do grupo japonês Hombo, em 2005, sob as marcas Santa Colina e Cerro da Cruz, destinando essa planta à produção de vinhos finos (ENGELMANN, 2009; FLORES, 2010).

A média da área destinada a produção de uva, entre 1990 e 2015 foi de aproximadamente 683 hectares. Segundo Flores (2010) cerca de 80% da produção de viníferas está concentrada em duas propriedades, de modo que a Almadén possui a maior área contínua de parreirais da América Latina (aproximadamente 600 hectares). Em 2010 a área destinada a colheita de uva atingiu o máximo do período, com 1000 hectares, 91% da área total destinada à colheita das culturas permanentes. A partir de 2003 houve uma tendência do aumento da área ocupada pela uva, até 2012 quando ocorreu uma leve queda, a partir da qual se manteve estável.

Outros empreendimentos relacionados à vitivinicultura têm surgido no município, entre eles a Vinícola Cordilheira de Santana, fundada por ex-funcionários da Almadén, destinada a produção de vinhos finos. Em 2004 surgiu a Associação dos Produtores de Uva de Santana do Livramento – ASPROUVA. O incentivo para aumentar a produção de uva do município tem sido a rentabilidade dessa cultura em pequenas propriedades, se mostrando uma alternativa de diversificação da produção tanto para pequenos produtores rurais, como para grandes estancieiros. Entre 2000 e 2004 a gestão municipal incentivou a produção de uvas nos assentamentos da reforma agrária (ENGELMANN, 2009).

Os assentamentos têm se demonstrado importante para a expansão da agricultura em Santana do Livramento, por serem lotes de terras menores, tendem a se dedicar a atividades agrícolas rentáveis. Alguns aspectos relativos a produção neste tipo de propriedade serão abordados na seção seguinte.

6.6.1 Os assentamentos sem-terra e a agricultura familiar

A introdução dos assentamentos na região tem início na década de 1990 e têm forte relação com a “reforma agrária”. Esses assentamentos deram destaque e representatividade à agricultura familiar na região, modificaram a base produtiva e deram nova dinâmica à estrutura agrária. A reprodução social da agricultura familiar, tem como premissa básica a produção de

⁴⁰ A vinícola foi fundada pelo grupo National Distiller, em 1974. Posteriormente foi comprada pelo grupo francês Pernod Ricard, e em 2009 comprada pela vinícola Miolo, da Serra Gaúcha.

alimentos diversos. No contexto dos assentamentos da fronteira Oeste, a produção de alimentos tem sido conciliada com a criação de animais. Para a manutenção da agricultura familiar em meio ao cenário latifundiário da região a estratégia utilizada tem sido a cooperação entre as famílias (TROIAN; BREITENBACH, 2016). A tabela 13, traz todos os assentamentos instalados no município entre 1992 e 2008.

Tabela 13 - Assentamentos em Santana do Livramento de 1992 a 2008

Ano	Assentamentos criados	Número de assentamentos criados	Famílias assentadas
1992	PA Liberdade no Futuro (Cerro dos Munhoz)	1	62
1996	PA Apolo	5	34
	PA São Joaquim		40
	PA Santo Ângelo		16
	PA Bom Será		26
	PA Coqueiro		31
1997	PA Jupira/São Leopoldo	5	45
	PA Recanto		23
	PA Posto Novo		21
	PA Santa Rita II		22
	PA Frutinhas		20
1998	PA Capivara	2	22
	PA Pampeiro		44
1999	PE União Rodeiense	2	17
	PE Nova Esperança		43
2000	PE Esperança da Fronteira	1	21
2001	PE Nova Madureira	1	22
2002	PE Rincão da Querência	5	4
	PE Torrão		21
	PE Paraíso II		7
	PE Roseli Nunes		57
	PE Conquista do Cerro da Liberdade		72
2005	PA Leonel Brizola	2	13
	PA Fidel Castro		57
2006	PA 31 de Março	4	12
	PA Sepé Tiarajú III		41
	PA São João II		33
	PA Herdeiros de Ozziel		39
2007	PA Banhado Grande II	1	11
2008	PA Ibicuí	1	60
-	Total	30	936

Fonte: Adaptado de MONTEBLANCO (2013, p. 198).

Santana do Livramento é o município da região da campanha que mais recebeu assentamentos da “reforma agrária”, promovida pelo Governo Federal, Estadual e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a partir da década de 1990 (CHELOTTI, 2005; AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013). Foram criados 30 assentamentos no município entre 1992 e 2008, nos quais vivem 936 famílias. O censo agropecuário demonstrou que existiam em 2006, no município, 1.729 estabelecimento destinados a agricultura familiar que ocupavam uma área de aproximadamente 50 mil hectares, e 885 estabelecimentos não familiares que ocupavam uma área aproximada de 570 mil hectares

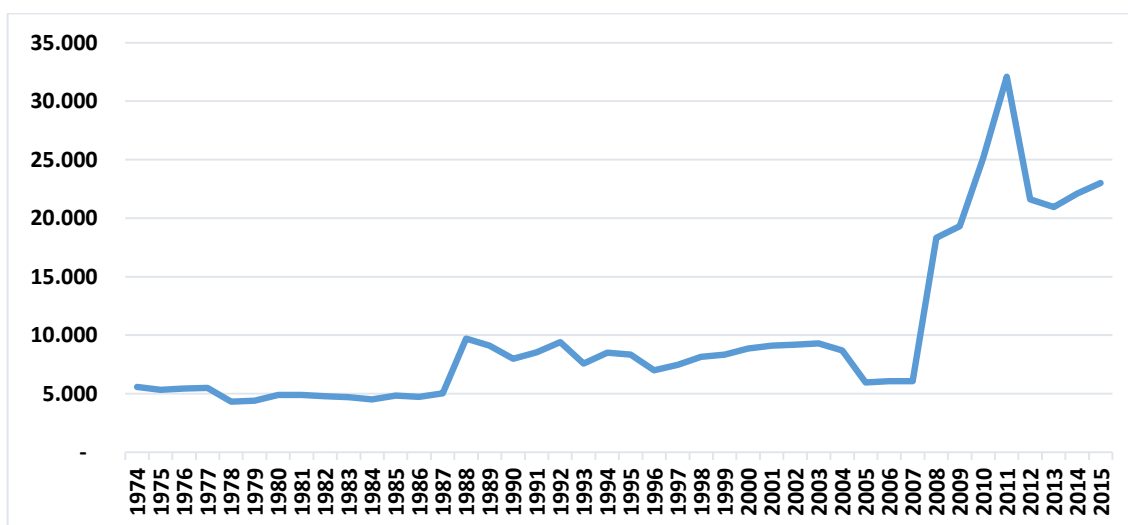
em Santana do Livramento (IBGE, 2006). Ou seja, mesmo com o grande número de assentamentos, a estrutura fundiária do município continua altamente concentrada.

Chelotti (2005) afirma que os assentamentos não estavam sendo instalados em áreas de grandes propriedades, grande parte deles foram instalados em propriedades de 500 hectares em média. Segundo Monteblanco (2013) até 2003 os assentamentos no município foram instalados sem que fossem invadidas terras e sem grandes conflitos. Alguns proprietários, inclusive se interessavam em vender suas terras para os assentamentos e até mesmo terem suas terras inclusas na desapropriação para receberem a indenização. Depois de 2003 os conflitos entre o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e os proprietários de terras se intensificaram no município, resultando em invasões de algumas propriedades (MONTEBLANCO, 2013).

Os assentamentos ocupam aproximadamente 26 mil hectares em Santana do Livramento, e a maioria das famílias assentadas são originárias das regiões norte e nordeste do estado (AGUIAR; MEDEIROS, 2010). A reterritorialização dos sem-terra, na região da campanha pode ser identificada através das expressões econômicas, culturais e política. A reterritorialização cultural “é verificada na maneira de organização do lote, da construção das casas, nas formas de lazer, na religiosidade etc”. A política “é identificada pela formação de núcleos de resistência ao conservadorismo político regional”, Já a econômica “pode ser identificada pela constituição de autênticos territórios de produção familiar no universo do espaço latifundiário” (CHELOTTI, 2013).

Os assentamentos produzem um espaço rural de atividades familiares. Em relação a produção essa está centrada na produção agrícola e agroindustrial para o autoconsumo, da pecuária leiteira como forma de gerar renda e o crescente monocultivo de soja. Fazem parte da agricultura de subsistência a horticultura a fruticultura e a criação de pequenos animais como porcos e galinhas, que também serve de base para a produção de alguns produtos agroindustriais, como geleias, pães, salames, queijo e outros (MONTEBLANCO, 2013).

Gráfico 5 - Produção de Leite em Santana do Livramento de 1974 a 2015 (em mil litros)



Fonte: IBGE (2016).

A principal atividade geradora de renda nos assentamentos tem sido a pecuária leiteira, que é desenvolvida em sua maioria aproveitando as pastagens naturais da campanha, com poucas suplementações de pastagens plantadas, além da prática da silagem. A produtividade média dos assentados é de 1.200 litros/mês por família (AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013). Essa produção leiteira dos assentados incrementou a produção de leite no município. O gráfico 5 mostra o aumento significativo da produção leiteira em Santana do Livramento após 2008, quando se estabeleceram os últimos assentamentos do município. Em 2007 a produção de leite foi de aproximadamente 6 milhões de litros, no ano seguinte a produção aumentou para 18 milhões de litros, ou seja, a produção triplicou em apenas um ano.

O aumento da produção leiteira, continuou até atingir 32 milhões de litros em 2010. Nos anos seguintes até os 2015 a produção se estabilizou na casa dos 20 milhões de litros. A crescente produção leiteira da região da qual os assentados são responsáveis por mais da metade, atraiu a instalação da empresa Cosulati no município. Essa empresa recebe o leite dos assentados, que é recolhido e transportado pela COPERFORT (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste), demonstrando a importância das cooperativas para a produção dos assentados. Além da COPERFORT contam também com a Cooperativa de Prestação dos Serviços Técnicos (COPTec), responsável pela assistência técnica (MONTEBLANCO, 2013).

É importante destacar que os assentados começaram a se instalar no município na mesma época em que a atividade industrial passava por uma grave crise. Esses assentados se

organizaram baseados na cultura da região de onde vieram, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, e impactaram positivamente a economia da cidade, principalmente com intensificação da agricultura familiar em uma região de predominância da pecuária extensiva. E apesar de ocuparem uma área consideravelmente pequena em relação a da atividade pecuária, esses assentamentos já conseguiram se destacar com sua produção de leite.

6.7 A indústria em crise no final do século XX

A atividade industrial começou a declinar a partir da década de 1970 em Santana do Livramento, esse declínio se intensificou nas décadas seguintes. Os motivos que levaram à crise da atividade industrial são diversos. Em relação a crise dos frigoríficos, parece consenso na literatura que a diminuição da demanda mundial pelos produtos provenientes do município foi a responsável pela falência dos frigoríficos.

Segundo Montebanco (2013), com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve a redução da demanda pela carne produzida na cidade. Para minimizar as perdas decorrentes da diminuição da demanda os frigoríficos passaram a pagar menos pelo gado, levando a uma crise da atividade pecuária na cidade. Segundo Machado e Vela (2011, p. 3 e 4)

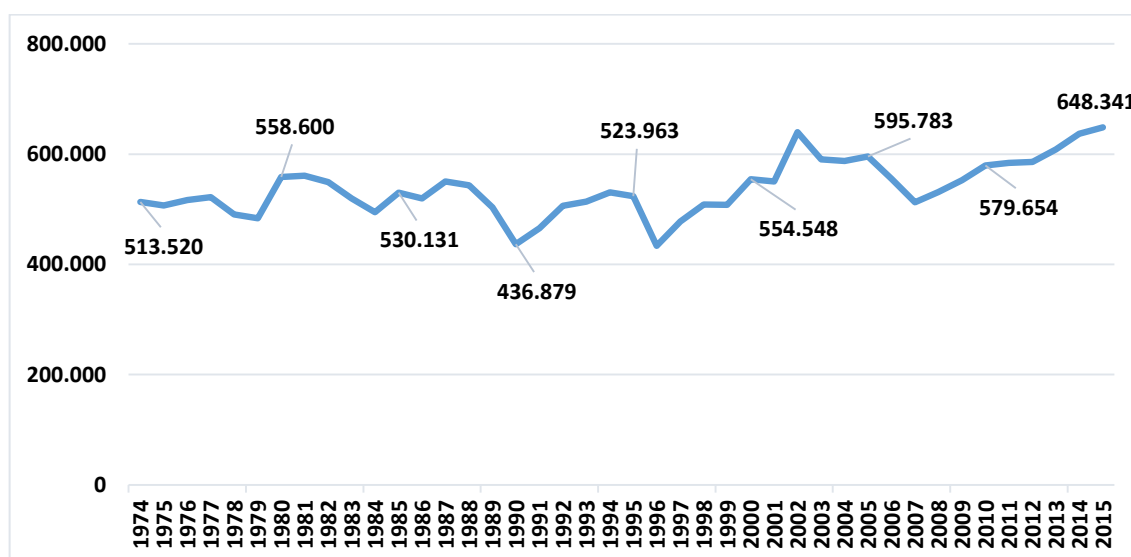
No final do século XX, os frigoríficos não mais estavam presentes e a ilusão de desenvolvimento que trouxeram a região transformou-se na triste e decadente realidade de estagnação de uma economia baseada, quase exclusivamente, na criação de gado extensiva sustentada pela grande propriedade com uma oligarquia local que vive das rendas do passado e dos financiamentos que lhes é proporcionado em função da extensão de suas posses.

O frigorífico Armour, principal empresa da cidade, começou a sair da região do Prata no final da década de 1950, mesma época em que se desfez de algumas propriedades em Santana do Livramento. Em 1969 o Armour se fundiu com o frigorífico Swift de Rosário e passou a operar com o nome de Swift Armour em 1972. Em 1989 o frigorífico Swift Armour foi vendido ao grupo Bordon, que entrou em concordata em 1994. Nesse ano a empresa Cicade se apoderou do frigorífico, e alegando não ter recebido as linhas de crédito prometidas pelo governo estadual, fechou a fábrica (ALBORNOZ, 2000).

O gráfico 6 mostra a evolução do rebanho bovino em Santana do Livramento. Esse rebanho variou entre 400 mil e 600 mil cabeças durante praticamente todo o período de 1974 a 2015. É perceptível que mesmo com a crise dos frigoríficos, ou por causa dela (diminuição do

abate), o rebanho continuou a crescer, passando de 513 mil em 1974 para 648 mil em 2015, ano que atingiu o maior volume. A partir de 2007 o rebanho cresceu mais rapidamente, indicando a expansão da atividade pecuária, que ainda é a maior produção do município. Atualmente o gado é levado para abate em outras cidades da região, principalmente Bagé.

Gráfico 6 - Evolução do rebanho bovino em Santana do Livramento de 1974 a 2015



Fonte: IBGE (2016).

Os lanifícios, se desestruturaram com a perda de competitividade da lã no mercado internacional, frente os fios sintéticos e a competição com mercados mais produtivos. Para Chelotti (2005) a cadeia produtiva mais afetada no município foi a da lã, que na década de 1980, desestruturou toda a produção do município.

A crise da lã foi provocada pelos altos preços praticados no mercado mundial, que permitiram a entrada dos tecidos sintéticos no mercado rapidamente. E foi agravada pelos altos estoques de lã australianos que geraram uma enorme oferta, reduzindo o seu preço. Outros fatores contribuíram para a crise mundial da lã, como o colapso da União Soviética, e as crises econômicas da Europa e da Ásia, que reduziram a demanda e elevaram os estoques australianos (VIANA; SILVEIRA, 2009; VIANA; WAQUIL; SPOHR, 2010).

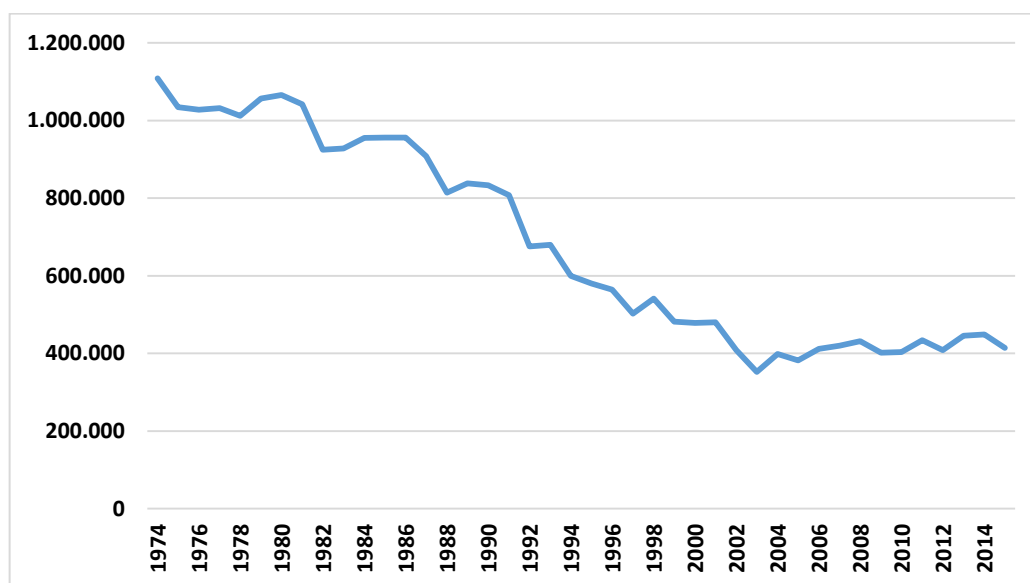
Em Santana do Livramento a crise atingiu fortemente o lanifício Thomaz Albornoz, que vendia seus produtos para diversos mercados do mundo, principalmente para os da Ásia e Europa. Esse lanifício havia se tornado a maior exportadora de tops de Lã do Brasil (MELO, 2012). Porém nos primeiros anos da década de 1980, os incentivos que o governo dava para as exportações foram retirados, restringindo o mercado de crédito para a empresa. Afetado pela crise internacional da lã o lanifício passou a ser controlado pela Holding Esquila administrada

pelo banco Auxiliar de São Paulo. Em 1996 a fábrica passou a ser arrendada a Cooperativa da Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento (COOFITEC). Em 2009 a cooperativa contava com 80 associados que trabalhavam de forma escalonada nas antigas instalações do Lanifício Albornoz, em condições de trabalho precárias, utilizando ainda os maquinários adquiridos pelo lanifício na metade do século XX (MARQUETTO, 2012).

A crise da lã levou a crise da pecuária ovina no Rio Grande do Sul, que se destinava principalmente a produção de lã. Segundo Viana (2012, p. 96)

A crise da lã gerou a desistência de muitos produtores da atividade ovina, resultando na queda de rebanho e consequente decréscimo na produção de lã, comportamento influenciado pela queda dos preços do produto (VIANA & SOUZA, 2007) e deslocamento da demanda da fibra por tecidos sintéticos (NOCCHI, 2001).

Gráfico 7 - Evolução do Rebanho ovino em Santana do Livramento de 1974 a 2015



Fonte: IBGE (2016).

O rebanho ovino sofreu uma drástica redução em Santana do Livramento (gráfico 7). Em 1974 o rebanho ovino de Santana do Livramento possuía aproximadamente 1 milhão e 100 mil cabeças, desse ano em diante o rebanho diminuiu até chegar ao menor valor do período em 2003 com aproximadamente 352 mil cabeças. De 2004 em diante o rebanho se estabilizou na margem das 400 mil cabeças, o que pode indicar a adaptação do rebanho para a produção de carne, que segundo Viana e Silveira (2009) se tornou o principal objetivo da ovinocultura, com preços atraentes ao produtor.

O declínio da indústria transformadora da atividade primária, reduziu os níveis de renda⁴¹ interna, que somados a competição de produtos de outras regiões levaram a indústria que atendia o mercado interno a ter dificuldades e conseqüentemente falir, pode-se citar o exemplo da cervejaria que existia na cidade.

A cervejaria Gazapina começou a se desarticular no final da década de 1950, em decorrência da chegada da malha rodoviária ao município via construção da BR-293 na década de 1970. Isso favoreceu a entrada de produtos concorrentes e de menor custo no mercado de Santana do Livramento, até então suprido pela produção local (SHÄFFER, 1993). A concorrência das grandes cervejarias do estado e até mesmo do Uruguai, que eram vendidas livremente na cidade, fizeram com que a cervejaria Gazapina encerrasse suas atividades em 1975 (CAGGIANI, 1991).

Esse cenário de desindustrialização do fim do século XX, teve grande impacto na organização produtiva da cidade. Fazendo até mesmo com que a população do município diminuísse (tabela 14). Entre 1990 e 2000 a população de Santana do Livramento aumentou em 10 mil pessoas, apesar da indústria já estar em declínio, porém na década seguinte a população se reduziu em mais de 8 mil pessoas.

Tabela 14 - Evolução da população rural e urbana de Santana do Livramento, entre 1991 e 2010

	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1991	73.557,00	6.695,00	80.252,00
2000	84.455,00	6.394,00	90.849,00
2010	74.410,00	8.054,00	82.464,00

Fonte: IBGE, censo demográfico (2010).

No período de 2000 a 2010 houve um grande fluxo migratório de santanenses em direção a cidades com disponibilidade de empregos, principalmente Caxias do Sul (MARQUETTO, 2012). A perda de população só não foi maior no período, porque nessa década foram introduzidos inúmeros assentamentos sem-terra, aumentando a população rural do município, que passou de 6 para 8 mil pessoas. O comércio e os serviços se tornaram os

⁴¹ Não comparamos a renda per capita do auge da economia com a renda per capita depois da crise industrial, pela dificuldade de deflacionar os valores de maneira que pudéssemos compará-los, no documento da FEE (1986, p.12) sobre a metodologia diz: “Para as estimativas da renda interna a preços constantes, contemplaram-se apenas os anos de 1970, 1975 e 1980, tendo em vista as dificuldades na obtenção de deflatores adequados para os demais anos da série”.

maiores empregadores e responsáveis pela maior parcela da renda municipal. Segundo Marquette (2012) os “*free shops*” instalados na cidade de Rivera, impulsionam os serviços de alimentação e hospedagem de Santana do Livramento, que atendem os turistas brasileiros atraídos pelo turismo de compras, absorvendo parte da mão de obra desempregada da indústria.

Em 2013 o valor adicionado bruto da agropecuária correspondeu apenas a 15% do Produto Interno Bruto do município, e a indústria a apenas 4% (FEE, 2016). A crise da atividade pecuária e a desindustrialização também afetou os indicadores sociais do município, que faz parte da região do Rio Grande do Sul que possui os menores índices de desenvolvimento humano (IDH), e a maior concentração de renda (medida pelo Índice de Gini), esses índices foram respectivamente de 0,727 e 0,54 em 2010 (PNUD, 2016). A crise da atividade industrial acabou por desestruturar toda a economia do município que atualmente busca alternativas para recuperar sua dinâmica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa procurou-se demonstrar como a pecuária influenciou na formação econômica de Santana do Livramento. Foram utilizados, para isso, cortes verticais no tempo, como prevê o método histórico-estruturalista, sempre analisando a pecuária como elemento central de cada espaço temporal. Buscou-se identificar os vínculos da atividade pecuária com o Rio Grande do Sul, os quais antecedem a formação econômica do município e também impõem influência sobre esta. Analisa-se também como essa atividade determinou a organização espacial, social e econômica do município, principalmente no século XIX. E, por fim, qual a sua influência nas mudanças econômicas ocorridas no município ao longo do século XX.

Os jesuítas lançaram as bases da atividade pecuária no território rio-grandense, em suas reduções desenvolveram junto aos índios técnicas produtivas que seriam aperfeiçoadas ao longo dos séculos. Visando armazenar o gado criaram as primeiras estâncias, que serviram como molde às estâncias luso-brasileiras. A principal fonte de subsistência e de comércio para esse povo foi a criação de gado bovino e ovino. Os rebanhos dispostos de condições naturais favoráveis se multiplicaram rapidamente.

A grande quantidade de gado na região logo atraiu o interesse das coroas ibéricas. E decorrente dos interesses comerciais dessas coroas, começaram a se instalar as primeiras estâncias não missionárias na região. Desencadeando uma série de conflitos pela posse desse território. Os conflitos por sua vez, resultaram na distribuição de grandes lotes de terras na forma de sesmarias, principalmente para militares que participaram dos conflitos, como estratégia para manutenção do território, sendo cada estância uma célula militar. Originando assim uma elite militar, com grandes quantidades de terra e gado, que lhes permitiu um nível confortável de riqueza e considerável poder político, contribuindo para a manutenção da estrutura fundiária em toda a Metade Sul ao longo dos séculos, e para a baixa diversificação da produção.

Nesse contexto de conflitos, grandes propriedades, elite militar e baixa diversificação produtiva, surge Santana do Livramento. A primeira atividade econômica desenvolvida no território do município, ainda no período das estâncias missionárias, foi a criação de gado bovino, ovino e equino. A pecuária no município perdura por aproximadamente 390 anos.

O século XIX, foi marcado pela consolidação sócio-espacial do Rio Grande do Sul. Especificamente em Santana do Livramento os conflitos militares, influenciaram a povoação e a hierarquia social, deu origem ao comércio e definiu a posse das terras e do gado. A produção pecuária em um primeiro momento era feita em campo aberto, onde boa parte dos rebanhos eram criados “xucros”, diminuindo a quantidade de trabalho necessário nas estâncias. E a mão de obra empregada, era constituída por índios, escravos e alguns pequenos produtores que vendiam sua força de trabalho aos grandes estancieiros, como forma de complementarem sua renda. Em um segundo momento, mais no final do século, o cercamento dos campos modificou as relações de trabalho, e diminuiu ainda mais a quantidade de mão de obra necessária, que somada ao fim da escravidão, conforme Shäffer (1993) determinou o processo de urbanização da cidade, para onde migraram os trabalhadores do campo.

No final do século XIX, também se intensifica a atividade comercial, que ainda hoje ocupa um papel importante na economia do município. O comércio local se beneficia sobretudo da linha férrea uruguaia, que permite o intercambio dos produtos provenientes da Serra e outras localidades do Rio Grande do Sul, pelos produtos importados de todo o mundo que chegavam no porto de Montevideo. A prosperidade comercial atrai imigrantes de diversos lugares do mundo para o município, principalmente da Espanha e Itália, que estabelecem um comércio forte e organizado na fronteira já no final do século. Porém, junto dele se desenvolve uma prática bastante comum, o contrabando, praticado tanto pelos pecuaristas como pelos comerciantes. Segundo Albornoz (2000), essa prática comum na fronteira se torna licita na mentalidade dos habitantes da região, tão licita que a Rua 13 de Maio teve seu calçamento estragado de tantas mercadorias que passavam por ela em direção ao Uruguai.

O município já prosperava no comércio e na pecuária, nos primeiros anos do século XX, além de possuir grandes rebanhos e facilidade de escoamento da produção. Essas características, em um primeiro momento, somadas aos acontecimentos políticos no Uruguai determinaram o processo de industrialização que ocorreu e se intensificou na primeira metade do século. Dando origem as charqueadas e lanifícios, que industrializavam a matéria prima proveniente da pecuária. O cenário externo, possibilitou a expansão dessas atividades decorrentes da elevação da demanda mundial, principalmente por carne.

Em um segundo momento, nesse mesmo contexto se instalam na cidade dois grandes frigoríficos norte-americanos, o Armour e o Wilson, causando um enorme impacto na economia local, capitalizando os demais setores da economia, principalmente o comércio e a

pecuária. O aumento da renda municipal também possibilitou o surgimento de outras indústrias de menor porte, que visavam abastecer o mercado local, a exemplo da cervejaria Gazapina.

O desenvolvimento da indústria na primeira metade do século XX, caracterizou a “*Belle Époque*” de Santana do Livramento, principalmente entre as décadas de 1920 e 1950, quando a prosperidade econômica fez da cidade a sexta maior do estado, possibilitou o desenvolvimento das artes e da cultura. Podemos dizer que Santana do Livramento foi uma cidade desenvolvida em relação aos parâmetros da época. Porém, esse auge econômico era proveniente da instalação de indústrias multinacionais, que geravam renda para os demais setores, e não se pensava que um dia essas empresas que buscavam o maior retorno ao seu capital, pudessem ir embora para outros lugares que lhes proporcionassem maiores lucros. E de fato isso aconteceu, na segunda metade da década essas empresas começaram a deixar a região, que somado a crise internacional no mercado da lã, desestruturou toda a economia do município.

No que tange a saída dos frigoríficos da cidade, a simples atribuição de que o fim das guerras e a consequente redução da demanda foi a responsável por isso, nos parece insuficiente. De fato, a redução da demanda das guerras contribuiu, mas quando se analisa a instalação dos frigoríficos verifica-se, que essa se deu em um momento posterior ao fim da primeira guerra mundial, já que o Wilson começou a exportar em 1919 e o Armou em 1920, ou seja, quando eles começaram a produzir já não existia mais guerra e não era provável que acontecesse outra logo em seguida como aconteceu. Os frigoríficos não foram videntes, mas apenas se beneficiaram com a demanda crescente por carne decorrente da guerra.

O crescimento da demanda provavelmente tenha atraído novos concorrentes ao mercado da carne, reduzindo sua lucratividade. Isso poderia explicar o processo de concentração das empresas pertencentes ao “*meat trust*” em toda a região do Prata e Rio Grande do Sul. Segundo Albornoz (2000) os quatro grandes frigoríficos norte-americanos sempre foram cartelizados, apesar de manterem suas empresas independentes juridicamente. Na década de 1960 o Armour começou a se desfazer de seus bens e a sair da região do Prata, e outras empresas do grupo foram absorvendo suas plantas, uma estratégia para diminuir a concorrência entre as empresas do próprio trust. Em Santana do Livramento, a planta foi assumida pelo frigorífico Swift de Rosário, em 1969 que a operou até 1989.

É interessante que o Swift Armour tenha operado por apenas mais 20 anos, isso pode indicar que depois que o “*meat trust*” resolveu retirar seu capital da região, as plantas

produtivas ainda poderiam gerar algum retorno. Seria a intenção deles explorar o máximo possível a capacidade produtiva antes de se retirarem de vez? A falta de literatura a respeito torna essa análise difícil. Mas, há indícios de que sim, pois em 1989 o grupo Bordon assume a fábrica e a opera até 1994, quando finalmente foram encerradas as atividades. Nesse ano a empresa Cicade assume a planta com a intenção de reativá-la, o que não aconteceu por falta de crédito, isso pode indicar que nesse momento a planta frigorífica estava obsoleta, sem ser possível continuar produzindo, ou seja, já havia sido aproveitada ao máximo.

A crise de desindustrialização que sofreu o município, poderia ter sido minimizada se no momento em que a economia estava capitalizada, as poupanças provenientes principalmente do comércio tivessem sido direcionadas para a industrialização, baseada nos mercados regionais e de capital nacional. Se pensa à primeira vista quando se analisa a falta de industrialização na Metade Sul do Rio Grande do Sul, que essa é decorrente da falta de comportamento empreendedor dos pecuaristas, o que não é verdade. O natural seria a indústria se originar dos interesses do comércio em reduzir os custos de seus produtos e aumentar seus lucros produzindo suas próprias manufaturas. E o comércio de Santana do Livramento esteve capitalizado o suficiente para isso, mas com os grandes frigoríficos e o mercado da carne em alta, parecia mais rentável e seguro investir o excedente na atividade pecuária.

Na segunda metade do século XX, a diversificação da produção ficou limitada ao cultivo de algumas lavouras agrícolas, principalmente o arroz, a soja e a uva. Se aproveitando de incentivos governamentais na forma de créditos subsidiados para a agricultura. Porém por mais que a agricultura tenha se desenvolvido nos últimos anos, ela ainda é insignificante em relação a área que ocupa frente a pecuária. Mesmo com a crise dos frigoríficos o rebanho bovino em Santana do Livramento continua a aumentar, e o ovino depois de um longo período de queda, parece ter se estabilizado.

Os prejuízos causados pela desindustrialização ainda não foram recuperados, dentre eles o forte fluxo migratório em direção a outras regiões. A perda populacional só não foi maior porque ao mesmo tempo que os antigos operários migravam em busca de emprego, foram introduzidos assentamentos sem terras, que elevaram a população rural do município. Segundo as estimativas populacionais da FEE (2016) a população parou de cair de um ano para o outro somente de 2014 para 2015, e parece ter se estabilizado.

No cenário atual tem se pensado diversas formas para desenvolver a Metade Sul do Rio Grande do Sul como um todo. A principal medida tomada nesse sentido em âmbito federal,

foi a criação da Universidade Federal do Pampa, em 2006, abrangendo 10 cidades da Metade Sul do Rio Grande do Sul, dentre elas Santana do Livramento. E segundo seu plano de desenvolvimento institucional, UNIPAMPA (2014) a universidade deve promover o diálogo com os atores sociais buscando promover o desenvolvimento regional.

A implementação da Universidade Federal do Pampa irá contribuir para a transformação de Santana do Livramento, mediante a formação de indivíduos críticos com a realidade econômica e social. Também irão contribuir para o desenvolvimento local os projetos de pesquisa e extensão. Como o Projeto de Extensão de Revitalização da Vila Pampeiro elaborado por Fros e Terra (2015) “que visa, em suma, promover o desenvolvimento da Vila Pampeiro, comunidade rural situada no interior do município de Sant’Ana do Livramento”. Um estudo feito por Hoff, San Martin e Sopena (2011), observa uma importante influência da universidade no desenvolvimento municipal, com promissores resultados previstos a longo prazo.

Para estudos futuros se sugere que alguns temas abordados brevemente nessa pesquisa sejam aprofundados. Como por exemplo o processo de industrialização, o qual ainda é bastante carente de pesquisas. Do mesmo modo que as demais áreas que tratam especificamente a economia de Santana do Livramento. É importante que se compreenda os elementos que compõem o processo de formação econômica de Santana do Livramento, para que se possa pensar em formas eficientes de desenvolvê-la. Em relação a atividade pecuária parece que ela continuará influenciando a economia do município por mais alguns séculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, J. S. **Uso da terra técnica e territorialidade:** os assentamentos de Santana do Livramento/RS. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AGUIAR, J. S.; MEDEIROS, R. M. V. Reforma agrária, reterritorialização e agroecologia: estudo de caso em Sant’Ana do Livramento/RS. Resumos do VI CBA e II CLAA. **Rev. Bras. de Agroecologia**/nov. 2009. Vol. 4 n. 2

AGUIAR, Julia Saldanha; MEDEIROS, Rosa Vieira. REFORMA AGRÁRIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários/REFORM IN SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: approach through the agrarian systems methodology. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, 2010.

ALBORNOZ, Vera do P.L. **Fronteira Gaúcha:** Santana do Livramento. Caderno de História: Memorial do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

ALBORNOZ, Vera P.L. **Armour:** Uma Aposta no Pampa. Santana do Livramento, RS: Pallotti, 2000.

ALBUQUERQUE, M. M. A. et. al. **Atlas histórico escolar.** 8 ed. Rio de Janeiro: MEC, 1991.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade:** políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). 2008.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica:** teoria e método. Edusc, 2006.

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. **In:** ALONSO, José A. F. et al. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul:** causas e perspectivas. Porto Alegre, 1994, FEE.

BATISTA, Inajara Martins; SILVEIRA, Vicente C. Pires; ALVES, Flamarion Dutra. **As Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul e o Setor Agropecuário:** uma análise econômica. 2005.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL – Uma Resenha. **In:** BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Vol.1 Rio de Janeiro: Record, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **Revista CEPAL.** Número especial em português p.183-191, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de economia política**, v. 9, n. 4, p. 38-55, 1989.

BRUM. Argemiro J. **Modernização da Agricultura-Trigo e Soja.** Ijuí-RS: FIDENE, 1985.

CAGGIANI, I. **100 Anos de Comércio: Sant'Ana do Livramento** 1991. EDIGRAF, 1991.

CAGGIANI, I. **David Canabarro: de tenente a general**. Martins Livreiro-Editor, 1992.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento: 150 anos de história**. I Volume. Sant'Ana do Livramento, ASPES, 1983.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento: 150 anos de história**. II Volume. Sant'Ana do Livramento, ASPES, 1984.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento: 150 anos de história**. III Volume. Sant'Ana do Livramento, ASPES, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CHELOTTI, M. C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant'Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v. 1, n. 3, p. 53 – 70, jan/jun. 2005.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 15, 2013.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **A pecuária no Brasil Meridional: a estrutura dos rebanhos e a classificação dos criadores**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói.

COSTA, Rogério H. **RS: Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988.

DO SUL, Rio Grande. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/default.asp>. Acesso: 24/10/2016.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. 4ed. Edipucrs, 1990.

ECONOMIA GAÚCHA, v. 1, 2002.

ENGELMANN, Daniel. **Da estância ao parreiral: um estudo de caso sobre a vitivinicultura em Santana do Livramento/RS**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

EUMED. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/economistas/Noyola.htm>>. Acesso em: 25, abril, 2016.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha Rio-Grandense (Século XIX). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**, p. 62, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na campanha rio-grandense (1831-1870). **Anais eletrônicos do II Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional**, v. 1, 2005.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Agregados Econômicos – RS – Série: Valor Agregado**. Porto Alegre, 1986.

FEE. Fundação economia e Estatística. **PIB Municipal – Série Histórica**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>. Acessado em: 12 maio de 2016.

FERNANDES, V. Dinâmica dos sistemas agrários na fronteira oeste: Sant’Ana do Livramento (século XV-XX). **Pampa sem fronteiras**, v1, n. 00, ago. 2009.

FLORES, S. S. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir da vitivinicultura: o caso dos “Vinhos da Campanha”**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FLORES. Moacir. **Colonialismo e Missões jesuíticas**. 3. Ed. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

FLORES. Moacir. **História do RS**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

FLORES. Moacir. **Reduções Jesuíticas dos Guaranis**. Porto Alegre: EDIPUC, 1997.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R. BASSO, L. SUERTEGARAY, D. **Rio Grande do Sul: paisagens em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FROS, Carmen Lia Remedi; TERRA, Amanda Eloisa. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO E NA REVITALIZAÇÃO DA VILA PAMPEIRO–DA EXTENSÃO À COMUNIDADE. **Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2015.

FURTADO, C. **A economia brasileira: contribuições à análise de seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, G. B. **O Domínio da terra:** conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLIN, T. **Fronteira.** Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRAZIANO da SILVA. J. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOFF, D.N. **Método estruturalista e enfoque histórico estruturalista da CEPAL.** Texto para Discussão. NERU, IEUFU, 2014.

HOFF, Debora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Sant'Ana do Livramento. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 157-183, 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>, acesso em: 25/10/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Dados Agregado – SIDRA.** Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acessado em: 16 maio de 2016.

ILHA, Adayr da Silva; ALVES, Fabiano Dutra; SARAVIA, Luis Hector Barboza.

Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da Metade Sul. ENCONTRO DE

IOOTTY, Mariana; SZAPIRO, Marina. ECONOMIAS DE ESCALA E ESCOPO. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial:** fundamentos teóricos e práticas no Brasil. 2013.

LAV – Laboratório de Arte/Vida Blogspot. Santo Ângelo e seu centro histórico. Disponível em:<[HTTP://laboratorioart.blogspot.com.br/2012/04/santo-angelo-e-seu-centro-historico.html](http://laboratorioart.blogspot.com.br/2012/04/santo-angelo-e-seu-centro-historico.html)>. **Acesso em: 14, outubro, 2016.**

LUCCOCK, John; DA SILVA RODRIGUES, Milton; FERRI, Mário Guimarães. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Livraria Itatiaia Editora, 1975.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro; VELA, João Marcelo. APONTAMENTOS ACERCA DA DISCUSSÃO SOBRE A INTRODUÇÃO DAS EMPRESAS DE CELULOSE NOS PAMPAS GAÚCHOS: PARA ONDE VAI A FRONTEIRA SANT'ANA DO LIVRAMENTO E RIVERA?. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

MACHADO. M. M. S; VELA. M. J. **Os Gaúchos na Fazenda, Os Anarquistas nos Frigoríficos e os Sem-Terra na Atualidade, a Reprodução da Vida Frente ao Latifúndio em Sant'Ana do Livramento e Rivera.** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANTE, Hélio Movo. **Aspectos Militares da Capitania e Província do Rio grande do Sul**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 128, p 57-67, 1992.

MARQUETTO, Rut Maria Friedrich. **A dinâmica entre a tradição e a modernidade no contexto de Sant’Ana do Livramento–RS–BR e suas inflexões sobre a sociedade e o desenvolvimento local e regional** / Rut Maria Friedrich Marquette. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

MATTOS, Clarence José de e NUNES, Cesar A. **História do Brasil**. São Paulo: Nova Cultura, 1993.

MATTOS, J. R. **Basília, felicidade e belisária: fragmentos da escravidão em Santana do Livramento/RS**. 20 de jun. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/basilia-felicidade-e-belisaria-fragmentos-da-escravidao-em-santana-do-livramento-rs/40937/> Acesso em: 25/10/2016.

MELO, Chanaísa. **Fragmentos da memória de uma fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima**. Dissertação. Pelotas, 2012.

MÍDIA. Disponível em: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/f1/21/8f/f1218f16fec8d32e9f3350849bce1a7e.jpg>>. Acesso em: **25, outubro, 2016**.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker. **O Espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, BR-RS, 2013.

MURADÁS, J. **A geopolítica e a formação territorial do Rio Grande do Sul**. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NAHUM, Benjamín. La estancia alambrada. **Enciclopedia Uruguaya**. Fascículo, n. 24, 1968.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)**. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio grande do Sul**. Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS, a economia & o poder nos anos 30**. Mercado aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS, agropecuária colonial & industrialização**. Mercado Aberto, 1983.

PIZZATO, F. **Pampa gaúcho: causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessado em: 10 maio de 2016.

POTOKO, Carlos Alberto. **Sant'Ana do Livramento: 1823**. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1976.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/indici%C3%A1rio> . Acesso em 20 maio. 2016.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro: 1737-1822**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas. Florianópolis, 1985.

RIBEIRO, C. M. **Estudo dos modos de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROCHA, Jefferson Marçal da. **As raízes da crise da Metade Sul: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul**. unipampa, 2011.

RODRIGUÉZ, Octavio. **El estructuralismo Latinoamericano**. México: Siglo XXI, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821**. Tradução: Leonam de Azevedo Penna. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo/USP, 1974.

SANTANA DO LIVRAMENTO. Secretaria Municipal de Administração. **Plano diretor participativo**. Santana do Livramento, RS, 2006.

SANTOS, F.P. O enfoque histórico-estrutural e a crítica relegada. **Textos de Economia**. v.14, n.1, p.51-81, jan./jun., 2011.

SCHÄFFER, N. O. **Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Ana do Livramento/ RS**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SCRIBD, 2016 Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/105531876/TABELA-DE-CONVERSAO-DE-UNIDADES-AGRICOLAS>>. **Acesso em: 30, outubro, 2016.**

SKYSCRAPERCITY. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1146629>>. **Acesso em: 25, outubro, 2016.**

TENODE. Disponível em: <<http://www.tenonde.com.br/7povosmissoes>>. **Acesso em: 14, outubro, 2016.**

THIRY-CHERQUES, H.R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. **RAC- Revista de Administração Contemporânea**, v.10, n.2, abr./jun., p.137-156, 2006.

TORRONTEGUY, T. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. **A Agricultura Familiar na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: Estratégias e Formas de Reprodução Social**. 54º Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. Maceió/AL, 2016.

UESLER, C. O espaço rural missioneiro: núcleos produtivos uma revisão necessária. In: COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo F. (Ed.). **Missões em mosaico: da interpretação à prática: um conjunto de experiências**. 2011.

UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018 - Universidade Federal do Pampa**. Bagé: UNIPAMPA, 2013. Disponível em: http://portteiras.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acesso em: 16 maio 2016.

VÁSQUEZ, J. N. **Critical review of Furtado, C. 'a Economia Brasileira'**. Revista Econômica Brasi-leira, Rio de Janeiro, jul./set. 1955.

VIANA, J. G. A.; SILVEIRA, V. C. P. Cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul: um estudo descritivo. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.2, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2009.

VIANA, João Garibaldi Almeida. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor**. 2012. Teses Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Porto Alegre, 2012.

VIANA, João Garibaldi Almeida; WAQUIL, Paulo Dabdab; SPOHR, Gabriela. Evolução histórica da ovinocultura no Rio Grande do Sul: Comportamento do rebanho ovino e produção de lã de 1980 a 2007. **Revista Extensão Rural UFSM**, 2010.

WAQUIL, PAULO DABDAB; FILIPPI, EDUARDO ERNESTO; DO RIO, MUNICÍPIOS. **Desigualdades regionais e desempenho diferenciado dos municípios do Rio Grande do Sul: uma análise a partir de elementos rurais**. 2008.